

II SENABI

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS BISSEXUAIS

Caminhos trilhados
e novas perspectivas

ANAIIS ELETRÔNICOS
2023





II SENABI

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS BISSEXUAIS

ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS BISSEXUAIS (SENABI)



IFCH - UNICAMP
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Campinas-SP



IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

Copyright © 2024

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Diretora

Andréia Galvão

Diretor Associado

Michel Nicolau Netto

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Michel Nicolau Netto

Representantes Docentes:

André Kaysel

Everton Emanuel Campos

Fátima Évora

Jesus J. Ranieri

Taniele Cristina Rui

Rodrigo Camargo de Godoi

Taísa Helena P. Palhares

Colaboradora:

Guia Grin Debert

Comissão organizadora

Inácio Saldanha

Danieli Klidzio

Elisa Aguiar Volpato

Fernanda Santos Rossi

Helena Motta Monaco

Jamilié Santos de Souza

Louise Marotinho

Maria Cristina da Purificação Costa

Regina Facchini

Samantha Rufino

Shiro Yuri Takeuti

Talitta Oliveira Cancio dos Santos

Revisão final: Danieli Klidzio; Fernanda S. Rossi;

Inácio Saldanha

Imagem da capa: Eduardo Cordeiro

Capa: Helena Monaco

ISBN: 978-65-87198-42-2

Editoração e Projeto Gráfico

Setor de Publicações - IFCH/UNICAMP

E-mail: pub_ifch@unicamp.br

Site: www.ifch.unicamp.br/publicacoes/

Ficha catalográfica

Universidade Estadual de Campinas

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Se52a Seminário Nacional de Estudos Bissexuais
Anais [do] Seminário Nacional de Estudos Bissexuais, 2.;
Campinas, SP, 2023 / [recurso eletrônico] / Inácio Saldanha, [et al.]. -
Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2023.

Publicação digital no formato PDF

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. 3. Minorias sexuais e
de gênero. 4. Bissexualidade. 5. Ciências sociais. I. Saldanha, Inácio.
II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD - 305.3
306.7
306.7
306.765
300

ISBN 978-65-87198-42-2



Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional



Comissão organizadora

Inácio Saldanha

Danieli Klidzio

Elisa Aguiar Volpato

Fernanda Santos Rossi

Helena Motta Monaco

Jamilie Santos de Souza

Louise Marotinho

Maria Cristina da Purificação Costa

Regina Facchini

Samantha Rufino

Shiro Yuri Takeuti

Talitta Oliveira Cancio dos Santos

Revisão final

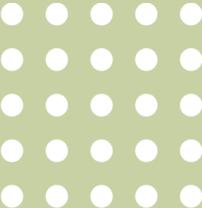
Danieli Klidzio

Fernanda Santos Rossi

Inácio Saldanha

Imagem da capa

Eduardo Cordeiro



APRESENTAÇÃO

O II Seminário Nacional de Estudos Bissexuais (SENABI): “Caminhos Trilhados e Novas Perspectivas”, evento realizado entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2023, no campus da Unicamp em Campinas (SP). O SENABI é um evento científico interdisciplinar idealizado pela Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM), sendo o único de caráter nacional focado na difusão dos estudos sobre bissexualidades.

Idealizado em 2021, ano de sua primeira edição, o SENABI tem como objetivo fortalecer os estudos sobre bissexualidade no Brasil, reunindo diferentes gerações de pesquisadores e ativistas em uma programação de três dias, com mesas, rodas de conversas, conferências e outras atividades em suas programações. A iniciativa original partiu do Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (GAEBI) que, em 2023, converteu-se em Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM). Em um ano histórico, o II SENABI compartilhou com o I Encontro Nacional do Movimento Bissexual Brasileiro (realizado dois meses antes em Brasília, pela Frente Bissexual Brasileira) o selo de 20 anos de movimento bi no Brasil, que celebra o acúmulo e a memória dos ativismos bissexuais e seus debates no país.

A segunda edição do evento foi realizada de forma híbrida em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Unicamp, e contou com os apoios do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, do Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, da Assessoria de Políticas de Inclusão, Diversidade e Equidade em Saúde do Ministério da Saúde, da Frente

Bissexual Brasileira, do Coletivo Abrace e dos projetos independentes Bi-Biblioteca, Bi na Mídia e Território Dissidente. A programação foi transmitida pelos canais do IFCH/Unicamp e do próprio SENABI no YouTube, contabilizando, até o momento, mais de 1300 visualizações em sua programação. Ao todo, foram emitidos quase 200 certificados de ouvintes, apresentação de trabalho, organização e monitoria.

O evento reuniu, assim, pesquisadores, ativistas, comunicadores, membros do governo e de conselhos, parlamentares e estudantes. Na edição de 2023, pela primeira vez foram promovidos grupos de trabalho (GTs), todos em formato online, contando com dezenas de pesquisadores da Unicamp e de instituições de todas as regiões do país, além de debatedoras convidadas entre especialistas em gênero e sexualidade. Ao todo, foram três GTs: (1) “Comunicação, Imagem e Representação”; (2) “Psicologia, Clínica e Sofrimento Social”; e (3) “Ciências Sociais, Convenções e Práticas”. Este foi o resultado de um desafio importante, de agrupar pesquisas sobre bissexualidade pela primeira em grupos de trabalho separados em um evento científico no Brasil. Uma vez que não sabíamos como seria a demanda, optamos por receber resumos expandidos de temática livre, e, a partir dos trabalhos recebidos, reuni-los em grupos temáticos e convidar debatedoras conforme cada perfil.

O primeiro GT foi dividido em duas sessões: “Jornalismo, Representação e Produção de Notícias”, debatido por Elizabeth Sara Lewis (PUC-RIO), e “Ficção, Construção de Personagens e Representatividade”, debatida por Fernanda Santos Rossi (PUC-MINAS). O segundo GT, por sua vez, teve uma sessão única, que contou com o debate de Cristiane Gonçalves (UNIFESP). Por último, o terceiro GT teve duas sessões: “Mudanças históricas e processos políticos”, deba-

Apresentação

tida por Anna Paula Vencato (UFMG), e “Práticas, Erotismo e Novos Cenários”, debatida por Regina Facchini (Unicamp). Embora pensados a partir de uma distinção que remete a disciplinas acadêmicas, o perfil de formação presente nas sessões foi bastante variado. Os debates levaram a direções que contribuem para as próximas edições, como foi o caso do GT 2, em que as discussões se voltaram para a valorização da bissexualidade como uma possibilidade existencial, para além da noção de “sofrimento social” de seu título, que parecia encapsular a experiência das pessoas bissexuais.

Dos 18 trabalhos apresentados, 12 foram recebidos para publicação nos anais que você acessa agora. Agradecemos a todas as pessoas que participaram ou apoiaram o evento, e em particular aquelas que apresentaram suas pesquisas. Desejamos uma leitura rica e que estes anais ajudem a fortalecer e difundir um debate relevante e ainda invisibilizado.

Comissão Organizadora
Brasil, abril de 2024

II SENABI

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS BISSEXUAIS

**CAMINHOS TRILHADOS E
NOVAS PERSPECTIVAS**

CAMPINAS | 2023

MAIS INFORMAÇÕES:



FORMATO HÍBRIDO

DE 06 A 08 DE DEZEMBRO

REALIZAÇÃO



COCEN



UNICAMP

APOIO



BI-BIBLIOTECA



**museu
DA DIVERSIDADE SEXUAL**



SUMÁRIO

ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS BISEXUAIS (SENABI)

APRESENTAÇÃO

Comissão Organizadora

04

PARTE 1: CIÊNCIAS SOCIAIS, CONVENÇÕES E PRÁTICAS

POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE A PERSPECTIVA
MONODISSIDENTE E A TEORIA CONSTRUCIONISTA

Mariana Schubert Lemos e Henrique Caetano Nardi

10

BELÉM, FIM DO SÉCULO XX: BISEXUALIDADE,
CLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS

Inácio Saldanha

25

IDENTIDADE E EROTISMO EM ESPAÇOS BISEXUAIS DIGITAIS:
PRÁTICAS, SUBJETIVIDADES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Helena Motta Monaco

46

ATIVISMO BISEXUAL BRASILEIRO: NOTAS SOBRE
IDENTIDADE E VISIBILIDADES

Danieli Klidzjo

62

A HOMOAFETIVIDADE EM AMBIENTES DE CÁRCERE FEMININOS E O
APAGAMENTO BISEXUAL ÀS LUZES DE BUTLER E FRASER

Izabela Silva Moreira

74

PARTE 2: PSICOLOGIA, CLÍNICA E SOFRIMENTO SOCIAL

BISSEXUALIDADES NO CONTEMPORÂNEO: O LUGAR DA
PSICANÁLISE DIANTE DAS NOVAS SUBJETIVIDADES

Andrea Ferioli Melo, Cristiane Marques Seixas e Marcos Vinícius Brunbari

86

MONODISSIDÊNCIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM VIÉS
PSICANALÍTICO ACERCA DAS NEUROSES DE ANGÚSTIA

Patricia Cristina de Gouvêa

110

O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA
COM A COMUNIDADE BISSEXUAL

Maria Carolinna Henriques Monteiro

131

PARTE 3: COMUNICAÇÃO, IMAGEM E REPRESENTAÇÃO

OS ENQUADRAMENTOS DA BISSEXUALIDADE NO JORNALISMO

Jessica Danielle de Carvalho

162

FEMME FATALE, PROMÍSCUA E VÍTIMA IMPERFEITA: UMA ANÁLISE DA
BISSEXUALIDADE DE AMBER HEARD EM NOTÍCIAS

Catarina Lopes e Talitta Oliveira Cancio

186

A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS BISSEXUAIS NAS SITCOMS
ORIGINAIS NETFLIX ENTRE 2013 E 2019

Kaippe Arnon Silva Reis de Alice dos Santos Silva

205

BISSEXUAIS EM RELACIONAMENTOS: REFLEXÕES SOBRE BISSEXUALIDADE
E MASCULINIDADES A PARTIR DE “LOVE IS BLIND” SEASON 1

Daniel da Silva Stack e Danieli Klidzjo

221

GALERIA DE FOTOS

237

Parte 1

**CIÊNCIAS SOCIAIS,
CONVENÇÕES E
PRÁTICAS**

POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE A PERSPECTIVA MONODISSIDENTE E A TEORIA CONSTRUCIONISTA

Mariana Schubert Lemos¹

Henrique Caetano Nardiz²

Resumo: Este ensaio tem o intuito de explorar as repercussões do pensamento ocidentalizado e monossexista nos estudos antropológicos sobre sexualidade e as possíveis aproximações entre a teoria construcionista e a perspectiva monodissidente para ampliar as leituras de gênero e diversidade sexual na Antropologia. Fundamenta-se principalmente em autores monodissidentes, como Jaeger *et al.* (2019), Vas e Silva (2023), Monaco (2021), Moschkovich (2022) e na teoria construcionista, como Vance (1995; 1998). Para o alcance dos objetivos, foi utilizada uma análise crítica a partir de uma revisão bibliográfica narrativa. As análises apontam que o pensamento ocidentalizado e monossexista impregnou diversos estudos na Antropologia, os quais compreenderam de forma dicotômica a sexualidade humana em diversas culturas, sem levar em consideração os significados culturais das práticas sexuais. Nesse panorama, a teoria construcionista e a perspectiva monodissidente podem se aproximar para romper essa lógica monossexista e ampliar o campo de estudos sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Monossexismo. Perspectiva monodissidente. Teoria construcionista. Diversidade sexual. Gênero.

Introdução

A sexualidade é objeto de estudo da Antropologia há muitas décadas, sendo a leitura de gênero de outras culturas enviesada de acordo com os sistemas de gênero das sociedades nas quais as/os antropólogas/

¹ Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mslemos_96@hotmail.com.

² Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

os estão inseridas/os. Nas sociedades ocidentais, existe uma norma binária de gênero, a qual compreende homem e mulher como opostos e complementares, na qual a relação sexual está, predominantemente, a favor da reprodução humana. No entanto, em diversas culturas foram catalogadas práticas sexuais que não tem por objetivo a reprodução. Assim, diversas/os antropólogas/os começaram a verificar a existência de comportamentos “homossexuais” em sociedades não-ocidentais. Entretanto, essa leitura foi baseada em uma noção de gênero ocidentalizada, que tomava conceitos ocidentais, como “homossexualidade”, para descrever comportamentos em outras sociedades (Vance, 1995; Weston, 1993).

Além disso, este ponto de vista também estava impregnado pelo sistema monossexista, que consiste na estrutura social que compreende apenas as monossexualidades, que englobam as orientações sexuais que possuem apenas um gênero como objeto de desejo sexual, como possibilidades de existências legítimas e coerentes. No monossexismo, a homossexualidade e a heterossexualidade são vistas de modo binário e excludente, em um sistema “homo/hétero”, e qualquer sexualidade que fuja a essa oposição é lida como menos legítima, ou talvez nem é lida, pois é invisibilizada (Jaeger *et al.*, 2019; Monaco, 2021; Moschkovich, 2022; Vas; Silva, 2023). Desse modo, em uma sociedade ocidental e colonial, a bissexualidade e outras identidades sexuais que se atraem por mais de um gênero não “existem”, no sentido que não são pensadas como uma possibilidade de existência. Nesse panorama, outras perspectivas, como a Teoria Construcionista³ e a perspectiva

³ No presente artigo, optou-se pelo uso do termo “construcionista”, apesar de em um dos textos da autora Carole Vance (1995) constar o termo “construtivista”, pois no original, em língua inglesa, a palavra é “*construccionist*”, que significa “construcionista” em português.

monodissidente, podem se aproximar para ampliar as leituras de diversidade sexual.

Objetivos

O objetivo deste ensaio consiste em investigar as repercussões de um pensamento monossexista em estudos antropológicos, e as possíveis articulações entre a perspectiva monodissidente e a teoria construcionista na leitura de diversidade sexual, e suas repercussões para os estudos de diversidade sexual.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a análise crítica de uma revisão narrativa da literatura, a qual tem como intuito analisar posições teóricas e materiais bibliográficos elaborados a respeito de um dado fenômeno social (Gil, 2002). No presente estudo, foram analisados trabalhos do campo antropológico sobre estudos de gênero, principalmente com o foco em sexualidade.

Embasamento teórico

Este ensaio utiliza as perspectivas monodissidentes e a Teoria Construcionista como fundamentações para analisar estudos antropológicos sobre sexualidade. A perspectiva monodissidente, que emerge dentro do campo do movimento militante e acadêmico bissexual brasileiro, surge como uma ferramenta teórica que questiona o

monossexismo. Seu objetivo não está em categorizar e classificar essas identidades sexuais que não se encaixam na norma monossexista, mas vai além de uma preocupação em englobar sexualidades monodissidentes, rompendo com a polarização inerente ao monossexismo (Jaeger, 2019; Vas; Silva, 2023).

A teoria construcionista na antropologia põe em debate a ideia de construção social da sexualidade, compreendendo que este fenômeno é mediado por fatores históricos, culturais e sociais. Por essa perspectiva, é necessário desvincular a concepção de um determinado comportamento sexual de uma visão universalista. Desse modo, um mesmo ato sexual pode adquirir diferentes significados em variadas perspectivas culturais e temporais. Alguns dos cuidados que a teoria construcionista traz é de separar as ideias de atos sexuais, identidades e desejos (Vance, 1995; Weston, 1993).

Resultados

1. Bissexualidades e colonialidades

O termo “bissexualidade” tem origem na área médica, utilizado entre os séculos XVII e XX para se referir a pessoas de genitálias ambíguas, o que hoje nomeamos de intersexo. A bissexualidade “psicológica” surgiu inicialmente com o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, quando a classificou como uma psicopatologia sexual definida por seu “hermafroditismo sexual”. Mais tarde, Freud retomou essa ideia e descreveu a bissexualidade como uma sexualidade originária, que seria uma fase inicial, antes do desenvolvimento sexual maduro (heterossexual), ou patológico/incompleto (homossexual). Essa forma

de pensar sobre a bissexualidade continua a impactar até hoje a visão sobre a bissexualidade, vista como indefinição, fase, confusão e imaturidade (Preciado, 2015, Lewis, 2012, apud Jaeger *et al.*, 2019).

Em outras palavras, a definição do termo “bissexual” no Brasil vem de uma colonização do saber-poder-ser sobre o que foi produzido em uma ciência heteronormativa, que coloca a heterossexualidade como a norma a ser cumprida, como um desenvolvimento humano saudável e “normal”. Quijano (2005), ao discutir a colonialidade, a coloca como uma forma de funcionamento das relações, e não necessariamente uma situação colonial presente, no sentido de um país colonizado, mas como esse histórico de colonização afetou a forma como os países constroem suas políticas, as pessoas se relacionam e o conhecimento se constrói, de modo a hierarquizar as relações, articulando diversas opressões.

Mignolo (2017), ao fazer uma síntese de algumas dessas lógicas hierarquizantes, coloca a questão de gênero e sexualidade como “nós” dessas articulações, como pode-se notar nesta citação:

Uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais (Garza Carvajal, 2003; Trexler, 1995; Sigal, 2000; Enloe, 2001; Tlostanova, 2010b; Oyesumi, 1997). Um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher” (Lugones, 2008, 2010; Tlostanova, 2008; Suárez Navaz e Hernández, 2008). Consequentemente, o sistema colonial inventou também as categorias “homossexual” e “heterossexual” (por exemplo, a expressão famosa e/ou infame de Bartolomeu de las Casas: “el pecado nefando”), assim como

inventou as categorias “homem” e “mulher”. Essa invenção faz com que a “homofobia” seja irrelevante para descrever as civilizações Maia, Asteca ou Inca, pois nessas civilizações as organizações de gênero/sexo eram moldadas em categorias diferentes, que os espanhóis (e os europeus, em geral, sejam cristãos ou seculares) foram ou incapazes de ver ou indispostos a aceitar. Não havia homofobia, já que os povos indígenas não pensavam através desses tipos de categorias (Sigal, 2002; Marcos, 2006) (Mignolo, 2017, p. 11).

A partir desse trecho de Mignolo (2017), pode-se pensar em algumas problemáticas sobre o conceito de “bissexualidade”. É um termo advindo de um conhecimento médico europeu e que chega ao Brasil descrevendo vivências daqui a partir de um olhar colonial. Vale ressaltar que a maior parte dos artigos científicos sobre bissexualidade são feitos pelo Norte Global e produzidos em língua inglesa. Ou seja, não apenas o termo é importado, como os conhecimentos e até mesmo a história do movimento bissexual (datada como tendo sido iniciada nos anos 1970 nos Estados Unidos) são importados (Oliveira; Oliveira, 2021; Silva; Meireles, 2023; Souza *et al.*, 2021).

Parece que uma epistemologia monossexista imperou opressões sobre pessoas bissexuais, colocando-as em um lugar de um “não-ser”, “não saber”. Ramón Grosfoguel (2016) denuncia que essa hegemonia do conhecimento nas universidades ocidentais considera apenas o saber produzido em cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália), desconsiderando toda a epistemologia e cosmologia de outros povos, e colocando suas premissas como universais.

Quais são outros termos possíveis a partir do Brasil? O que povos indígenas tinham como definição de sexualidades e gênero antes das invasões de portugueses? Será que definiam a sexualidade? Jaeger

et al. (2019) apontam que povos indígenas também têm “práticas bissexuais”, no entanto, não são essas definições que vão classificar nossos corpos colonizados por um saber europeu.

Uma tentativa de descolonizar essa forma de saber-poder-ser é o uso do termo “monodissidência”, que é importante para nossa análise por alguns motivos. Primeiro, a monodissidência nasceu como um termo cunhado no Brasil por movimentos sociais como uma ferramenta analítica e política que tem o intuito de abarcar as sexualidades excluídas pelo monossexismo, que privilegia as monossexualidades e coloca as sexualidades monodissidentes como incompletas, confusas ou inferiores. Segundo, a monodissidência não hierarquiza as sexualidades, apesar de ser abrangente e incluir todas as sexualidades não-monossexuais (Vas; Silva, 2023).

Desse modo, não se trata de igualar essas outras categorias de gênero, mas aproximá-las no que elas têm em comum, que é uma exclusão perante um pensamento monossexista, que concebe apenas a heterossexualidade e a homossexualidade como possíveis e reais, estando a primeira no polo da norma, e a segunda, da subversão. Apesar da homossexualidade ser dissidente da norma, ainda assim é pensada como uma categoria existente, ou seja, a pessoa “é heterossexual ou homossexual”. Na lógica da colonialidade, por exemplo, essas pessoas não teriam o “saber” de falarem que são bissexuais, pansexuais, ou outra categoria não-monossexual, porque dentro dessa lógica monossexista, essas pessoas estão “passando por uma fase” e “ainda vão se descobrir hétero ou homossexual”.

Em “Metafísicas canibais”, Eduardo Viveiros de Castro (2018) escreve sobre um livro que ele nunca escreveu, chamado “O anti-narciso”, que seria uma escrita à antropologia como um manifesto contra

seu colonialismo, como seu Anti-Édipo. Viveiros de Castro (2018) faz essa comparação da antropologia colonizadora com a psicanálise devido ao fato de o mito do Édipo ser a base da psicanálise em uma analogia a Narciso como fonte desta antropologia colonizadora, que se coloca como superior, colocando tudo dentro do “nós” ocidental, europeu e moderno como superior e completo, e tudo que está fora do “nós”, como inferior, primitivo e inacabado.

De modo semelhante, pode-se pensar como o mito do complexo de Édipo da psicanálise corrobora com a deslegitimação da bissexualidade ao colocar que no desenvolvimento sexual, ao amadurecer, a pessoa deixa a posição da bissexualidade original (inacabada) para ter uma sexualidade completa. Assim como Viveiros de Castro (2018) denuncia que a antropologia cria e representa o “outro” como exótico e primitivo, visto como povo tribal, o pensamento monossexista, que permeia a psicanálise, também cria o outro (bissexual) como “inacabado” e, portanto, uma fase, nunca como um ser existente e completo.

Para Jaeger *et al.* (2019), essa desestabilização do sistema monossexista que coloniza os corpos, sexualidades e afetos contribuiu para o reconhecimento não apenas das pessoas bissexuais, mas também para as pessoas heterossexuais ou homossexuais, a medida de que propõe uma desestabilização de um monossexismo colonial dado e imposto como verdade, dando abertura para ampliar experiências e afetos.

2. Antropologia e monossexismo colonial:

Na antropologia, diversos estudos, principalmente entre os anos 1920 e 1990, foram feitos a partir da abordagem da influência cultural, assim, estavam preocupados em catalogar e buscar diferenças dos

comportamentos sexuais. Muitos destes estudos partiam de uma ciência positivista e etnocêntrica, que liam outras sociedades a partir de suas próprias noções de sexualidade. Nesse sentido, “homossexualidade” e “lesbianidade” eram tidos como universais e buscava-se correspondências dessas práticas em outras culturas fora da Europa. Além disso, os dados pesquisados eram os comportamentais e observáveis, desse modo, questões subjetivas e não observáveis, como “desejo”, não eram abordadas (Vance, 1995).

Nessa perspectiva, por exemplo, um/a etnóloga/o que chegasse a uma sociedade que não delimita as relações a partir do monossexismo, estas seriam lidas erroneamente apenas dentro da polarização “homossexual” ou “heterossexual”, uma vez que as práticas não resumem completamente desejos e fantasias. Mesmo em uma sociedade atual ocidental, por exemplo, uma pessoa bissexual não seria lida como “bissexual” por um/a pesquisador/a que focasse apenas no comportamento observável, pois poderia apenas relatar um “comportamento homossexual” ou “comportamento heterossexual”, sem saber de um histórico de experiências passadas e/ou futuras, desejos e fantasias. Jaeger et al. (2019) apontam que diversos povos, como gregos, japoneses e indígenas (em várias etnias), tinham “práticas bissexuais”, no entanto, essas experiências foram invisibilizadas por uma leitura monossexista. Além disso, Weston (1993) aponta para o perigo de ler a partir de uma lente ocidental que as práticas homossexuais e lésbicas em outras culturas sejam consideradas transgressoras e estigmatizadas por si mesmas, sem levar em conta os significados culturais daquelas práticas em um contexto específico. Além disso, acreditar que as histórias e teorias gays e lésbicas são suficientes para abranger bissexuais e monodissidentes é um equívoco.

Por exemplo, no caso das mulheres lésbicas, um feminismo lésbico, como em Rich (1980, apud Blackwood; Wieringa, 2003) também traz a relação dessa sexualidade com uma recusa à heterossexualidade compulsória e à dominação do patriarcado, em que se coloca a mulher como subjugada ao homem. Outras pesquisas antropológicas, por outro lado, apontam que essa leitura do patriarcado não pode ser universal, e que nem em todos os casos e culturas, as práticas sexuais entre mulheres são um ato de resistência à opressão patriarcal (Blackwood; Wieringa, 2003). Nesse exemplo, a teoria feminista lésbica, portanto, é mais uma que não engloba a bissexualidade de mulheres, o que demonstra que no caso de nossa sociedade, que possui uma leitura de gênero com base em categorias identitárias, como gay e lésbica, focar apenas no comportamento sexual não engloba a sexualidade de uma pessoa de forma integral.

Nos estudos antropológicos, a partir do século XX, houve esforços de acadêmicos para recuperar a história gay e a história lésbica, inicialmente lidos como identidades sexuais fixas. Nesse panorama, Jeffrey Weeks foi, talvez, um dos primeiros a romper com essa leitura rígida das práticas homossexuais e lésbicas a partir de um viés identitário, separando comportamento homossexual, que ele entendia como universal, e identidade sexual, construída a partir de um contexto social e cultural anglo-saxônico (Vance, 1995; Weston, 1993).

Nesse panorama, o *Gay Lesbian Almanac* rompe com essa ideia de uma correspondência entre práticas de relações sexuais homossexuais e identidades homossexuais, uma vez que as práticas podem ter significados distintos a depender de cada cultura e da época. Na teoria construcionista, que parte de uma perspectiva que implica distinção entre ato sexual e identidade, e na importância do contexto social para

elaboração prática e subjetiva das experiências sexuais, o que entendemos como “heterossexualidade”, “homossexualidade”, “lesbianidade” e “bissexualidade” partem de premissas ocidentais que não podem ser impostas a outras sociedades. Desse modo, a utilização dessas nomenclaturas para outras culturas consiste em um problema teórico e metodológico (Vance, 1995; Weston, 1993).

Segundo Vance (1998), o paradigma construcionista é abrangente e não possui concordância em todos os pontos sobre a construção da sexualidade entre os/as teóricos/as. Vance (1998) separa em “graus” de construção social em distintas análises. Algo comum às teorias formadas por esse paradigma é de que há uma variação nos significados sociais do que é visto como ato sexual e identidade sexual em diferentes culturas, sociedades e períodos, ou seja, um ato sexual não é universalmente entendido de tal forma. Porém, uma noção mais radical de construção social é de que mesmo o desejo sexual não é um dado inerentemente biológico, o que inclui uma contestação não somente da heterossexualidade, mas também das homossexualidades e bissexualidade. Em um passo ainda maior na ideia de construção, alguns consideram que o impulso sexual também tem suas bases na cultura, não somente são mediadas por esta (Vance, 1998).

Nesse sentido, a Teoria Construcionista se aproxima da perspectiva monodissidente, uma vez que ambas conseguem, a partir de suas premissas, desvincular o comportamento sexual de uma norma binária de gênero e sexualidade, englobando sexualidades que rompem com a hegemonia da heterossexualidade e com a polarização da “heterossexualidade x homossexualidade”.

Considerações finais

Percebe-se que a leitura colonial, além de etnocêntrica, ocidentalizada e heteronormativa, foi também uma leitura monossexista, em que prática e identidade eram indissociáveis, logo prática sexual entre homens era vista como homossexualidade e prática sexual entre um homem e uma mulher era vista como heterossexualidade. Fica nítida neste ensaio, uma aproximação entre a teoria construcionista e a perspectiva monodissidente, uma vez que ambas subvertem um sistema binário e abrem possibilidades para diferentes identidades sexuais, as quais variam na cultura, sociedade e tempo. A análise apresentada tem a limitação de referências utilizadas. Assim, para aprofundar este campo, poderiam ser investigados estudos antropológicos mais recentes, para identificar se o monossexismo continua a permear a visão predominante da antropologia.

Referências

- BLACKWOOD, Evelyn; WIERINGA, Saskia E. *Sombras sáficas desafiando el silencio sobre el estudio de la sexualidad*. In: NIETO PIÑEROBA, José Antonio (org.). **Antropología de la sexualidad y diversidad cultural**. Madrid: Talas, 2003, p. 193-214.
- GROSFUGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, 31, 25-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69222016000100003>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

- JAEGER, Melissa et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos, **Periódicus**, n. 11, p. 1-16, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/20150>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- MONACO, Helena. Entre muros, pontes e fronteiras: teorias e epistemologias bissexuais. **ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 16, p. 91-106, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/11709>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- MOSCHKOVICH, Marília. **Ebisteme**: bissexualidade como epistemologia. São Paulo: Linha a Linha, 2022.
- OLIVEIRA, Jussara Ribeiro de; OLIVEIRA, Natasha Avital Ferro. Bifobia e monossexismo: marcas concretas de batalhas invisíveis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1630507718_ARQUIVO_387f8647f3039f15e04a0b06da967c7f.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: etnocentrismo e ciências sociais – perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7232729/mod_resource/content/1/Quijano.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

- SILVA, Kadu Ulisses; MEIRELES, Jacqueline. Revisão integrativa da literatura sobre bissexualidade: representações, invisibilidade e subjetividade. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 25-46, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/37552>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- SOUZA, Carolina de; et al. Violência contra mulheres lésbicas/bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da literatura. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 22, n. 2, p. 437-453, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003094650>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- VANCE, Carole. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, 5, p. 7-32, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311995000100001>. Acesso em: 04 set. 2023.
- VANCE, Carole S. Social construction theory: problems in the history of sexuality. In: NARDI, Peter M; SCHNEIDER, Beth E. (orgs.). **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader**. Abingdon: Routledge, 1998.
- VAS, Dani; SILVA, Danilo Guimarães. Militância enquanto convite ao diálogo: o caso da militância monodissidente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 43, e248692, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248692>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: 2018.
- WESTON, Kath. Estudios lésbicos y gays en el ámbito de la antropología. In: NIETO PIÑEROBA, José Antonio (org.). **Antropología de la sexualidad y diversidad cultural**. Madrid: Talasa, 2003.

BELÉM, FIM DO SÉCULO XX: BISSEXUALIDADE, CLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS

Inácio Saldanha¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo pensar a relação entre a bissexualidade e as formas de classificar a sexualidade, com atenção para a importância da categoria “bissexual” para compreender processos mais amplos relacionados à constituição do gênero e da sexualidade. Para tanto, analiso a emergência da categoria “bissexual” na cidade de Belém do Pará nas décadas de 1980 e 90, período que se segue a uma importante pesquisa antropológica realizada na cidade e que contemplou o debate que focalizo aqui. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo de jornais locais do período, acervos pessoais e de movimentos sociais do período e produção intelectual dos atores do campo, na forma de cartilhas, livros e publicações científicas. A relação da bissexualidade com a história da sexualidade dialoga com o trabalho de Steven Angelides e a contextualização do debate sobre o tema no Brasil parte de uma leitura crítica dos textos do antropólogo Peter Fry. A conclusão propõe uma ampliação de um argumento inicialmente desenvolvido por Fernando Seffner sobre a multiplicidade de representações da masculinidade bissexual nos anos 1990. Proponho que a polissemia da categoria “bissexual”, em vez de um obstáculo analítico, é uma característica central e constitutiva de sua emergência e circulação.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Bissexualidade. Belém do Pará. HIV/Aids.

Introdução

A “bissexualidade” é uma categoria controversa e, muitas vezes, desconsiderada em estudos sobre gênero e sexualidade, à qual é atribuída uma posição de liminaridade por alguns autores e atores políticos.

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro da Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM). E-mail: inaciosants@gmail.com.

Os estudos sobre o tema têm crescido no Brasil nos últimos anos e muitos dos trabalhos recentes têm se concentrado na sua posição como uma identidade política e como um lugar de enunciação e sofrimento provocado pela imposição da oposição entre homo e heterossexualidade como única possibilidade de classificação (Leão, 2018; Monaco, 2020). Ainda há muito pouco conhecimento sobre como a produção dessa categoria se deu historicamente no país e como se relaciona com processos de mudança relacionados a gênero e sexualidade nos âmbitos político e teórico, até culminar com o desenvolvimento de uma identidade política a partir dos anos 2000, principalmente. Grande parte das reflexões sobre esses processos de mudança remetem, na antropologia, às publicações de Peter Fry (1982) a partir de sua pesquisa sobre a sexualidade masculina em terreiros afroreligiosos em Belém, capital do Pará. Fry realizou sua pesquisa na década de 1970, quando ainda se formava o que viria a constituir um campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil. Por essa razão, sua pesquisa foi considerada pioneira em uma linhagem do debate construcionista sobre a sexualidade no Brasil.

Para ele, a emergência de novas categorias classificatórias, de origem biomédica, provocava tensões e mudanças em campos variados, como a própria marginalização da bissexualidade como uma identidade possível a partir dos anos 1980. Se Belém aparecia no trabalho de Fry como um campo de observação empírica de formas de classificação anteriores, mas se tornou relativamente secundária no conjunto de pesquisas sobre o tema nas décadas seguintes, vale olhar para como as tensões provocadas pelas novas categorias se deram nesta cidade. A partir da década de 1980, a eclosão da epidemia de HIV/Aids e a formação de espaços de discussão da sexualidade em Belém, especialmente na

cena artística, universidade e movimentos sociais, envolveram uma circulação da categoria “bissexual” que torna possível situar a sua relação com a ambiguidade e as novas formas de classificação da sexualidade em meio a essas mudanças.

Este trabalho tem como objetivo geral, portanto, compreender os processos históricos de mudança nas classificações da sexualidade através de uma análise da emergência da categoria “bissexual” na cidade de Belém nas décadas de 1980 e 90. A pesquisa foi realizada no curso de mestrado em antropologia social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pensei a emergência de novas categorias classificatórias como um processo que envolve diferentes atores e que pode ser situado e analisado historicamente, conforme propôs Ian Hacking (1999).

A metodologia consistiu em análise de conteúdo de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas com militantes, pesquisadores e artistas. Os documentos consultados foram os dois jornais diários locais mais lidos no período estudado (O Liberal e O Diário do Pará), acervos pessoais de militantes e pesquisadores e a produção intelectual do campo, na forma de panfletos, cartazes, livros, artigos, monografias, dissertações e teses. As condições de produção e os aspectos da circulação dos documentos foram incluídos na análise. Visitas e consultas a outros arquivos de Curitiba, Manaus, Belém, Campinas e Rio de Janeiro também foram realizadas.

As entrevistas, oito ao todo, foram pensadas como narrativas contextuais e realizadas em diferentes cidades e com pessoas de diferentes gerações e com diferentes entradas no campo, nas quais privilegiei aquelas com múltiplas formas de atuação. Os movimentos sociais contemplados foram, de diferentes graus e maneiras: homossexual, de prostitutas, feminista e negro. Neste texto, apresento os

principais resultados do estudo no que diz respeito à emergência da categoria bissexual e sua relação com as mudanças históricas relacionadas à sexualidade no Brasil.

Bissexualidade através do tempo e do espaço

O historiador Steven Angelides (2001) argumentou que a categoria “bissexual” apareceu epistemologicamente antes de aparecer a categoria “homossexual” nos discursos científicos, e que sua posição no pensamento evolucionista foi importante para que a própria noção de uma sexualidade distinta do gênero fosse desenvolvida na Europa. Para ele, muitas abordagens teóricas que se propuseram a problematizar a oposição entre “homossexualidade” e “heterossexualidade” falharam em perceber conexões históricas importantes ao marginalizar a bissexualidade como uma categoria de análise, como é o caso da própria história da sexualidade de Michel Foucault (2014). Na Europa do século XIX, “bissexual” seria o indivíduo ou a espécie que apresenta características sexuais ambíguas, sinônimo de outra categoria corrente na época: “hermafrodita”. Nas teorias evolucionistas, seu uso foi importante para fornecer uma autoridade científica para as ideias de que mulheres, pessoas negras e aquelas classificadas como homossexuais seriam inferiores, pois estariam mais próximas de um estágio “bissexual” do desenvolvimento evolutivo.

Este sentido de “bissexualidade” foi se deslocando na medida em que a própria noção de sexualidade foi gradualmente deslocada nas teorias científicas. É o caso dos textos do psicanalista Sigmund Freud (2016), para quem a ideia de “bissexualidade originária”, emprestada da biologia, poderia ajudar a compreender a dimensão psíquica da

sexualidade humana. É importante ponderar, como fez Judith Butler (2021), que apropriações como essa assumiam que essa categoria poderia ser entendida como uma confluência de elementos opostos em um estágio de ambiguidade que desapareceria no mundo social.

É possível encontrar, em parte da literatura (Lewis, 2012), o que parece ser uma leitura evolucionista do deslocamento semântico da categoria “bissexual” ao longo de sua história. Isto é, ao longo do tempo, ela estaria mudando de sentido até chegar a uma definição de orientação sexual, como é descrita e disputada na sexologia, como uma confluência do “desejo homossexual” com o “desejo heterossexual” (Storms, 1980). O último estágio de sua história seria aquele de maior amplitude política, reivindicado pelos ativismos bissexuais que floresceram a partir dos anos 1970 e 80, inicialmente nos Estados Unidos. A noção de “atração por mais de um gênero” estaria relacionada ao reconhecimento das pessoas trans de gêneros não binários como sujeitos desejantes e desejados, cuja participação seria importante para a “comunidade bissexual” (Eisner, 2021). Essa concepção, porém, pode ser problematizada.

No contexto brasileiro, a ideia de “bissexualidade” aparece no início do século XX ainda como um hibridismo em teorias raciais (Freyre, 2006). Ao longo do século, a sua definição como uma confluência de elementos masculinos e femininos, como na literatura espírita de Francisco Xavier (1971), também parece anteceder a recepção de uma ideia de “orientação sexual”. Foi a partir de uma breve pesquisa sobre a sexualidade masculina nos cultos afro-brasileiros em Belém, no Pará, que o antropólogo Peter Fry (1982) apresentou algumas das primeiras reflexões sobre a recepção da categoria “bissexual” como uma categoria classificatória associada ao desejo no Brasil, mas também de outras categorias com as quais ela se relacionava ou se distanciava.

Ao observar que, nos terreiros em Belém em meados de 1974, havia uma relação entre “homens” e “bichas” que não passava pela classificação entre “homossexuais”, “heterossexuais” e “bissexuais”, Fry esboçou o argumento de que havia diferentes classificações da sexualidade no país. A classificação entre “homens” (masculinos, ativos, respeitados) e “bichas” (femininas, passivas, marginalizadas) estaria mais próxima do que era chamado na época de “papéis sexuais” ou “papéis de gênero”, o que envolveria as relações sexuais como uma continuidade. Seu contato com o movimento homossexual em publicações e encontros nacionais na passagem da década de 1970 para 80 levou à consideração de que os ativistas estariam disputando com essa outra classificação ao estimular a reivindicação de uma “identidade homossexual verdadeira”, em que o “papel sexual” seria indiferente entre homens ou entre mulheres. Uma característica importante desse discurso seria a marginalidade da categoria “bissexual”, que Fry entendia como uma saída para o endurecimento da oposição homossexual/heterossexual, e que não corresponderia a uma identidade definida.

Para Fry, essa disputa entre formas de classificar a sexualidade masculina deveria ser pensada de uma forma que considerasse a complexidade da realidade social do Brasil. A oposição entre “bichas” e “bofes”, menos formalizada, estaria mais presente nas camadas mais pobres, nas pequenas cidades e nas regiões Norte e Nordeste, enquanto a classificação e origem biomédica estaria mais presente nas classes médias, nas grandes cidades e especialmente na região Sudeste (contexto de maior presença do movimento homossexual da época). A dimensão regional das reflexões de Fry foi ponderada a partir de críticas recentes como as de Ribeiro e Franco (2021), segundo os quais vários processos de mudança e indícios de novas classificações já estavam se dando em

Belém desde pelo menos a década de 1970. Para eles, a sugestão de que uma capital no Norte do país estaria mais distante da recepção de classificação de origem biomédica reforçaria estereótipos regionais que associam a Amazônia ao atraso. Além disso, Ribeiro e Franco sustentam a necessidade de considerar a capital do Pará não apenas como um campo empírico, mas também como um campo de produção de conhecimento, uma vez que a pesquisa de Fry foi realizada a partir da colaboração intelectual de antropólogos locais, como Anaíza Vergolino. Retornarei a esse debate adiante, a partir da análise da emergência da categoria “bissexual” no interior dessas disputas, dessa vez, na cidade de Belém.

HIV/Aids e mudanças classificatórias

A epidemia de HIV/Aids passou a ser noticiada no Brasil no começo da década de 1980, sendo associada inicialmente aos gays, o que teve alta repercussão na imprensa nacional. A partir de 1987, o crescimento nos índices de infecção pelo HIV em mulheres e crianças estimulou um debate sobre os “homens bissexuais”, como passou a ser descrita a figura ambígua do homem casado que se relacionava com outros homens ou mesmo com travestis. Ao mesmo tempo, uma ponderação sobre o uso dessa categoria no Brasil foi proposta por antropólogos como Néstor Perlongher (1987), que julgava necessário considerar as classificações correntes da sexualidade masculina no país. Para Perlongher, a categoria “bissexual” soava como algo alienígena no cotidiano brasileiro. O avanço da epidemia acabou por levar a uma ampliação do debate sobre sexualidade no país e a uma demanda organizada por políticas públicas de saúde que estava inserida no contexto

de redemocratização do Brasil (Galvão, 2000). Um dos efeitos desse fenômeno foi a entrada de financiamento internacional que possibilitou a realização de pesquisas quantitativas que traçaram o perfil sociodemográfico da epidemia no país. Uma figura importante nesse sentido foi o antropólogo Richard Parker, que se interessou pela entrada da categoria “bissexual” no debate brasileiro em torno da AIDS e na imprensa, e se surpreendeu quando, nos anos 1990, o número de homens que se autotranscrevia como bissexuais se mostrou expressivo em várias cidades brasileiras (em torno de 12%). A hipótese de Parker era que a epidemia e a profusão de discursos médicos, políticos e jornalísticos em torno dela provocaram uma mudança nas classificações correntes da sexualidade no Brasil, tornando familiares para a maior parte das pessoas algumas categorias até então restritas.

Na cidade de Belém, a categoria “bissexual” não circulava amplamente até meados da década de 1980. Em vez dela a ambiguidade poderia ser compreendida dentro de noções mais populares, como “gilete”, “bicha” e mesmo “sapatão”. Nos jornais locais, a oposição entre “bichas” e “homens” se encontrava com aquela entre “sapatão” e “mulher”, especialmente em cadernos policiais. A memória de pessoas que entrevistei também aponta que essa forma de classificação prevalecia, embora jamais tenha havido uma substituição completa pelos termos de origem biomédica. A categoria “gilete”, por sua vez, parecia estar mais associada a uma vida dupla, empregada em tom jocoso, do que necessariamente a uma “tradução” popular da categoria “bissexual”, como havia sugerido Peter Fry.

Essa categoria, de fato, aparece na imprensa de ampla distribuição local com o advento das primeiras notícias sobre a epidemia, sem maiores explicações. A grafia do termo “bissexuais” com apenas um “s”

mostra o quão pouco usual poderia ser essa categoria naquele momento, e sugere que estava se dando mesmo um processo de “importação”. Assim como a doença, suas causas e sintomas, porém, a ideia de “bissexualidade” chegou incompleta e foi coproduzida por pesquisas científicas realizadas, inclusive, no Pará. A grafia do termo continuou a variar por alguns anos entre: “bissexual”, “bisexual”, “bi-sexual”, “transsexual” e “polissexual” todas usadas por jornalistas, gestores ou médicos para nomear o mesmo grupo. É importante salientar, inclusive, que a categoria praticamente não aparecia como uma forma de autoclassificação, e muito menos como uma identidade política.

Após os registros dos primeiros casos de infecção pelo HIV na cidade, em 1985, a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), realizou uma campanha de prevenção no fim do mesmo ano. No começo do ano seguinte, o chefe da Divisão de Controle de Doenças Crônicas Degenerativas da Sespa declarou para a imprensa que não havia nenhum novo registro na capital do estado, uma vez que a campanha “atingiu principalmente os elementos que fazem parte do chamado grupo de risco, que são os homossexuais ou bi-sexuais, como os hemofílicos que estão sujeitos a contrair a doença”. A diferença na escrita com que “homossexuais” e “bi-sexuais” certamente sugere uma menor afinidade com a segunda categoria, e a sua enumeração lado a lado faz parecer que os gestores de saúde viram (ou tentaram ver) nessas pessoas um público definido e possível de ser alcançado de forma satisfatória por uma campanha de prevenção.

O gestor também acrescentou que a condição mais alarmante da epidemia estava nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, de maior concentração populacional e deslocamento de pessoas para elas. Assim, naquelas cidades a infecção poderia “ser facilmente adquirida”.

Essa associação entre população, urbanidade e sexualidade, além de uma influência desse imaginário sobre as políticas de saúde no contexto da epidemia. A comparação entre “cidades maiores” e “cidades menores”, que articulava sexualidade e saúde, criava sobre Belém uma expectativa de que, como uma cidade menor que São Paulo e Rio de Janeiro, não estaria vulnerável ao mesmo problema ou com a mesma intensidade. Trata-se da materialização de uma ideia de região que veio a atingir diretamente a vida das pessoas. Antes do fim do mesmo ano, o Ministério da Saúde reconhecia o risco de não dispor de recursos para evitar a expansão da epidemia, “devido ao aumento de casos verificados entre bissexuais – antes restritos aos homossexuais”. Nos anos seguintes, Belém chegou a ser a terceira cidade do país com maior número proporcional à sua população em diagnósticos de infecção pelo HIV, e o estado do Pará assumiu desde então a liderança no número de casos na Amazônia brasileira. As expectativas originadas da comparação, afinal, deixavam de ver a real complexidade que a cidade de Belém demandava em um contexto tão grave.

As políticas públicas de saúde não estavam sozinhas na apropriação local da epidemia e das categorias classificatórias relacionadas a ela. As décadas de 1970 e 90 se caracterizaram, em Belém, pela formação de diferentes movimentos sociais e pelo gradual estabelecimento da universidade como um espaço de produção de conhecimento científico (antes restrito, especialmente nas ciências humanas, ao Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição que existia desde o século XIX).

Antes da criação dos programas de pós-graduação locais, a realização e pesquisas em cursos de outras regiões e os esforços de institucionalização dos “estudos sobre a mulher” culminaram na realização dos primeiros seminários regionais, criação de grupos de pesquisa e na

própria recepção do conceito de “gênero” no início da década de 1990. Além disso, a universidade tornou-se palco para debates críticos sobre sexualidade e política através de debates como a psicanálise, como no conceito de bissexualidade originária de Freud (2016). Antes de ser criado o mestrado em psicologia na UFPA em 2006, professores da psicologia como Ernani Chaves e Ana Cleide Moreira trabalharam na criação de dois cursos de especialização, sendo o primeiro em 1989, quando o único centro de formação em psicanálise de Belém de que se tem notícia até então havia sido o Colégio Freudiano de Belém, que iniciou suas atividades em 1987 e teve uma vida breve. Nesse período, a formação em psicanálise na cidade seria principalmente através desses cursos de especialização com professores da UFPA e da Universidade da Amazônia (UNAMA), uma instituição privada, voltados para psicólogos quando não havia escolas de psicanálise na cidade.

Diferente do que é sugerido a partir de outros contextos, a psicanálise não necessariamente é superada pela sexologia e pelas categorias relacionadas à aids. No caso de Belém, a emergência da formação em psicanálise é contemporânea a esses debates, sendo vários de seus atores comprometidos com as questões sociais que envolviam a redemocratização do país e o combate da epidemia. Em agosto de 1990, por exemplo, o Colégio Freudiano de Belém promoveu um encontro chamado “Aids e o mal-estar na Cultura”, com uma mesa presidida pelo ativista mineiro Herbert Daniel reunindo um psicanalista, uma filósofa, uma socióloga e uma médica. Um interessante exemplo de articulação entre diferentes atores e regiões, o evento contou com representantes da Sepsa e do Gapa-PA e uma conferência de encerramento sobre “A Mulher e a Aids” ministrada pela antropóloga Carmen Dora Guimarães, que atuava na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA).

A categoria “bissexual”, no meio de um debate que envolvia tantos atores e uma emergência de saúde, sinalizava um problema de classificação. Noção de “grupos de risco”, ainda que logo em seguida tenha sido duramente criticada, provocou a formação de movimentos de prostitutas e homossexuais que demandavam a construção de políticas públicas e passavam a atuar na forma de projetos e em parceria com outros movimentos. Os então chamados “homens bissexuais” provocavam um medo difundida pela imprensa sobre supostos estranhos infiltrados nos lares, uma incerteza sobre os limites entre “nós” e os “outros”. Seriam a anomalia classificatória que, para Mary Douglas (2010), geravam conflitos em torno da relação entre “pureza” e “perigo”.

Para além da Aids

A centralidade da aids pode parecer incontornável para pensarmos a recepção da ideia de “bissexualidade” no Brasil. Porém, como apontado por Fernando Seffner (2016) em sua pesquisa sobre a masculinidade bissexual no Brasil na década de 1990, as representações da “bissexualidade” envolviam um conjunto muito variado de referências culturais que poderiam ser consideradas tanto positivas quanto negativas. A partir da ampliação do campo que analiso aqui, proponho uma ampliação do argumento de Seffner. A polissemia é constitutiva da própria categoria “bissexual” e fundamental para compreendermos a sua relação com mudanças históricas. Ainda que coincidindo historicamente com a epidemia de HIV/Aids, certas tendências culturais também definiram meios pelos quais a categoria “bissexual” ganhou materialidade e mesmo visualidade no contexto local.

Por exemplo, um texto de 1985 do crítico de cinema Acyr Castro sobre o filme *Uma Mulher em Fogo* (Figura 1) descreveu a história de uma universitária burguesa entediada com a monotonia de seu casamento e resolve se tornar prostituta. Ela se apaixona por um “cafetão bissexual”, também de nível universitário: “Ele aplicará seus conhecimentos na administração da empresa sexual que logo estabelece com Eve. Todas as noites, eles se encontram sexualmente esgotados, mas felizes”.

Figura 1: Gudrun Landgrebe e Mathieu Carrière beijam-se em *Uma Mulher em Fogo*



Fonte: O Diário do Pará, “No universo da prostituição”, por Acyr Castro, Caderno Cinema, p. 6. 25 dez. 1985.

A reprodução desses filmes e dessas personalidades foram as primeiras representações visuais de “bissexuais”, ainda que aqueles descritos como tal (quando se tratava de pessoas reais) certamente não se identificassem como tal. Mesmo alguns daqueles que eram “bissexuais assumidos”, como o compositor russo Wladimir Horowitz, provavelmente eram pessoas com práticas e desejos fluidos que eram classificados retrospectivamente. A reprodução de notícias de outros lugares também era intensa nesse sentido, como no caso da aids. Para além da epidemia, porém, o vocabulário e suas apropriações eram bem mais abrangentes, aproximando-se, por vezes, da categoria “andrógino” mais comum em contextos artísticos, seja em textos literários, seja em críticas (positivas ou negativas) a artistas estrangeiros como Michael Jackson, Grace Jones, Prince, Madonna e David Bowie.

Este também é o período das primeiras pesquisas sobre sexualidade nas ciências sociais, particularmente na antropologia e por estudantes de graduação. O levantamento mais completo neste sentido é o do antropólogo Milton Ribeiro, que reuniu trabalhos que não estavam disponíveis em bibliotecas a partir de um trabalho de arquivo. Segundo Ribeiro (2017), o estudo mais antigo realizado no Pará sobre homossexualidades e temas relacionados foi o trabalho de conclusão de curso de Telma Amaral Gonçalves, *Homossexualidade: representações, preconceito e discriminação em Belém* (1989). Em entrevista para minha pesquisa, Telma recordou que duas colegas de turma suas defenderam trabalhos sobre o mesmo tema no mesmo ano: *Homossexualidade: uma discussão em torno do preconceito e da discriminação*, de Sandra Sueli Lobato Mendes e *Homossexualismo e o preconceito social em Belém*, de Jociléia Pereira Rendeiro, sendo todas as três orientadas pela antropóloga Maria Angelica Motta-Maués. Quando os

entrevistei, Anaíza Vergolino e Ernani Chaves acabaram lembrando de um trabalho anterior, orientado por Anaíza em 1982 sobre as “lésbicas” no Rampa’s Bar. Na década de 1980, os trabalhos de conclusão de curso ainda não passavam por bancas avaliadoras, e todos estes textos, com exceção do de Telma, encontram-se perdidos. Há, então, poucos elementos para pensar os caminhos teóricos possíveis para a discussão destes temas no contexto local de então.

No trabalho de Telma, metodologicamente, foram reunidos um grupo de interlocutores “homossexuais” e um de interlocutores “heterossexuais”, com homens e mulheres e entrevistas individuais. Seu material nos permite perceber alguma tendência de aceitação da “homossexualidade” naquele momento, mas também uma inevitabilidade da oposição entre pessoas “homossexuais” e pessoas “normais”. Um interlocutor de Telma afirmaria em 1988 que não gostava de “ser visto perto de homossexuais porque todo mundo logo pensa que eu sou da mesma laia deles” (Gonçalves, 1989, p. 23). Todas as pessoas classificadas como “heterossexuais” que afirmaram para a jovem estudante de ciências sociais terem tido algum contato com “homossexuais” descreveram seus sentimentos de “incômodo”, “nervosismo”, “embaraço” e “tensão”. A formação, não apenas de uma oposição binária, mas da inevitabilidade dela, estabelece dois lugares sociais definidos por entre os quais não haveria a possibilidade de fluidez ou mesmo de proximidade. Cria, também, a necessidade de “assumir-se”, experiência especialmente dolorosa no ambiente doméstico, inclusive por pais e mães que mantinham em segredo para os filhos suas práticas sexuais. Foi com emoção que um casal de entrevistadas confessou à pesquisadora que tinham de manter o relacionamento em segredo para os próprios filhos.

Telma percebeu que ainda era bastante fortalecida uma ideia de “homossexualidade” norteada pelo que chamou de “padrão heterossexual”, isto é, uma relação entre uma figura cuja expressão de gênero era tida como feminina e outra como masculina. Assim, a “bicha” não se relacionava com outra “bicha”. É interessante notar que seu próprio estudo já promovia um encontro conflitivo de categorias ao definir esse padrão de classificação como “heterossexual”. Mas isso não quer dizer que outras convenções não estivessem circulando. A categoria “bissexual”, por sua vez, não era pensada previamente para a pesquisa, e apareceu devido a conflitos êmicos de pessoas que se identificavam como homossexuais em uma variedade de sentidos:

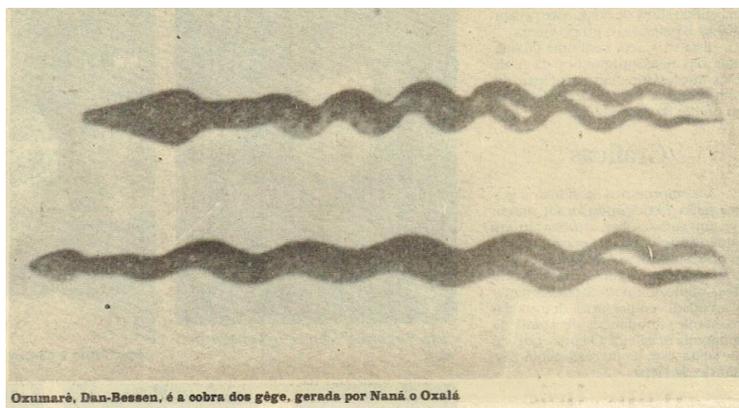
A questão da bissexualidade que recebeu quatro abordagens diferentes. A primeira, associada ao indivíduo que sempre teve relacionamentos heterossexuais e a partir de um determinado momento passa a ter um relacionamento homossexual. Na segunda análise, encara-se o bissexual como o indivíduo que alterna relações homossexuais e heterossexuais. Uma terceira abordagem é a que considera esta alternância de relacionamentos só que como uma forma de homossexualidade mais avançada ou mais ampla. Por fim, um dos informantes considerou o seguinte: “...eu acho que o bissexual ele não existe (...) ele é um homossexual camuflado. Eu acho que ele seja mais homossexual que heterossexual” (Gonçalves, 1989, p. 26-27).

Essa grande inquietação com a ambiguidade, que ia desde uma valorização até uma negação completa, aparecia mesmo sem a provocação da pesquisadora durante suas entrevistas, mas não apareceu entre pessoas classificadas como “heterossexuais”. A ideia de uma oposição entre dois grupos definidos, como um “nós” e um “eles” era mais perceptível entre pessoas “heterossexuais”, fossem elas sujeitos pesquisados

ou pesquisadores. A preocupação de pessoas autotranscendidas como O termo “heterossexual”, por sua vez, foi empregado por Telma como um recurso analítico e não deve ter aparecido emicadamente com frequência.

Assim como aconteceu com a psicanálise, a associação entre a categoria “bissexual” e a morfologia ganhou força de forma contemporânea ao advento da aids. Falar em “bissexual”, então, não seria falar necessariamente de uma figura ambígua entre a homossexualidade e a heterossexualidade, mas também, eventualmente, em figuras andróginas e híbridos entre masculino e feminino. Um caso interessante é de algumas descrições de Oxumaré, divindade africana presente nos cultos afroreligiosos da cidade. Na década de 1970, Anaíza Vergolino (Silva, 2015) afirmou que ele era “andrógino”, por ser “seis meses do ano fêmea, seis meses do ano macho”. No fim da década de 1980, por outro lado, ele passava a ser descrito em jornais locais (Figura 2), inclusive por pais de santo, como “bissexual”, como forma de descrever essa fluidez.

Figura 2: Oxumaré representado como duas cobras



Fonte: O Diário do Pará, “Umbanda e candomblé festejam Exu e Oxumaré”, caderno D, p. 6, 24 ago. 1989.

Essa curiosa emergência da categoria “bissexual” em que se cruzam referências europeias e africanas já indica como, mais do que uma recepção colonial de classificações estrangeiras, houve um processo imbricado de apropriações próprias daquele contexto histórico. Em vez de uma categoria sexológica, a ideia de “bissexualidade” apareceu por vários meios e associada a diferentes saberes. Na psicanálise, na religião, na antropologia, nas ruas da cidade, nos jornais e hospitais, diferentes sentidos circulavam da mesma maneira que diferentes concepções da sexualidade o faziam.

Se houve uma resistência à ideia de “bissexualidade” devido ao imperativo dualista de classificação, alguns estranhamentos também poderiam ter relação com a associação da “androginia” e da “bissexualidade” com o cosmopolitismo. Personagens de filme, cantores de rock e celebridades estrangeiras, no fim da década de 1980, antecedem em pouco tempo as tendências da cena clubber e o surgimento do mercado GLS, na década de 1990. As notícias e apropriações locais dessas tendências eram eventualmente compreendidas como em oposição a um imaginário local, especialmente quando associadas à cidade de São Paulo ou aos Estados Unidos.

Considerações finais

A ideia de “bissexualidade” surgiu como uma categoria classificatória da sexualidade na cidade de Belém em grande parte como uma forma de heteroclassificação, e menos como uma identidade reconhecida até o fim do século XX. Seu uso era polissêmico e sua circulação foi dispersa. A importância da epidemia de HIV/Aids não encerra a totalidade da emergência dessa categoria da sexualidade como objeto

de debate e como uma identidade presente no contexto brasileiro. Ao contrário, a bissexualidade encontrada em outros meios ganhava sentido a partir de diferentes noções de sexo, gênero e sexualidade e de diferentes relações conceituais entre estas diferenças, que nem sempre eram compreendidas como distintas.

A bissexualidade seria, afinal, uma categoria descritiva de estágios de liminaridade, fluidez e ambiguidade que poderiam ser compreendidos como positivos ou negativos, e que poderia vir a se encontrar e se confundir. Se pode parecer que muitos usos dessa categoria não são interessantes ou precisos, essa variedade na verdade diz muito sobre sua própria constituição histórica. Antes do florescimento de um movimento bissexual no Brasil, que disputará seu sentido, a bissexualidade é caracterizada pela sua própria polissemia e elasticidade. Não apenas em relação aos homens, como pensou Seffner, tensionando a oposição entre homo e heterossexuais, mas também a própria oposição sobre o que é homem ou mulher.

Referências

- ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- EISNER, Shiri. **Bi: notas para uma revolução bissexual**. São Paulo: Linha a Linha, 2021.

- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6:** Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- FRY, Peter. **Para inglês ver:** identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil:** a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.
- GONÇALVES, Telma Amaral. **Homossexualidade:** representações, preconceito e discriminação em Belém. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.
- HACKING, Ian. **The social construction of what?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris:** bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”:** ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- PERLONGHER, Néstor. **O que é Aids.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, Milton. Homossexualidades e questões LGBT: pesquisas e produção de conhecimento na Amazônia paraense. In: FREITAS, Marlene Rodrigues Medeiros (org.). **Direitos humanos e educação básica:** vivências e perspectivas. Belém: UFPA, 2017.

- RIBEIRO, Milton; FRANCO, José Luiz de Moraes. Quatro décadas de resistência queer: ativismo LGBT na Amazônia brasileira. **Cahiers des Amériques Latines**, v. 98, n. 3, p. 103- 132, 2021.
- RUSSO, Jane Araújo. O movimento psicanalítico brasileiro. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.
- SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da bissexualidade masculina. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- SILVA, Anaíza Vergolino e. **O tambor das flores**: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975). Belém: Paka-Tatu, 2015.
- STORMS, Michael D. Theories of sexual orientation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 5, p. 783-792, 1980.
- XAVIER, Francisco Cândido (pelo Espírito de Emmanuel). **Vida e sexo**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1971.

IDENTIDADE E EROTISMO EM ESPAÇOS BISSEXUAIS DIGITAIS: PRÁTICAS, SUBJETIVIDADES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Helena Motta Monaco¹

Resumo: Apoiado nas ideias de espaços bissexuais de Clare Hemmings e ambientes digitais de Débora Leitão e Laura Graziela Gomes, o trabalho explora espaços bissexuais construídos em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas através de uma etnografia digital. O objetivo da pesquisa foi mapear esses espaços e compreender seu papel na formação de comunidades ou subjetividades bissexuais, bem como as diferentes práticas presentes em cada um deles. Observei que em cada espaço são criados sentidos e práticas diferentes sobre a bissexualidade, que se relacionam com visões e formas de legitimação distintas sobre as categorias de sexualidade. Em alguns espaços é mais forte o discurso político e acadêmico que reivindica a bissexualidade como identidade para mobilização política e conquista de direitos. Em outros, ela se torna uma agregadora para práticas sexuais e afetivas, ou, ainda, aparece em elementos de identificação rápida, aparentemente desconectados de aspectos políticos.

Palavras-chave: Sexualidade. Antropologia digital. Bissexualidade. Redes sociais.

Introdução

A bissexualidade vem sendo amplamente identificada como uma espécie de caminho do meio ou lugar intermediário entre a homo e a heterossexualidade. Desse modo, ela é relegada a uma posição ambígua e liminar nos discursos sobre sexualidade, que a negam, mas precisam

¹ Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível B. E-mail: helenamonaco@gmail.com.

dela para se estabelecer (Angelides, 2001). Isso ocorre também em movimentos homossexuais e LGBTQIAP+, nos quais sempre houve participação de ativistas que se identificavam como bissexuais, mas que frequentemente eram malvistas, tinham sua sexualidade posta em dúvida ou sua participação enquanto identidade negada. Entretanto, apesar de espaços físicos estáveis identificados como bissexuais serem raros, nos últimos anos tem ocorrido uma proliferação de iniciativas on-line que reúnem ativistas, pesquisadoras e pessoas em geral que se identificam como bissexuais – movimento que se aprofundou durante a pandemia de covid-19. Assim, são construídos espaços de convivência, relacionamento, apoio mútuo, ativismo e da chamada influência digital em redes sociais e aplicativos de mensagens.

Este trabalho é resultado de minha pesquisa de doutorado, cujo objetivo é mapear e descrever espaços bissexuais digitais, suas especificidades, dinâmicas internas e processos de formação. Ademais, a pesquisa procurou compreender o papel do digital na formação de comunidades ou subjetividades bissexuais e entender como tais espaços expressam estratégias de legitimação, bem como as políticas produzidas neles. Para isso, foi realizada entre 2022 e 2023 uma pesquisa de campo etnográfica junto a grupos bissexuais reunidos em espaços digitais on-line e perfis voltados ao tema em redes sociais, além de grupos em aplicativos de mensagens instantâneas. As plataformas e aplicativos incluídos foram: Instagram, TikTok, Facebook, YouTube, Reddit, Twitter, Telegram e WhatsApp, cada um sendo utilizado e observado de uma forma diferente a depender de suas estruturas, funcionalidades e das características próprias dos grupos interlocutores. Adicionalmente às observações diretamente nas plataformas, foram realizadas entrevistas com pessoas que participavam de grupos e organizações

sobre bissexualidade, sejam eles de ativismo, acadêmicos ou de sociabilidade e relações sexuais. Essa abordagem se deu devido à percepção de que o digital é um meio importante de comunicação e organização de bissexuais – sejam organizações políticas (Monaco; Klidzio, 2021) ou apenas a formação de grupos, espaços de sociabilidade ou direcionados a práticas sexuais.

Assim, procurei fazer um mapeamento de lugares em que a bissexualidade parece ser o tema central no digital – mapeamento este que, embora não tenha a pretensão de abranger todos eles, também não se restringiu apenas aos espaços que eu já conhecia e onde eu já circulava de alguma forma. Ainda que a pesquisa completa seja mais ampla, este trabalho enfoca um recorte específico que diz respeito a uma comparação entre dois tipos diferentes de espaços. Desse modo, serão abordados mais diretamente os espaços acompanhados no WhatsApp e Facebook, que possuem características em comum, em contraposição a espaços entendidos como mais acadêmicos ou de ativismo bissexual.

Embasamento teórico

Alguns esforços vêm sendo feitos para identificar e descrever o que poderíamos chamar de visibilidades (Klidzio, 2023), ativismo (Monaco, 2020) ou espaços (Hemmings, 2002; Bowes-Catton, 2015) especificamente bissexuais. Inspirada nos estudos bissexuais e na antropologia digital, utilizo a noção de espaços bissexuais (Hemmings, 2002) para observar e analisar sociabilidades bissexuais em mídias digitais, que não são apenas meios de comunicação, mas que fazem parte do cotidiano (Miller *et al.*, 2019) e, como propõem Débora Leitão e Laura Graziela Gomes (2017) podem ser tratadas como ambientes que

possuem modos de vida particulares. A ideia de espaços bissexuais de Hemmings (2002) diz respeito ao lugar ocupado pela bissexualidade nos discursos ou no imaginário sobre gênero e sexualidade, como uma posição entre a hétero e a homossexualidade. Mas ela também se refere a espaços físicos ou simbólicos que são construídos como bissexuais. Por sua vez, a perspectiva de Leitão e Gomes (2017) permite pensar as mídias digitais como ambientes de forma análoga à cidade, compreendendo como os grupos constroem lugares próprios dentro das mídias e plataformas digitais. Assim, tal como o conceito de território, que não se limita à localidade geográfica material, porque faz referência especialmente às relações sociais e contextos históricos (Haesbaert, 2021), a noção de espaços bissexuais que utilizo diz respeito às relações estabelecidas e apropriações de ambientes digitais que permitem a criação de formas de vida bissexuais no meio digital.

Resultados e discussão

Durante o mestrado, desenvolvi minha pesquisa junto a ativistas e participantes de um coletivo bissexual de São Paulo (Monaco, 2020a) e pude identificar algumas concepções sobre a bissexualidade e demandas do movimento social. Lá, a bissexualidade era entendida como a atração por mais de um gênero ou independente do gênero, semelhante à forma como veio a ser definida mais recentemente pelo movimento nacional, no Manifesto Bissexual Brasileiro: “Bissexuais são pessoas para quem o gênero não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva.” (Frente Bissexual Brasileira, 2021). No entanto, parte importante da concepção de bissexualidade naquele contexto é que se tratava de uma identidade política e coletiva, visando a identificação de

semelhantes, a luta conjunta por direitos e contra a discriminação. Daí também os esforços à aproximação de outras categorias monodissidentes (cuja atração sexual ou romântica se dá por pessoas de mais de um gênero) como a pansexualidade e a polissexualidade, por exemplo, visando uma luta conjunta.

Assim, no contexto do ativismo, havia uma política de reconhecimento e uma demanda forte por visibilidade nos mais variados âmbitos. Desejava-se que houvesse bissexuais na mídia identificados como tal: artistas famosos declarando sua bissexualidade, personagens de séries, novelas e filmes em que a palavra bissexual fosse de fato dita. Com isso, seria possível identificar-se com aquela personagem, entender a bissexualidade como uma forma válida de existência e assim aceitar sua própria sexualidade.

Por sua vez, o próprio coletivo propunha iniciativas com vistas ao acolhimento de pessoas bissexuais e monodissidentes. Isso se dá pelo fato de que tanto o movimento bissexual quanto algumas pesquisas identificam más condições de saúde mental em pessoas bi e violências sofridas até mesmo em processos psicoterápicos (Leão, 2018; Lima; Damacena, 2021). O acolhimento seria uma resposta a isso, como forma de validar as experiências de pessoas bissexuais, auxiliar seus processos de entendimento e aceitação da própria sexualidade e afetividade, reduzindo, assim, o sofrimento. Nesse sentido, o acolhimento era utilizado como uma forma de ativismo, para atender às necessidades e demandas do público bissexual (Monaco, 2020b). Na pesquisa que deu origem a este trabalho, muitas das demandas e formas de compreender a bissexualidade se repetem, em especial nos espaços digitais que caracterizo como ativistas e acadêmicos, mas também no âmbito da chamada influência digital.

Essas iniciativas acadêmicas e ativistas refletem um desejo de produzir espaços em que a bissexualidade é, senão a norma, ao menos considerada “normal”. Helen Bowes-Catton (2015) chama atenção para a forma como certos corpos se “encaixam” (fit) em certos espaços e não em outros, mostrando que, no caso da bissexualidade, é comum que ela pareça excessiva em espaços vivenciados no cotidiano de seus interlocutores. Nesse sentido, o copo bi parece e é sentido como sempre deslocado no tempo e no espaço – o que não ocorre no espaço especificamente bissexual em que Bowes-Catton desenvolve sua pesquisa, isto é, na BiCon (uma convenção bissexual que ocorre anualmente no Reino Unido). Pode-se dizer que os perfis e grupos que acompanhei são esforços para construir espaços em que o corpo bissexual se encaixe confortavelmente, o que ocorre primordialmente através da visibilidade, da representação, troca de experiências, afetos e comunidade.

Esse era o tipo de espaço com o qual eu mais tinha contato na minha vida pessoal e, assim, que acreditava ser o mais comum na criação de espaços bissexuais. No entanto, esse contato prévio fez com que me sentisse demasiadamente próxima do meu tema de pesquisa, o que poderia me impedir de ter algum tipo de distanciamento analítico.

Como mencionado, quase todos os espaços que já me eram familiares têm a intenção de se fazer como espaços bissexuais, em que a bissexualidade pode ser vivida e falada de forma confortável, sem precisar dar explicações ou se defender de acusações. São espaços em que o acolhimento é muito importante, trocar experiências e se ver na fala dos outros. Ademais, e relacionado a isso, esses espaços valorizam a visibilidade e a representatividade, no sentido de que a bissexualidade deveria estar visível e reconhecível nos espaços, justamente porque se reconhecer no outro é uma forma de se entender e se aceitar (Monaco, 2020a).

Mas nesses espaços havia também certa resistência em falar sobre sexualidade em termos de práticas, desejo e erotismo, ao passo que discussões sobre identidade eram mais valorizadas. Em alguma medida isso também ocorre nas pesquisas acadêmicas: se algumas pesquisas mais antigas como as de Fernando Seffner (2003) e Elizabeth Lewis (2012) problematizavam práticas e desejos (bi)sexuais, nas mais recentes, por volta de 2015 em diante, esses aspectos da sexualidade deixam de aparecer e o que predomina são os temas do próprio movimento bissexual: das violências sofrida, da saúde mental e da identidade política.

A meu ver, isso tem dois motivos principais. Em primeiro lugar, há uma tentativa de rebater estereótipos, dado que a bissexualidade é muito associada, no senso comum, à promiscuidade, uma espécie de devassidão ou excesso sexual. Assim, é usada a estratégia de afirmar que pessoas bi não são promíscuas, que podem ser monogâmicas, que não necessariamente vão trair seus parceiros e parceiras, rebatendo acusações. O segundo motivo se relaciona com o entendimento da própria bissexualidade não como atrelada a práticas, mas a uma identidade ligada à atração. Uma atração, inclusive, que pode ser não só sexual, mas também puramente romântica. Assim, nessa perspectiva, ser bissexual não dependeria necessariamente de práticas sexuais.

De fato, muitas vezes parece haver até mesmo uma aversão a tentativas de tornar os espaços bi lugares para procurar parcerias sexuais ou para falar de práticas e desejos eróticos. Eu já tinha ouvido falar de outros espaços bissexuais, frequentemente tratados quase como abjetos em alguns espaços que frequentei. Pontualmente eu lia que aquele lugar não era “de putaria” ou para “procurar mulher para *ménage*”² em alguns espaços de sociabilidade bi.

² *Ménage à trois*, isto é, sexo a três.

Um desses casos ocorreu em um espaço do coletivo junto ao qual realizei minha pesquisa de mestrado, em um grupo no Facebook com regras para ingresso. Uma das regras especificava que o grupo não era “catálogo de mulher pra ménage” – e uma participante me explicou que essa regra existia para o grupo não se tornar um lugar “de pegação”. Já na pesquisa atual, em um grupo de WhatsApp sobre bissexualidade de caráter mais politizado, vi comentários sobre um homem supostamente heterossexual que foi expulso do grupo porque lá não era lugar para “héteros realizarem seus fetiches”. Foi esse tipo de acusação que me despertou a curiosidade de saber quem eram as pessoas que entravam em grupos de bissexuais buscando parcerias para ménage, ou outras formas de relação, e qual seria a sua concepção de bissexualidade – já que aparentemente não correspondia à das outras pessoas participantes dos grupos. Ao buscar outros espaços que não conhecia anteriormente, fui percebendo que, em geral, nos grupos públicos de Facebook e de WhatsApp falar sobre bissexualidade, ou estar em um espaço caracterizado como bi, é, sim, falar sobre sexo, desejo, erotismo e buscar parcerias.

No Instagram eu conhecia um único perfil que falava sobre e parecia querer promover encontros sexuais envolvendo pessoas bi. Trata-se de um perfil voltado a mulheres, que fala sobre relações envolvendo um casal e outra mulher, sendo as duas entendidas como bissexuais. Ele é administrado por uma mulher bissexual, que tem um namorado, e, juntos, eles gostam de ter relações sexuais com outras mulheres. As publicações no feed e stories falam sobre a dificuldade de encontrar parceiras dispostas a ter esse tipo de relação, compartilham mensagens de outros casais procurando mulheres em suas cidades e regiões, discutem práticas e preferências sexuais – por exemplo, relatando

algumas experiências ou falando das posições preferidas no sexo a três. Já houve também uma publicação chamada de “Tinder” (em referência ao aplicativo de relacionamentos) em que perfis seguidores se apresentavam nos comentários (sendo casais ou mulheres solteiras), visando encontrar pessoas para se relacionar.

Ao explorar outras plataformas, percebi que o modelo “Tinder” era muito comum nos grupos de Facebook. Vários grupos com temática bissexual eram formados quase que exclusivamente de publicações com fotos e apresentações de pessoas e comentários elogiosos de outros membros. Em alguns casos, particularmente de casais procurando outras pessoas para se relacionar, não são compartilhadas fotos reais, mas ilustrações que mostram relações a três ou fotos que parecem ser de modelos ou bancos de imagens – normalmente mostrando um homem com duas mulheres (em geral uma de cada lado dele) ou três pares de pés em uma cama. Nesses casos, as pessoas que aparecem nas fotos são usualmente brancas, magras e/ou musculosas, jovens e sem deficiências visíveis – ao passo que nas fotos próprias dos participantes há uma diversidade muito maior na aparência das pessoas. Foi em grupos assim que encontrei alguns de meus interlocutores que me concederam entrevistas através do Messenger, o aplicativo de mensagens instantâneas do Facebook. Nesses espaços, os sentidos atribuídos à bissexualidade são muito diferentes. Ali, as pessoas participantes não buscavam um acolhimento ou mobilização em torno de uma identidade política, mas encontros sexuais e relacionamentos – sejam sexuais ou de amizade.

Alex, por exemplo, diz que entrou “nesse mundo bi sex” há pouco tempo e que procura no grupo do Facebook alguém que “curte o que curto”. Depois ele me explicou que é crossdresser (o que definiu como se vestir “no sexo oposto”) e que gosta de “inversão de papéis”,

isto é, de ser penetrado por mulheres. Mas ele não procura apenas mulheres e sim casais, preferencialmente (“ela me penetra ele também”) – embora não aceite homens sozinhos porque “não existe tesão”. Ao ser questionado, me disse que é bi “às vezes”, porque se relaciona mais com mulheres. Nesse sentido, percebe-se uma concepção da sexualidade como associada a práticas – e não só à atração. Como normalmente se relaciona mais com mulheres e “não existe tesão” por homens sozinhos, na concepção de Alex é como se ele se tornasse bissexual apenas naqueles momentos em que se relaciona com casais – havendo, aí sim, tanto o desejo quanto a prática sexual em si. Algumas pessoas mais próximas sabem que Alex é crossdresser, mas ele havia terminado recentemente um namoro porque julgava que a parceira “não curtia”, mesmo não tendo contado a ela, porque, de acordo com ele, ela julgava e não aceitava “pessoas LGBT”.

Diego, que se identificou como bissexual, também procura casais nos grupos. Para ele, é importante que não seja “só sexo a 3”, mas que o casal seja realmente casado porque “curt[e] pegar o parceiro na frente do outro” e sente mais prazer vendo “o marido olhando ou ver a esposa vendo o marido mamar e sentar”. Apesar de ter amigos gays e lésbicas, afirma que, por ser casado, ninguém sabe sobre sua sexualidade – exceto a própria esposa, com quem já teve experiências sexuais a três. Ele me contou que eles tiveram “uma experiência de cada” (depois disse que foram “umas 10 vezes”) e que “a primeira vez do bi de cada um, foi na presença do outro”. Ele gostou e ela não, então ele continuou saindo com casais sem que ela soubesse. Novamente, a noção de “bi” aparece atrelada à própria prática sexual – se antes ele nunca havia se relacionado com um homem, sua primeira “experiência bi” foi ter relação sexual com a esposa e outro homem.

Júlia, que tem um perfil de casal com seu marido, busca uma terceira pessoa para a relação. Ela conta que existe muita dificuldade, porque algumas pessoas são mal-intencionadas ou só querem conseguir “fotos e chamadas de vídeo para se masturbar”. Ela se identificou como bi e ele como hétero. Apesar de não procurar necessariamente só mulheres, Júlia me contou que os homens normalmente desistem muito facilmente, já que o casal tem “muitos critérios de higiene e segurança”, então procuram mais por mulheres bi. Quando questionei o porquê, ela me respondeu simplesmente que “nós bi somos as melhores”.

Matheus também tem um perfil de casal, com Bruna, e procura uma mulher bi para integrar o relacionamento, porque “a Bruna quer se permitir”. Nenhum deles se identificou como bissexual, mas Matheus acha que, sendo uma mulher bi, ficaria “mais fácil”, pois ele seria “facilitador”, já que “Bruna sozinha não tem coragem” e acha que se não fosse uma mulher bissexual ela não aceitaria sua presença ou participação na relação sexual.

Outros espaços incluídos na pesquisa foram grupos de WhatsApp, onde há a presença de pessoas de idades variadas, desde adolescentes até idosos. No entanto, as pessoas mais ativas nos grupos têm por volta de 16 a 30 anos – ao menos no grupo mais movimentado onde pude acompanhar e a apresentação das pessoas é obrigatória. Nesse grupo são centenas de mensagens trocadas por dia, de pessoas contando sobre suas vidas, enviando memes, fotos do que estão fazendo no momento, compartilhando músicas e falando sobre gostos pessoais – nada disso tendo relação com a bissexualidade, necessariamente (e, apesar de ter “bissexual” no nome e muitos integrantes bissexuais, o grupo não se restringe a pessoas bi).

Mas no WhatsApp a troca de material erótico é mais intensa. Um dos grupos que acompanhei é composto quase exclusivamente pela troca de fotos e vídeos eróticos. Em outro, há uma faixa de horário (nem sempre respeitada e que mudou ao longo da pesquisa) em que é permitido enviar esse tipo de mídia – isto é, os “nudes” e “pornô”. Assim, não é raro que se compartilhem dezenas de vídeos e imagens desse tipo durante o período permitido, que vão desde vídeos pirateados de plataformas como OnlyFans e outros sites até fotos e vídeos dos próprios genitais ou outras partes do corpo como nádegas e seios, nuas, com roupas íntimas (lingeries e cuecas) ou roupas finas mostrando contornos, por exemplo, dos mamilos ou do pênis ereto. Normalmente quem envia mais fotos e vídeos são os homens do grupo – e são eles também que comentam e reagem mais àqueles que foram enviados por outras pessoas – sendo frequente a reclamação de que as “meninas” compartilham poucos “nudes”. Em uma ocasião, chegou a ser comentado que aquele parecia “grupo gay” porque só os homens mostravam seus corpos. As fotos e vídeos são enviados quase sempre no modo de visualização única do WhatsApp, recurso que não permite que se salve ou encaminhe as imagens, que podem ser visualizados apenas uma vez – exceto pelo uso de meios externos ao WhatsApp.

Para além do material erótico compartilhado, é muito frequente que haja flerte e insinuações sexuais entre os participantes do grupo, mesmo fora do horário próprio para nudes indicado nas regras. De fato, as duas entrevistas que fiz com participantes do grupo foram com homens que buscavam parceiras no grupo – e, na verdade, parecem ter falado comigo principalmente para este fim, mesmo após minha explicação sobre a pesquisa.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou que existe uma pluralidade de sentidos e práticas relacionados à bissexualidade. Cada uma das plataformas observadas reúne pessoas com perfis e interesses distintos, o que se reflete em suas relações e concepções sobre a própria sexualidade. Em alguns espaços – particularmente no Instagram e espaços de estudo ou ativismo – é mais forte o discurso político e acadêmico que reivindica a bissexualidade como identidade para mobilização política e conquista de direitos. Em outros, como em grupos de Facebook e WhatsApp, ela se torna uma categoria agregadora para a busca de práticas sexuais e afetivas.

A partir das observações nas plataformas e aplicativos, percebe-se que não há um conceito ou forma única de vivenciar a bissexualidade. Apesar dos esforços do movimento bissexual de criar uma definição de bissexualidade que seja abrangente, é evidente que, como aponta Butler (1991), definir uma identidade sempre cria exclusões. Nesse sentido, ao invés de eleger uma única definição como a correta, é necessário que pesquisas sobre bissexualidade reconheçam seu caráter polissêmico, como indicou Inácio Saldanha (2023).

Adicionalmente, a pesquisa oferece pistas para corroborar com argumentos apresentados por Hemmings (2002) e Bowes-Catton (2015) ao analisarem espaços bissexuais, nos quais a tentativa de criar um espaço seguro, sem preconceitos e exclusões, por vezes mascara as exclusões e diferenças que existem em seu interior. Se no movimento e nos espaços acadêmicos a bissexualidade é uma identidade política que se define pela atração sexual ou romântica por pessoas de mais de um gênero, justamente procurando se afastar tanto da sexualização quanto

do binarismo de gênero, nos espaços de erotismo a bissexualidade aparece atrelada a práticas sexuais com homens e mulheres.

Assim, existem sentidos diferentes e até conflitantes nos diferentes espaços, de modo que não há consenso sobre o que é bissexualidade e como deveria ser um espaço bi – até mesmo porque nos espaços em que as práticas sexuais são mais valorizadas as pessoas participantes não buscam uma visibilidade, como quer o movimento social, mas justamente o anonimato, ou “sigilo”, como se percebe pelo uso de perfis não identificados, que não mostram o rosto, e pelo envio de nudes no modo de visualização única. Por sua vez, nos espaços acadêmicos e de ativismo o objetivo é sempre tornar a bissexualidade mais visível e reconhecível e se afirmar enquanto tal.

Nesse sentido, acredito que as pesquisas sobre bissexualidade devem começar a olhar mais para a diversidade existente nas formas de vivenciar e entender a bissexualidade no tempo presente, como se percebe nos espaços bissexuais aqui analisados. Se é importante fazer uma prática de pesquisa engajada e comprometida com o movimento bissexual, é igualmente imprescindível não perder de vista toda essa diversidade difícil de conciliar ou resumir numa definição de bissexualidade. Como campo em formação, os estudos bissexuais não podem excluir, de nossas análises, as práticas e experiências bissexuais que não correspondem às concepções exclusivamente do movimento social e aos moldes de uma identidade política bissexual, pois deixar de considerar essas existências é falhar em perceber a diversidade da bissexualidade que tanto afirmamos, excluindo todo um grupo de pessoas que também tem algo a dizer sobre bissexualidade, ainda que de outra forma.

Referências

- ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- BOWES-CATTON, Helen Talitha. **‘Like a playground should be?’: experiencing and producing bi subjectivities in bisexual space**. 2015. 374 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Department of Psychology in Social Sciences, The Open University, Milton Keynes, 2015.
- BUTLER, Judith. Imitation and gender insubordination. In: FUSS, Diana (org.). **Inside/Out: lesbian theories, gay theories**. New York: Routledge, 1991, p. 13-31.
- FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Manifesto bissexual brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 15 set. 2023.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- HEMMINGS, Clare. **Bisexual spaces: a geography of sexuality and gender**. Nova York: Routledge, 2002.
- KLIDZIO, Danieli. **Existências em rosa, roxo e azul: ativismos e visibilidades bissexuais brasileiras a partir das mídias digitais**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.
- LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018. 119 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 41-65, 2017.

- LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.
- LIMA, Luís Antônio Gomes; DAMACENA, Felipe Carvalho. Experiências de bissexuais em psicoterapia: “cura bi”, discriminação e patologização do sofrimento social. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 5, n. 16, jan./abr. 2022.
- MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a.
- MONACO, Helena Motta. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes”. **Simbiótica**, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020b.
- MONACO, Helena; KLIDZIO, Danieli. O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 5, n. 1, p. 153-168, 2021. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/13089> Acesso em: 10 dez. 2022.
- SALDANHA, Inácio. **Categorias em trânsito**: classificações da sexualidade e a emergência da “bissexualidade” em Belém nos anos 1980 e 90. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ATIVISMO BISSEXUAL BRASILEIRO: NOTAS SOBRE IDENTIDADE E VISIBILIDADES

Danieli Klidzio¹

Resumo: Partindo de minha dissertação de mestrado, neste trabalho reflito sobre identidade bissexual em um âmbito pessoal e político, entendendo essas esferas como interrelacionadas. Faço isso a partir das organizações: GAEBI/REBIM, Frente Bissexual Brasileira e Frente Bissexual do Piauí. Esse é um recorte de uma pesquisa etnográfica nas mídias digitais em que acessei ativismos bissexuais de diferentes regiões do Brasil e iniciativas que chamo de “visibilidades bi”, como podcast, literatura, produção de conteúdo no Instagram e eventos acadêmicos como o SENABI. Há importantes iniciativas ativistas bissexuais no Brasil desde as últimas décadas, sendo comemorados os 20 anos de movimento, mas mobilizações em torno da bissexualidade se destacaram nos últimos anos em uma perspectiva que perpassa o contínuo on/off-line, a partir das mídias digitais no contexto da pandemia e pós-pandemia de Covid-19. Espaços digitais que escorregam para o off-line e que têm capacidade de produzir visibilidades são parte importante do ativismo bissexual brasileiro. Trata-se de visibilidades bissexuais brasileiras, políticas e científicas que existem a partir de uma rede dinâmica em que os usos da identidade são negociados entre limitações e potenciais para a criação de espaços seguros e de acolhimento.

Palavras-chave: Bissexualidade. Identidade. Ativismo. Mídias digitais.

Introdução

Neste trabalho trago um recorte de minha dissertação de mestrado (Klidzio, 2023), no que diz respeito a alguns aspectos presentes

¹ Licenciada, mestra e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - PPGCS/UFSM. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Emoções e Realidades Digitais - NEERD/UFSM e da REBIM - Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência. Co-criadora do projeto Bi-Biblioteca (@bi__biblioteca), um perfil de divulgação científica sobre bissexualidade e monodissidência no Instagram. E-mail para contato: danieli.klidzio@gmail.com.

na pesquisa sobre a noção de identidade e seus usos. Apresento isso a partir da abordagem de três organizações: o GAEBI - Grupo Amazônica de Estudos sobre Bissexualidade que no início de 2023 veio a tornar-se a REBIM - Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência,² a Frente Bissexual Brasileira³ e a Frente Bissexual do Piauí.⁴ Assim, o presente trabalho tem como tema questões pertinentes à construção de diferentes ativismos bissexuais no Brasil. São formas de ativismos que se conectam em uma rede de visibilidades bissexuais a partir de iniciativas como podcast, literatura, produção de conteúdo em redes sociais e plataformas como o Instagram, bem como eventos científicos e espaços de estudos sobre bissexualidade.

Em termos gerais, neste texto trato sobre uma rede de visibilidades que pode ser visualizada a partir de um panorama sobre o que tem sido reivindicado acerca da bissexualidade no Brasil. Entendo “o ativismo bissexual brasileiro” como uma rede que contempla iniciativas de organização ativista e de visibilidades que reivindicam espaços. É uma rede que ganha vida com organizações formalizadas como o GAEBI/REBIM, mas que também sobrevive a partir de ações sujeitos independentes que estudam, que criam e compartilham conteúdos, e até mesmo que levam a bandeira bissexual para manifestações públicas em atos na rua, como foi o caso dos protestos do movimento “Fora Bolsonaro” em 2021. Nesse sentido, considero a identidade bissexual em um âmbito pessoal, subjetivo, do sujeito e suas emoções, na medida em que é mobilizada em seus processos de construção de uma

² Organizações que idealizaram e organizam o SENABI evento em que este trabalho foi apresentado. Disponível em: <https://www.instagram.com/rebimbr>. Acesso em: 23 out. 2023.

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/frentebissexualbr>. Acesso em: 23 out. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/frentebipiaui>. Acesso em: 23 out. 2023.

identidade para si almejando-se a criação de espaços de diálogo, de comunicação ativista e sobre estudos sobre bissexualidade, e também de acolhimento.

A pesquisa que produziu os dados aqui utilizados teve como metodologia a etnografia nas mídias digitais, orientada por três sensibilidades etnográficas propostas pelas autoras: perambulação, acompanhamento e imersão (Leitão; Gomes, 2017). Com a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas para inserção, aproximação e diálogo com o campo. O campo da pesquisa foram as mídias digitais e redes sociais. Percorrendo uma trilha nas mídias digitais durante a pandemia, entrevistei 9 pessoas: Beatriz Cruz, Beatriz Hermans, Elisa Volpato, Gui Neves, Inácio Saldanha, Roney Rodrigues, Trix Gomes, Nick Nagari e Talitta Cancio. Também acompanhei organizações já mencionadas como a Frente Bissexual Brasileira, o GAEBI e a REBIM, além da Frente Bissexual do Piauí. E como dito, é sobre essas organizações que me detenho neste trabalho, considerando-as ilustrativas para uma breve reflexão sobre o ativismo bissexual no Brasil, considerando mobilizações.

Como parte das considerações metodológicas do trabalho, destaco que durante a produção da pesquisa, desde seu projeto até sua finalização, bem como em momentos posteriores de reflexão e contínua comunicação sobre os dados, tem sido necessário um movimento de mediação entre pesquisadora e também interlocutora. Digo isso pois, a pesquisa que origina este texto foi realizada, de certa forma, “de dentro”, na medida que o acesso ao campo foi possibilitado, ou, pelo menos, privilegiado, a partir da minha identificação como bissexual e minha participação em muitos dos espaços estudados. Além disso, foi influenciada pela iniciativa de divulgação científica no Instagram, a

Bi-Biblioteca,⁵ minha criação com a pesquisadora e antropóloga Helena Monaco. Portanto, em uma pesquisa localizada e assumidamente engajada (Haraway, 1995), há um movimento de pesquisar meu próprio ambiente de convivência, o que, se tratando de uma etnografia requer um movimento de “estranhamento do familiar” (Velho, 1981).⁶

Desenvolvimento

Com base em Cavalcanti (2007), Leão (2018) e Monaco (2020), organizações ativistas bissexuais no Brasil têm sido produtivas no Brasil nas últimas décadas. Camila Cavalcanti (2007), em uma pesquisa sobre construção da bissexualidade enquanto identidade a partir de discursos e práticas ativistas, destacou a geração de sentimentos de pertencimento e de um senso de coletividade em contrapartida a um silêncio que perpassa bissexuais a partir do preconceito, o que faz com que falarem sobre si em diversos espaços seja difícil. Maria Leão (2018) apontou as dificuldades de construção da bissexualidade como uma identidade que seja vista como suficientemente real e política. E, a partir de Monaco (2020), me apoio em reflexões que apontam o acolhimento como traço central do ativismo bissexual brasileiro. Isso tudo condensa reflexões sobre a necessidade de espaços por parte de bissexuais, mas espaços específicos, que podem ser delineados e articulados a partir da identidade como ferramenta política. Nesse sentido, desde processos íntimos de identificação enquanto bissexual, de conhecimento da palavra e da

⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/bi__biblioteca Acesso em: 23 out. 2023.

⁶ Isso aciona uma reflexão teórico-metodológica acerca dos usos e dinâmicas da identidade da pessoa pesquisadora no trabalho de campo, questão que pretendo tratar em textos futuros.

possibilidade de existência dessa orientação sexual, até as disputas por representatividade e por representações em contextos LGBTQIAP+, a identidade é central. No entanto, mesmo assim, não deixa de ter a possibilidade de ser limitante (Butler, 2020; Haider, 2019) pois classifica e pode ser vista como prescritiva quando se busca nela modelos de modos de ser, agir e fazer-se visto, o que é prejudicial na medida em que homogeniza.

Beatriz Cruz, uma das entrevistadas, é uma das idealizadoras do GAEBI, conhecido como o primeiro grupo de estudos sobre bissexualidade no Brasil, que tem seu nome por conta do desejo de estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará de criarem um espaço para lerem e discutirem sobre bissexualidade. Criado em 2019, de forma presencial e off-line, o GAEBI suspendeu suas atividades no mesmo ano, voltando em 2020 de modo on-line e se expandindo ao reunir estudantes de diferentes regiões do Brasil em encontros no Google Meet. Logo que retornou suas atividades nesse formato pude integrar o grupo, sendo um espaço essencial de aporte teórico e suporte emocional durante a realização da minha dissertação.

A partir das entrevistas com Beatriz Cruz e Inácio Saldanha (também integrante desde o início e coordenador das atividades do GAEBI junto com Triz durante a pandemia) pude acessar, juntamente a partir de minha própria experiência, uma dimensão importante do que o grupo representa. Ao reunir pessoas de diferentes lugares interessadas no tema, com os anseios de pesquisarem, conhecerem referências e conseguirem conversar sobre seus temas de pesquisa, o grupo de estudos cumpre um papel formativo e de acolhimento. Além disso, configura-se como um espaço ativista na medida em que conversa com a necessidade de engajamento do tema e dessa identidade,

trabalhando para a criação de espaços para bissexuais que pesquisam sobre bissexualidade em meio a diferentes temáticas. Nesse sentido, é um espaço e uma organização que organicamente se transformou em uma rede nacional em 2023 (REBIM - Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência), de acolhimento e de produção de conhecimento científico sobre uma identidade social, sendo esse um trabalho feito majoritariamente por bissexuais motivados para criarem ambientes seguros e produtivos. Isso pode até ser encarado como propício a homogeneização de ideias e abordagens sobre a bissexualidade, mas o fato é que se mostra espaço essencial de discussões, mantendo-se aberto para novas pessoas integrantes, sendo essas de diferentes localidades do Brasil, áreas e níveis de formação acadêmica.

Esse papel de acolhimento, já identificado como traço do ativismo bissexual por Monaco (2020) produz mobilização e também cabe à Frente Bissexual Brasileira que trago para as reflexões neste trabalho. Criada em 2020 como uma frente ampla de representação e articulação ativista, composta por coletivos e ativistas independentes de distintas regiões do Brasil. Algumas pessoas que integram a REBIM também integram a Frente e circulam em espaços ativistas. Especialmente em ações da Frente como a realização do I e do II Festival Bi+ em 2021 e 2022, que se deram de forma on-line reunindo ativistas, artistas e pessoas pesquisadoras referências sobre bissexualidade. O Festival foi uma iniciativa de celebração e luta bissexual, como criação de um espaço de debate e de representatividade. Apesar de on-line, e, na verdade, muito por conta de ser realizado on-line, possibilitou o encontro de pessoas de diferentes regiões de uma forma acessível para quem tinha acesso à internet.

Assim como o GAEBI/REBIM, a Frente mantém-se aberta para novas pessoas integrantes e faz reuniões on-line. Algumas de suas ações

no período do primeiro ano de atuação, além da realização do Festival, foram o mapeamento de candidaturas bissexuais eleitas no Brasil; a participação de congressos e seminários como o 18º Seminário LGB-TQIA+ do Congresso Nacional e o 4º Congresso Internacional de Direito da Diversidade da OAB/SP; e a realização de lives para discutir temas como mulheres e bifobia, racismo e bifobia, existências e resistências trans e bifobia. E também as lives “Orgulho LGBTQ+ também é Bissexual: um resgate da memória ativista bissexual” e “Cidadania Bissexual: O que as eleições de 2020 têm a ver com isso?” (eleições municipais) que trazem temas amplos ao encontro da bissexualidade enquanto identidade política.

A Frente também tem escrito e publicado textos nas redes sociais como o intitulado “A Bissexualidade é Revolucionária” assinado pela ativista e pesquisadora Nanda Rossi publicado em 24 de dezembro de 2020; o chamado “Manifesto pelas dissidências” publicado em 29 de janeiro de 2021 (dia da visibilidade trans) e o texto “Dia Internacional das Pessoas Não Binárias” em 14 de julho de 2021. Também foi escrito pela Frente o texto “*Building Bisexual Visibility in Brazil*” (Construindo Visibilidade Bissexual no Brasil) para o número 37 da revista alemã sobre bissexualidade *Bijou Magazine*, publicado em 25 de março de 2021. Essa publicação marcou uma importante relação com outros países a partir da existência da Frente para demarcar especificidades da bissexualidade no Brasil e reconhecer um movimento de visibilidade construído.

Por fim, apresento a Frente Bissexual do Piauí, criada antes da pandemia, em 2018 e que representa um espaço de acolhimento principalmente para pessoas bissexuais de regiões como o nordeste, distantes do eixo RJ-SP por não se sentirem tão facilmente reconhecidas nos debates e visibilidades que partem principalmente das urbanidades desse

eixo regional. Em minha pesquisa etnográfica conversei com Roney e Trix, que idealizaram a Frente Bi juntamente com outras duas pessoas ativistas. A principal motivação para a criação da Frente foi o desejo de um coletivo para gerar afetos e literalmente abraçar pessoas bissexuais em rodas de conversa e de acolhimento. Ambos os estudantes de psicologia e ativistas, mostraram-se motivados por um potencial educador, de produzir acolhimento e trabalhar a partir da diferença no cotidiano de suas universidades e seus municípios pois identificavam violências bifóbicas até mesmo em espaços do movimento estudantil e LGTB. Nas palavras de Roney, “[...] foi uma forma que a gente encontrou de ser visto, de dizer que a gente existia, foi por isso que a Frente Bissexual nasceu, foi mais pra esse... num primeiro momento pra acolher e depois pra gente dizer que a gente existe, que a gente tinha voz sim também e que a bissexualidade existia.”

Desde o período de pandemia estou inserida em meio a esses movimentos de visibilidades, tanto como pesquisadora, quanto como pessoa bi interessada no debate e na construção de espaços bissexuais, que para mim são identidades indissociáveis. Assim como são indissociáveis muitos dos sentidos de identidade que tenho visualizado a partir da pesquisa, que perpassam um âmbito pessoal e político de interesse na nomeação do que é bissexual e afirmação da bissexualidade. Visto isso, destaco a identificação do digital como espaço de atuação política (Monaco; Klidzio, 2021) e de produção de visibilidades (Klidzio, 2023) por conta da possibilidade de articulação de uma rede orgânica de pessoas de diferentes regiões do Brasil. Essa rede não é homogênea pois é constituída por iniciativas de áreas diferentes e até mesmo por perspectivas e apegos conceituais um tanto quanto distintos em alguns momentos. Ou, pelo menos, a partir de linguagens diferentes como a

ativista e a acadêmica. No entanto, um fio condutor pode ser identificado, como sendo a necessidade de demarcação de espaços a partir da busca e criação de ambientes para dialogar e tecer vínculos em torno do interesse de fazer com que cresça o debate e o conhecimento acerca da existência da bissexualidade.

Isso tudo, faz parte de um movimento amplo em ambientes de acolhimento forjados a partir das mídias digitais que produzem suas próprias condições para se expandir, acolhendo e afetando mais pessoas, com derramamentos e continuidades entre o on-line e o off-line. No entanto, como limitações dessas construções políticas e de acolhimento, em meio às suas demandas de organizações ativistas e de estudo sobre o tema da bissexualidade, tenho identificado a necessidade de fuga de uma homogeneização da identidade que tende a vir, quase que automaticamente, a partir de visibilidades bi que são facilmente mais vistas. Por exemplo, faz-se necessário um debate que pense as diferentes realidades nas regiões brasileiras e que considere a invisibilidade de iniciativas que estão fora da centralidade do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. E ainda, que considere as dificuldades de mobilização em redes locais em espaços interioranos e até mesmo rurais, ainda que haja uma integração em uma rede on-line.

Considerações finais

Há a intenção de construir uma reflexão (ainda em andamento) sobre as potencialidades e as armadilhas da identidade. Interessa-me aprofundar características do ativismo bissexual brasileiro como um todo, mas que, por sua vez, se encaminham para a visualização das especificidades da bissexualidade entre regionalidades, condições de

acesso e integração a essa rede de visibilidades. Identifico que para a manutenção dessa rede é importante a centralidade das construções de debates em diferentes localidades, em grande parte possibilitadas com a convivência e organização on-line (o que se dá, ainda que não mais com a mesma intensidade, mesmo num período pós-pandemia).

Pode-se concluir que, apesar de existirem importantes iniciativas ativistas bissexuais no Brasil das últimas décadas, as mobilizações em torno da bissexualidade se destacaram nos últimos anos em uma perspectiva que perpassa o contínuo on/off-line, a partir das mídias digitais no contexto da pandemia e pós-pandemia de Covid-19. Espaços digitais que escorregam para o off-line e que têm capacidade de produzir visibilidades são parte importante do ativismo bissexual brasileiro. Trata-se de visibilidades bissexuais brasileiras, políticas e científicas que existem a partir de uma rede dinâmica em que os usos da identidade são negociados entre suas limitações e seus potenciais para a criação de espaços seguros e de acolhimento.

De modo geral, as reflexões giram em torno da pontuação da identidade bissexual como central na tentativa de garantir uma afirmação do que se é. Visto a existência de um apagamento da bissexualidade e de mecanismos de invisibilidade a partir da pressuposição de que só existem duas orientações sexuais possíveis: a heterossexualidade e a homossexualidade, a comunicação e estabelecimento de diálogos e representações a partir da consolidação de uma identidade é essencial. Isso não exclui a necessidade de caminhar com um certo cuidado em relação a homogeneização que qualquer identidade coloca, seja em relação a interseccionalidade com outros marcadores sociais como gênero, raça e classe, como também no que diz respeito ao questionamento de quais são as visibilidades bissexuais que mais são vistas. Nesse sentido,

pode-se dizer que uma das considerações do trabalho é a afirmação de que tratar de um ativismo bissexual brasileiro no singular é menos coerente do que pensar ativismos bissexuais em rede, que se expandem conforme seus contextos e necessidades, mas tendo referências semelhantes e até mesmo a circulação dos mesmos sujeitos em diferentes espaços como ativismo e produção acadêmica.

Referências

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CAVALCANTI, Camila D. **Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf Acesso em: 23 out. 2023.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7 - 41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 23 out. 2023.
- KLIDZIO, Danieli. **Existências em rosa, roxo e azul: ativismos e visibilidades bissexuais brasileiras a partir das mídias digitais**. 2023, 197 f. Dissertação (Mestrado) - Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

- LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris**: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018, 117 f. Dissertação (Mestrado) - Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618>. Acesso em: 23 out. 2023.
- LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, n. 42, 1 sem. 2017, p. 41- 65. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12043> Acesso em: 23 out. 2023.
- MONACO, Helena M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes”. **Simbiótica**, v. 7, n. 3, jul.- dez., p. 228-251, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33701> Acesso em: 23 out. 2023.
- MONACO, Helena M. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020a. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19897> Acesso em: 23 out. 2023.
- MONACO, Helena; KLIDZIO, Danieli. O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/13089> Acesso em: 23 out. 2023.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto (org.). **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 121-132.

A HOMOAFETIVIDADE EM AMBIENTES DE CÁRCERE FEMININOS E O APAGAMENTO BISSEXUAL ÀS LUZES DE BUTLER E FRASER

Izabela Silva Moreira¹

Resumo: Este artigo visa a análise e elaboração da discussão sobre a homoafetividade nas prisões femininas brasileiras, e sobre o apagamento da bissexualidade, presente em muitos discursos e até mesmo dados públicos. Para compreender as relações de gênero e sexualidade será utilizada a teoria da performatividade de Judith Butler. Será utilizada também como aporte teórico a teoria de reconhecimento de Nancy Fraser, para aprofundar na questão da luta do direito pelo reconhecimento enquanto direito humano. Por último será analisado o recorte de gênero na situação de aprisionamento, enquanto fator de discriminação e diferenciação, tornando a sexualidade como tabu, especialmente aquela que foge do considerado natural.

Palavras-chave: relações de gênero, aprisionamento feminino; LGBTQIAPN+, homoafetividade, performatividade.

Introdução

O presente trabalho tem como finalidade fazer uma análise da homoafetividade feminina no ambiente de cárcere, tendo em vista o tabu em torno da sexualidade feminina como um todo, e os papéis de gênero que são reforçados na sociedade, mas muitas vezes quebrados no ambiente prisional. Também pretende ser tratado no artigo o apagamento bissexual frequentemente presente quando o assunto da fuga da heteronormatividade em prisões femininas é trazido à tona. Como irá

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas, na linha Direito à Educação e Políticas Públicas.

ser explicitado no corpo do artigo, esse apagamento da bissexualidade se postula a partir do binarismo de gênero existente na sociedade e reforçado no cárcere.

Para Butler (2003) o gênero é tomado de performatividade na medida que “é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero” (p. 31), e neste mesmo regime “os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (p. 32). Sendo assim, é possível entender essa performatividade, dentro e fora do cárcere, como práticas e discursos que se reiteram construindo realidades passíveis à normatividade binária.

A Teoria Tridimensional Crítica, proposta por Nancy Fraser (2006), também será usada como aporte teórico tendo em vista sua demanda por justiça como dividida em demanda de reconhecimento, redistribuição e representação política. Buscando compreender como a população LGBT busca reconhecimento e representação dentro desses espaços.

Além da discussão metodológica, dialogando Fraser e Butler, serão apresentados dados públicos que explicitam sobre a questão do gênero no sistema carcerário, assim como dados de pesquisas sobre a sexualidade no ambiente do cárcere, levantados por meio da revisão sistemática de literatura.

(Des)fazendo gênero com Butler

Os papéis de gênero estabelecidos em nossa sociedade seguem a lógica heteronormativa e binária, isto é, são papéis divididos nas categorias contrativas de feminino e masculino, onde os opostos devem sentir atração em si: masculino pelo feminino, feminino pelo masculino.

E os traços, comportamentos, gestos, linguagens do que é considerado feminino ou masculino reiterado é definido pela performatividade.

Dizer que algo é performativo é afirmar algo da ordem da produção de efeitos, falar, portar-se, agir de forma que o reconhecimento se dê “esse é um homem” “essa é uma mulher”. Assim, para Judith Butler (2003), o sujeito constitui-se do ato, do que faz e refaz cotidianamente sendo ele marcado pela reiteração de uma norma ou conjunto de normas.

Logo o sujeito que foge dessa norma é marcado como desviante, sofrendo inúmeros tipos de preconceito. Apesar de que em muitas sociedades antigas, como a Grécia, a prática da homossexualidade ser comum, na Idade Moderna com a popularização do cristianismo, qualquer prática que se apresentasse destoante do heteronormativo passou a ser condenada, inclusive legalmente, sendo considerada crime em diversas sociedades e culturas.

No século XIX e início do século XX, diversas teorias caracterizavam práticas homossexuais como de caráter biológico, enquanto outras do campo da psicologia afirmavam ser uma resposta a traumas ou um desvio de comportamento. Sendo assim, o oposto da heteronormatividade passou de crime para doença, sendo oferecidos “tratamentos”, como lobotomia, para a suposta cura.

Em seu artigo *Diagnosticando Gênero* (2009), Butler explicita um pouco da luta pela despatologização da homossexualidade nos Estados Unidos, onde até 1973 a American Psychiatric Association - APA considerava a homossexualidade como um transtorno, e até 1983 nomeada de “homossexualidade ego-distônica”. No entanto mesmo com a despatologização, ainda existem grupos conservadores que buscam curar práticas não heteronormativas de sexualidade e de expressão de gênero:

De fato, grupos conservadores que buscam “corrigir” a homossexualidade, tal como a National Association of Research and Therapy of Homosexuality [Associação Nacional de Pesquisa e Terapia da Homossexualidade], alegam que, se se pode identificar o TIG em uma criança, há 75% de chance de prever a homossexualidade nessa pessoa quando adulta, um resultado que, para eles, é uma anormalidade clara e uma tragédia. Assim, o diagnóstico de TIG é, na maioria dos casos, um diagnóstico de homossexualidade, e o transtorno associado ao diagnóstico teria como consequência a homossexualidade continuar também sendo um transtorno (Butler, 2009, p. 99).

No ambiente prisional, a homossexualidade é considerada menos arbitrária, ainda que em presídios masculinos muitas vezes as relações sejam baseadas na violência e na hierarquização entre os homens detidos. Já nas prisões femininas a prática homossexual é vista como o resultado do abandono, ou como algo passageiro:

A homossexualidade nas prisões femininas é consideravelmente maior do que nos presídios masculinos. Em 1983, um estudo já estimava que ela girasse em torno de 50%. Hoje, após uma relativa liberação sexual, o fortalecimento do movimento gay e o aumento da aceitação, os casos ficaram menos clandestinos. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que as homossexuais cometam mais crimes, mas que, para as mulheres, ao menos na cadeia, a afetividade pode moldar — e, por que não, expandir — a sexualidade. São, em sua maioria, mulheres que se consideravam heterossexuais antes da detenção e afirmam que, ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolveram com outras mulheres. Nessas parcerias descobrem novos desejos e, às vezes, o amor. Algumas chegam a dizer que não são, mas “estão lésbicas” (Queiroz, 2015, p. 143).

No trecho acima citado da jornalista Nana Queiroz, é possível perceber como na prisão feminina o relacionamento homoafetivo vem de um lugar de companheirismo, isso se dá devido ao abandono que várias mulheres sofrem de seus companheiros, ainda que muitas vezes sejam presas por crimes cometidos por eles. A mulher quando presa é duplamente condenada, por seu delito e por quebrar a expectativa daquilo que a sociedade associa ao gênero feminino, como oposto a atos violentos ou disruptores de ordem e lei, estes associados aos homens e ao estereótipo de gênero masculino.

Outro fator explicitado pelo trecho citado, é o apagamento da bissexualidade, uma vez que as próprias mulheres em situação de cárcere se colocam lésbica, embora como um estado passageiro, como se ao sair do ambiente prisional, voltariam a ser heterossexuais. A possibilidade da atração por mais de um gênero como algo permanente, um estado de ser, não é considerada, isso pode ser considerado um reflexo da lógica binária:

Deslocamentos na orientação sexual podem se dar como resposta a um parceiro específico, de modo que as histórias de vida, trans ou não, não têm de se mostrar sempre como coerentemente heterossexuais ou homossexuais; além disso, o próprio significado e experiência de vida de bissexualidade pode também se deslocar ao longo do tempo, constituindo uma história particular que reflete alguns tipos de experiências em vez de outras (Butler, 2009, p. 101).

No ambiente prisional é comum que lésbicas *butch*² ocupem o papel de gênero considerado masculino, ainda que as mesmas não se considerem homens transsexuais. Esse papel alusivo ao que a sociedade

² Termo utilizado por Butler para designar lésbicas com características consideradas mais masculinas pela sociedade.

considera masculino vem atribuído de várias postulações como a de proteger a companheira.

Muitas mulheres que em situação de liberdade se consideravam heterossexuais, continuam se afirmando assim, pois no espaço prisional, mantiveram relações afetivo-sexuais com mulheres, mas mulheres “masculinizadas”. É possível entender que a heterossexualidade é algo dado como natural, no entanto, e o que é dado como natural é uma construção, e como construção não é estável, podendo ser desconstruído, refeito ou remontado.

Mais uma vez esses papéis de gênero, refletidos da sociedade para a prisão, deixam de fazer sentido, uma vez que a sexualidade não pode ser dividida somente em hetero ou homo, e que o cárcere é um ambiente onde diversos corpos são reduzidos por sua classificação biológica: “A bissexualidade, como já disse antes, não pode ser reduzível a dois desejos heterossexuais, quer compreendido como um lado feminino desejando um objeto masculino, quer como um lado masculino desejando um objeto feminino” (Butler, 2009, p.101).

No entanto, a luta do movimento Queer pela quebra desta lógica binária, muitas vezes não chega no espaço prisional, ainda que a prática homossexual seja de comum ocorrência lá dentro. É na teoria tridimensional de Nancy Fraser que será tratado sobre o reconhecimento e direitos da população LGBTQIAPN+ no ambiente prisional.

Representatividade e reconhecimento de Nancy Fraser

Para Nancy Fraser após o fim das experiências soviéticas, que possibilitou uma maior globalização, os paradigmas de justiça estariam cada vez mais divididos entre demandas redistributivas, que pretendem

uma divisão mais justa dos recursos e da riqueza; e demandas por reconhecimento, o que significa que a reivindicação passaria pela criação de um mundo que aceite as diferenças, resultante da ascensão de uma “política da identidade” (Fraser; Honneth, 2006, p. 17).

Fraser tenta combater a perspectiva dualista, de que redistribuição e reconhecimento são mutuamente excludentes, propondo uma teoria da justiça que abarcasse as duas esferas como complementares, utilizando o potencial crítico de sua teoria a fim de superar esta falsa antítese. Como exercício metodológico, a autora faz a análise dos conceitos de redistribuição e reconhecimento isoladamente, para em outro momento demonstrar que os termos não são mutuamente incompatíveis. Ao contrário, a junção dos dois paradigmas apresentaria a forma mais completa de vê-los, um complementando o outro.

No caso da população LGBTQIAPN+ em situação de encarceramento é possível notar uma política de redistribuição e reconhecimento, uma vez que engloba os campos da sexualidade e gênero, mas também diz respeito à distribuição de recursos.

Numa sociedade onde qualquer injustiça deriva da ordem econômica o remédio para a injustiça está na distribuição de recursos. Por outro lado, numa sociedade onde pode-se atribuir toda a injustiça a padrões institucionalizados, a superação da injustiça se dará quando a sociedade passar a respeitar a diferença, superando os padrões institucionalizados por outros que fomentem a diferença (Fraser; Honneth, 2006, p. 24).

Esse grupo se enquadra na definição de Fraser de “grupos bidimensionais”, que são aqueles que sofrem com ambas as injustiças, que estão enraizadas ao mesmo tempo na estrutura econômica e na ordem do status social. Conforme Fraser: “Praticamente todos (os grupos

bidimensionais) supõem tanto uma má distribuição como um reconhecimento errôneo, de maneira que cada uma das injustiças tem um certo peso independente, sejam quais forem suas raízes últimas” (Fraser; Honneth, 2006, p. 33).

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) no Brasil apenas 3% dos presídios possuem alas LGBTs e apenas 10% possuem celas LGBTs. A criação da Ala Rosa foi motivada por visitas técnicas às unidades prisionais do Estado, realizadas por alguns representantes desses órgãos, que ficaram alarmados com os relatos de abusos, torturas físicas e psicológicas que sofriam esses/as detentos/as. Segundo Walkíria La Roche, ex-coordenadora do Centro de Referência Homossexual do Estado de Minas Gerais, a motivação principal para a criação deste pavilhão foi tentar tirar esses/as presos/as de uma situação de vulnerabilidade, a fim de proteger a identidade e a integridade física de cada uma dessas pessoas.

O/A apenado/a de maneira geral é estigmatizada/a. A estigmatização é sem dúvida uma das maiores consequências que as pessoas que cumpriram pena em instituições fechadas sofrem ao serem reinseridas ao convívio social. Goffman (1978, p. 7), conceitua o estigma como “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”.

Em se tratando da população prisional LGBTQIAPN+, esse estigma se apresenta também no âmbito carcerário, daí a importância da implementação de pavilhão específico, para que os mesmos tenham a integridade física e psicológica respeitadas, que muitas vezes se abalam em decorrência de violência sexual e moral, sofridas por parte dos colegas de confinamento. A importância da implementação dessas alas, também se configura pelo fato de terem suas especificidades

consideradas, como liberdade para utilizarem o nome social e fazerem uso de roupas e utensílios de acordo com sua orientação sexual.

A Resolução não abrange apenas o grupo de detentos LGBT-QIAPN+ masculinos, como pode ser notado em sua redação, mas inclui todas as pessoas que estão em estabelecimentos prisionais, tanto nas penitenciárias masculinas quanto nas femininas. Atualmente, no Brasil não se encontra nenhum dado oficial ou até mesmo extraoficial que indique a existência de alas específicas para o grupo de detentas LBT femininas.

Esse dado mostra como a diferenciação de reconhecimento e representação de gênero não chega na esfera da sexualidade, e muitas vezes também ocorre o inverso. É importante nesse momento retomar a Butler para ressaltar a diferença de gênero e sexualidade:

De fato, as correlações entre identidade de gênero e orientação sexual são, na melhor das hipóteses, turvas: não se pode prever, com base no gênero de uma pessoa, qual identidade de gênero ela terá e qual ou quais direções do desejo essa pessoa, ao final, levará em consideração e seguirá... seria um grande erro pressupor que a identidade de gênero causa a orientação sexual ou que a sexualidade tem necessariamente como referência uma prévia identidade de gênero (Butler, 2009, p. 100).

A falta de alas e celas LGBTs nos presídios femininos não se dá somente pela pluralidade das sexualidades e afetos na prisão feminina, como explicitado anteriormente, mas também pelo apagamento da mulher como sujeito sexual. Enquanto nos presídios masculinos se dá uma grande importância para as visitas íntimas, pois além de ferramenta para a diminuição da violência sexual no cárcere, são consideradas um direito básico, uma vez que o sexo é dado para o sexo masculino como

uma necessidade. No presídio feminino, apesar de permitidas por lei, as visitas íntimas são vistas como algo supérfluo, e até mesmo condenável.

Essa diferenciação da sexualidade para os gêneros, também explica como, na maioria dos casos, enquanto no cárcere masculino as relações se dão através da violência e da submissão, no presídio feminino elas se formam por meio do afeto e da carência, muitas vezes causada pelo abandono que as mulheres sofrem lá dentro.

É importante ressaltar que quanto ao gênero é permitida às pessoas transsexuais em situação de privação de liberdade, a escolha entre os presídios masculinos ou femininos para um cumprimento da sentença recebida. No entanto, assim como mulheres trans e travestis acabam escolhendo presídios masculinos, por proteção ou maior aceitação, homens trans acabam escolhendo presídios femininos, por medo da violência naturalizada na prisão masculina. Sendo assim é possível ver a dificuldade da representação por essa parte da população LGBT-QIAPN+, ainda que já tenham alcançado o reconhecimento.

Ainda assim, a teoria tridimensional de Nancy Fraser, e mais precisamente o seu critério normativo, a paridade participativa, é relevante para a análise de demandas por justiça, incluindo, no presente caso, as demandas da população LGBTQIAPN+ em situação de privação de liberdade.

Considerações finais

Butler e Fraser divergem teoricamente na forma de classificar as opressões sofridas pela população LGBTQIAPN+, enquanto Butler (2003) é precursora da teoria queer, e defende que a população LGBT-QIAPN+ deve manter seu caráter subversivo, descartando uma agenda

única para os movimentos em conjunto, Fraser (2001) segue a tradição teórico-crítica e divide as formas de opressão em falso reconhecimento e má redistribuição, colocando a luta LGBTQIAPN+ na primeira categoria, e afirmando que a solução para ambas é a criação de uma aliança, uma única agenda para todos os movimentos.

No entanto, ambas salientam em suas teorias a urgência da criação de alternativas transformadoras em condições de combater ou resistir aos dispositivos de normalização institucionalizados nas sociedades pós-disciplinares, resgatando elementos do marxismo e do feminismo socialista dos anos 1970 de reivindicação e resistência política.

É nesse ponto em comum entre as duas autoras que é possível enxergar a situação das mulheres LGBTQIAPN+ em situação de privação de liberdade, uma vez que por serem mulheres, por estarem em ambiente de cárcere e por fugirem da heteronormatividade, essa população enfrenta diversos tipos de preconceito e apagamento em conjunto.

É possível ver como o apagamento bissexual vem muitas vezes da falta do entendimento da própria sexualidade pelas mulheres, pois para as mulheres na sociedade patriarcal o sexo é dado como algo a se ter vergonha, principalmente se foge das expectativas heterossexuais e da finalidade de procriação. E como os corpos em situação de prisão continuam repetindo o padrão binário da sociedade. Assim como é possível entender que os direitos conquistados pela população LGBTQIAPN+ em situação prisional se encontram muito mais no campo da redistribuição do que reconhecimento, pois são direitos ditos para todos, que não consideram a pluralidade do todos em questão.

Sendo assim, cabe a comunidade LGBTQIAPN+, incluindo a parte da comunidade em situação de liberdade, e as instituições políticas

assegurar aberturas participativas, de forma com que os debates postos possam atingir a paridade participativa, ou seja, que os participantes da comunidade possam, comunicativamente, alcançar uma conclusão como pares. Mantendo seu caráter subversivo, como salienta Butler, mas formando uma aliança interna, na própria comunidade, a fim de atingir maior reconhecimento e qualidade de vida para essa população.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Brasília, DF. 2018.

BUTLER, J. Merely cultural. **Social Text**, v. 15, n. 3-4, p. 265-277, 1997

BUTLER, Judith. Undiagnosing gender. BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2009.

FERREIRA, Guilherme Gomes. AGUINSKY, Beatriz Gershenson, RODRIGUES, Marcelli Cipriani. A prisão sobre o corpo travesti: gênero, significados sociais e o luscofusco do cárcere. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2012. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385753218_ARQUIVO_Guilherme_Gomes-Ferreira.pdf Acesso em: 11 de ago. 2023.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed UnB, p. 245-282, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar: 1978.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

P arte 2

**PSICOLOGIA, CLÍNICA
E SOFRIMENTO
SOCIAL**

BISSEXUALIDADES NO CONTEMPORÂNEO: O LUGAR DA PSICANÁLISE DIANTE DAS NOVAS SUBJETIVIDADES¹

Andrea Ferioli Melo²
Cristiane Marques Seixas³
Marcos Vinícius Brunhart⁴

Resumo: A partir da escuta cada vez mais frequente daqueles que experimentam suas sexualidades com pessoas de gêneros diversos, sem que isso se apresente como algo gerador de interrogação, sofrimento, sintoma, inibição ou angústia, se decantou a hipótese de estarmos, no contemporâneo, diante de orientações sexuais que evidenciam uma maior abertura para a fluidez desejante. Tais “bissexualidades” vividas de forma singular nos remetem à restituição ao objeto pulsional do seu caráter indeterminado, variável e contingencial, sobre o qual Freud já mencionara em 1905 nos ‘Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Este trabalho busca resgatar a importância da propriedade perverso-polimorfo da pulsão na obra de Freud, para uma atualização da teoria psicanalítica corroborando para que não se perpetuem discursos preconceituosos que possuem em sua base uma alienação *cisbeteronormativa*. A intenção deste trabalho teórico clínico é revisitar a obra freudiana resgatando o que nela traz de potente, subversivo e atual para pensar as bissexualidades como modos de subjetivação na atualidade. Neste sentido, nos utilizaremos da releitura proposta por Jacques Lacan naquilo que ele avança, ao longo de sua obra, sobre as relações do sujeito e o objeto *a*. Os estudos de gênero, sexualidade e suas dissidências nos auxiliam em uma perspectiva advertida acerca das relações de poder

¹ Trabalho fruto da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicanálise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Psicóloga, Psicanalista, Especialista em Psicologia Clínica com Crianças (PUC-RJ) e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ. E-mail: aferiolipsi@gmail.com.

³ Psicanalista, Professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da UERJ, Membro da Escola Letra Freudiana. E-mail: crismarquesseixas@gmail.com.

⁴ Psicanalista, Professor do Instituto de Psicologia da UERJ, Membro do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ e Coordenador do Laboratório de Psicanálise e Saúde da UERJ. E-mail: mvbrunhari@gmail.com.

na nossa cultura, como desenvolveram Michel Foucault (1993) e Judith Butler (2019), para melhor circunscrevermos o lugar da psicanálise nessa dinâmica e o resgate ético e político de sua práxis.

Palavras-chave: Bissexualidade. Objeto *a*. Psicanálise.

Introdução

A partir da experiência com a clínica, pela escuta das bissexualidades presente na atração sexual, nas relações sexuais e afetivas, como forma de exercício de uma sexualidade cada vez mais frequente entre os jovens, nos interessamos em rever de que forma o campo psicanalítico reconhecia a orientação sexual bissexual como uma escolha inconsciente legítima na direção do desejo. Para tanto, retornamos à psicanálise de Freud sobre a temática da bissexualidade e à releitura lacaniana da relação do sujeito com o seu desejo, seus objetos e o objeto *a*, recolhendo o que da teoria é fundamental como operador de uma clínica no atual cenário sócio-histórico e cultural, atenta a não reprodução de práticas e discurso normatizantes dos modos de viver a sexualidade. Contamos com a contribuição dos teóricos da sexualidade, de gênero e dos movimentos *queer* pelos estudos críticos das relações de poder e os efeitos destas relações sobre a compreensão da adequação sexo/gênero/sexualidade.

O objetivo do trabalho é tecer reflexões, a partir das bissexualidades no contemporâneo, sobre o lugar da psicanálise neste debate, incluindo toda sua potência e seus limites. Sua metodologia é teórico-clínica em psicanálise, se utilizando de elementos da clínica como ponta de lança da revisão bibliográfica, considerando a singularidade do sujeito do inconsciente, o particular de cada caso e renunciando a uma

proposta generalizante ou uma leitura dos resultados medidos pelo signo (Iribarry, 2003). Um pesquisador-psicanalista deve estar atento a preconceitos, resistências e defesas, reconhecendo a importância de seu próprio trabalho elaborativo de suas questões psíquicas que atravessam sua produção teórico-clínica, se implicando em sua pesquisa como sujeito do inconsciente.

A clínica como direção

Com um certo recorte geográfico, econômico, social e cultural, de uma clínica que recebe pacientes particulares, em sua maioria jovens de uma zona abastada de uma cidade com 500 mil habitantes, com alto nível de escolaridade e acesso à cultura, temos a experiência de escuta em que muitos destes jovens relatam ter uma orientação bissexual. Tal orientação, por sua vez, não tem se apresentado na clínica, como algo a ser interrogado, mas como algo que “simplesmente é”, como um dado de uma realidade factual.

Uma sexualidade que não vem associada à sintoma, angústia, inibição, mas vivida singularmente de forma potente e fluida, se repete na clínica. Ainda que entendamos que as questões geradoras de perturbações na época da criação da psicanálise, no final do século XIX e início do século XX, não se apresentem da mesma forma na atualidade, e que há um deslocamento do sofrimento relativo à sexualidade. É importante ratificar o lugar político e ético da psicanálise no sentido de não responder a nenhuma moral sexual civilizada.

Seguimos com a aposta na psicanálise enquanto potência para pensar a relação do sujeito com a sexualidade, ainda que atentos aos seus limites. Pretendemos, assim, lançar luz sobre a bissexualidade

na obra de Freud naquilo que ela se mostra interessante a não perpetuação de posturas preconceituosas, discursos normatizadores ou estigmatizantes.

A bissexualidade como potência na obra freudiana

O termo *bissexualidade* surgiu no século XIX a partir dos estudos evolucionistas e da biologia, vinculado à anatomia e fisiologia e sofreu transformações ao longo do tempo. A utilização psicanalítica do termo, no final do mesmo século, origina-se dos estudos sexológicos interessados em compreender as homossexualidades e associa-se ora à identificação masculina e feminina, ora às pulsões sexuais, ora à atividade e passividade, ora essas concepções se aglutinam e se confundem.

A ideia de uma bissexualidade orgânica, atrelada ao fisiológico, preconizada pelo amigo e médico Fliess, acabou sendo tomada por Freud em outra direção. Este atribuiria à bissexualidade inata um papel fundamental no sofrimento psíquico do neurótico de ordem amorosa, originário de um conflito bissexual na direção do desejo. Será na condução do caso Dora (1905[1901]), que vemos surgir em Freud o impasse frente à incerteza estrutural do próprio desejo e seu objeto, que desatrela uma relação apriorística entre sujeito e objeto. O caso atestaria haver uma libido que seria polimorfa, perversa e bissexual, uma bissexualidade que teria uma disposição orgânica, estando originariamente no organismo.

Os autores do livro *Psicanálise sem Édipo?*, Van Haute e Geyskens, enfatizam que, no caso Dora, a libido “abriu seu próprio caminho e, para se realizar, conectou-se a encontros contingentes e respostas somáticas” (2016, s/p). Uma libido que evoca em Dora repulsa e fascínio

estaria no núcleo de sua patologia. Haveria uma disposição bissexual, ou seja, um conjunto de forças, com um potencial de se expressar de forma mais evidente na sintomatologia histérica.

Nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*⁵ (1905/1996), texto submetido a inúmeras notas e complementações até 1925, Freud consegue desenvolver sua ideia original de uma sexualidade infantil perverso polimorfa estrutural, enfatizada principalmente nos dois primeiros de seus ensaios do texto original. Tal texto mostraria “diferentes referências da bissexualidade como um dinâmica fundamental da existência humana” em que Freud a defenderia como uma “tendência universal” (Van Haute; Geyskens, 2016, s/p).

Freud (1905/1996) entende que a relação entre pulsão e o objeto sexual não é tão óbvia, sendo sua ligação de apenas uma única solda “somos instruídos a afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto. É provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste” (p.140).

A ideia de haver um “alvo sexual normal”, o que se daria pelo coito foi redimensionada por Freud, que observaria fazer parte da sexualidade humana a variedade e a multiplicidade de alvos, incluindo as relações intermediárias com o objeto sexual: “Mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria as aberrações descritas como perversões” (Ibid., p.141).

Freud (1905/1996) vai se afastando da compreensão de uma degeneração orgânica e entende as perversões associadas à excitação e à

⁵ *Die menschliche Bisexualität* (Bissexualidade humana) foi o título provisório nos primeiros momentos de sua pesquisa, tamanha era a importância dada à bissexualidade (VAN HAUTE e GEYSKENS, 2016, s/p).

obtenção de prazer generalizada, independente do objeto sexual, sendo parte de toda sexualidade humana, que movida pela pulsão buscaria satisfazer-se, ainda que parcialmente.

Desde os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/1996), Freud já apontava a existência da relação entre o sintoma e a fantasia dos componentes sexuais pulsionais. Entenderia haver uma significação bissexual dos sintomas nos sujeitos neuróticos, recomendando ao psicanalista “estar preparado para o significado bissexual do sintoma” (Freud, 1908/2015, p. 349). Mostra a relevância do psicanalista estar avisado das correntes sexuais nas relações objetais, eliminando quaisquer pré-concepções normativas.

Van Haute e Gyskens (2016) assinalam que as fontes das fantasias históricas não se originam no Édipo, mas de pulsões parciais e perversas, tendo a bissexualidade um papel importante, ainda que seja pela identificação. Ao fantasiar surge uma idealização em que a pulsão é expressa, censurada, representada e recalçada. Uma excitação que ao não escoar nem ser significantizada, encontra uma via no sintoma ou, até mesmo, uma formalização estética artística ou literária. Em um contexto cultural menos repressivo no campo sexual, portanto, com menos censura e, assim, com menos necessidade de se submeter ao recalque, haveria mais espaço para um fantasiar consciente da bissexualidade ou escoá-la em vivências?

Fliess e Freud, defenderiam uma noção forte da bissexualidade, a respeito da escolha do objeto e da identidade sexual:

A bissexualidade [inata] significa que somos ao mesmo tempo, heterossexuais e homossexuais, e que somos homem e mulher biológica e psicologicamente. *Não há uma conexão necessária entre nossa identidade sexual e nossa escolha de objeto.* Todo homem ou mulher é,

simultaneamente, homem e mulher, e hétero, homo e lésbica. Dessa maneira, uma relação sexual se torna uma confusão muito complicada e unheimlich” (Van Haute; Geyskens, 2016, p. 49).

A bissexualidade estaria expressa de forma mais acentuada e fecunda na estrutura histórica, constatadas clinicamente pelas mudanças de orientação sexual e identidades de gênero, mas, sobretudo, pela experiência da multiplicidade original do desejo. A descoberta freudiana de um corpo erogenezável para além dos órgãos genitais evidentes na clínica da histeria, denunciava um recalque orgânico que tentou, mal-sucedidamente, separar o sexual do excremental, resultando em uma vivência da sexualidade confrontada pelo opressivo perverso e sujo (Ibid., 2016).

No texto *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina* de 1920, Freud marca uma posição despatologizante da homossexualidade: “a jovem nem era doente – ela não sofria por razões internas, não reclamava sobre seu estado” (p.162). Se a teoria psicogênia edipiana de Freud tentava explicar como alguém se torna homossexual, acaba se deparando com uma jovem que simplesmente é homossexual, sem que para isso precisemos buscar uma causa específica de natureza interna, pois a homossexualidade da jovem provavelmente seria “uma continuação direta, sem alteração, de uma fixação infantil na mãe” (FREUD, 1920/2020, p. 185). Se a jovem sempre foi homossexual a construção edípica como fator causador desta condição não se sustentaria.

Se há “a bissexualidade originária do indivíduo humano” (Ibid., p. 188), todos somos mais ou menos heterossexuais ou homossexuais. O que significa compreender que “a corrente sexual sempre foi mais forte na *jovem homossexual*, e por essa razão ela se torna manifestamente homossexual durante a puberdade” (Van Haute; Gysnkens, s/p).

Buscando elencar as precondições da etiologia da neurose, Freud, no texto *Tipos Libidinais*, de 1931, designa que as frustrações e os conflitos internos teriam as instâncias psíquicas – *isso, eu e supereu* – como agentes causados pela “economia libidinal em consequência de nossa disposição bissexual e conflitos entre os componentes instintuais erótico e agressivo” (Freud, 1931/1996, p.234). Conflitos oriundos pelo valor dado às ideias mais ou menos intoleráveis ao eu, impulsionadoras ou não de um recalque que se realizará em maior ou menor intensidade. Podemos inferir que o que pode ser mais ou menos intolerável é atravessado pela rede simbólica do mundo social em que vivemos e seus discursos. Ou seja, é importante considerar a influência da cultura no próprio recalque e consequente conflito intrapsíquico.

Freud (1937) menciona não se admirar com o fato de algumas pessoas possuírem uma orientação bissexual. Inclusive, admitiria que, entre homossexuais e heterossexuais, a moção pulsional recalçada seria geradora de ainda mais conflitos no aparelho psíquico. Sustentaria a ideia, ao final de sua obra, de que seríamos todos bissexuais, por distribuímos nossa libido por objetos variados, ainda que de forma latente ou manifesta. Freud entendia a orientação bissexual não submetida ao recalque de uma de suas correntes, vivida mais livremente e sem conflitos provenientes desta operação.

No desenvolvimento de sua obra, Freud deixa claro que há uma escolha objetal inconsciente, influenciada por identificações privilegiando um ou outro do casal parental e pelos prenúncios dos ideais da cultura. Em 1924, Freud conclui que o Édipo é vivido de forma passiva e ativa em meninos e meninas o que vale dizer que não há uma matriz heterossexual na base de uma escolha objetal e da identificação, mas um modelo bissexual.

Se Freud (1933) havia tentado correlacionar masculinidade/atividade e feminilidade/passividade tal ideia cai por terra na conferência sobre a *Feminilidade* quando afirma não se tratar de uma correspondência com a bissexualidade, pois masculinidade e feminilidade seriam construtos hipotéticos e vazios, aos quais a psicanálise não deveria se empenhar em preenchê-los. Com essa afirmação, Freud se aproxima da ideia de gênero como construção social e histórica e se distancia da referência biológica.

A noção da bissexualidade inata, que influencia o psiquismo, denota a sexualidade descolada da genitalidade, tal ideia subverte o ideal de heteronormatividade. É inferível, portanto, a influência desta bissexualidade nas expressões manifesta ou latente, na identificação, na posição subjetiva ou na escolha objetual. As bissexualidades, as heterossexualidades, as homossexualidades e dissidências se exprimem num processo singular, permanente de um tornar-se, pelas marcas de prazer/desprazer, conflitos e identificações singulares. A partir desta compreensão, percorreremos em direção à noção do objeto a proposto por Jacques Lacan, para extrair elementos de reflexão para a clínica atual.

Objeto a: falta que funda o desejo

Na releitura freudiana feita por Lacan, a ideia de uma bissexualidade psíquica acaba perdendo sua importância e, com ela, a noção de uma orientação bissexual passa a ser lida a partir da conceituação do objeto *a*, mudando a perspectiva das relações entre sujeito e objeto.

A ideia de falta nas relações objetais se origina da concepção de que haveria uma perda irre recuperável decorrente da inscrição, no aparelho psíquico, da primeira experiência de satisfação (FREUD,

1895/1986). Um ponto de vazio que coloca o psiquismo em movimento para (re)encontrar este objeto mítico, perdido na tentativa de restaurar a satisfação supostamente completamente alcançada. Este espaço não representável no psiquismo se estabelece a partir da experiência com o primeiro encontro com o outro, inscrevendo traço de memória e produzindo efeitos. A busca pelo reencontro com “a coisa” perdida impulsiona a busca por novos encontros que também deixam seus rastros pelas suas marcas no psiquismo e restos irrepresentáveis.

Esses encontros com os objetos sempre parciais evidenciam a falta do objeto que satisfaça o desejo em sua completude. Para esse objeto da falta Lacan dará o nome de “objeto *a*”, uma letra que localiza a existência do objeto enquanto vazio, a marca de sua ausência.

Se na obra lacaniana o objeto *a* surge imaginariamente pela relação de rivalidade com o outro, receberá sua dimensão simbólica a partir da relação com o Outro da linguagem, e ganhará, só depois, sua vertente real (1959-1960). Nesta relação tridimensional do objeto *a* (imaginário, simbólico e real), Jorge (2005) ressalta que apesar de haver aparências distintas (imaginário) construídas pelos significantes vindos do Outro (simbólico), a dimensão mais importante é o estatuto real do objeto *a*, este furo no aparelho psíquico, sobre o qual circundam as representações, fundando o inconsciente.

O objeto *a* é causa e não meta do desejo, relançando o desejo além, justo por deixar este resíduo irrepresentável da experiência com o Outro “ele é a causa do desejo na medida em que o próprio desejo é algo não efetivo, uma espécie de efeito baseado e constituído na função da falta” (1962-1963/2005, p. 343). Esta falta estrutural poderá ser recoberta por objetos que parcialmente satisfaçam, à medida que fiquem o sujeito, por estarem enquadrados em sua fantasia. Também

localizado por Lacan como o objeto pulsional, o objeto *a* é aquele que pretende restaurar a perda original, e justo por não conseguir fazê-lo, relança o sujeito em sua busca, no movimento contínuo da pulsão.

A constituição do sujeito se dá pela via da linguagem, pelo campo do Outro, regido pelas leis do significante. Ao entrar na cultura, o ser falante perde a natureza orgânica do sexo, inscrevendo uma falta do objeto do desejo, estruturante deste e fundadora do inconsciente. Representada pelos cuidadores inicialmente e pela rede simbólica que entremeia suas relações, a linguagem é incapaz de representar completamente os objetos de desejo. O banho de linguagem que o bebê recebe deixará seus furos que levará o sujeito a buscar significar.

Apesar de ser possível nomear os objetos de desejo, eles não conseguem capturar o desejo, esgotá-lo, eles satisfazem de forma sempre parcial, deixando um aquém a ser preenchido. Ou seja, o objeto que causa o desejo, é o objeto *a*. O objeto *a*, dentro da rede simbólica tecida por cada sujeito em sua relação com o Outro, irá estar articulado pelo enquadre da fantasia que irá oferecer as coordenadas do desejo de forma singular. Lacan formula o matema da fantasia ($\$ \langle \rangle a$) como conjunção/disjunção entre o sujeito do inconsciente e o objeto *a*, articulando a relação desejante do sujeito com o objeto *a*.

As fantasias bissexuais na histeria, das quais Freud se deteve, são capazes de desfilar as vestes imaginárias que recobrem enquanto velam esse objeto *a*. Cada sujeito terá sua própria montagem fantasística imaginária construída sobre a montagem da pulsão. O fato de o objeto sexual possuir um pênis ou uma vagina, isso não é importante a priori, pois será na escuta do sujeito dividido pela linguagem (\$) e de que forma o outro se enquadra em sua fantasia, que se busca o empenho de uma análise.

Se a noção de bissexualidade em Freud e do objeto *a* em Lacan nos auxiliam em um posicionamento de que uma orientação sexual não pode ser vista de forma normativa, estamos advertidos dos atravessamentos da cultura e entendemos que outras leituras podem ser fundamentais para interrogar eventuais resistências contratransferenciais em discursos cisheteronormativos impregnados pela nossa rede simbólica e enraizados no inconsciente.

Outros saberes: contribuições possíveis

Temos em Foucault (1993), valiosos subsídios por ele pensar analiticamente as relações entre poder, saber e sexualidade, nos indicando, por exemplo, que a repressão sexual, no século XVII, produziu uma multiplicação dos discursos nas instâncias de poder, atrelando sexo ao gênero, redefinindo parâmetros do normal e patológico acerca da sexualidade. Não estaríamos, ainda hoje, atravessados por estas premissas discursivas?

Na analítica foucaultiana destaca-se o surgimento crescente da prática do cuidado relativo aos efeitos e formas de sexo, que associada ao mal, encontraria no casamento seu espaço natural e sua racionalização. A norma implicaria na restrição do sexo a locais determinados se restringindo ao quarto do casal, cuja finalidade sexual seria a de procriação, o que garantiria seu bom uso. As sexualidades cujos fins seriam outros, não eram vistas como legítimas, devendo permanecer circunscritas aos prostíbulos, casas de saúde etc. “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mudismo” (Foucault, 1993, p. 10).

O surgimento das práticas de *ortopedia social*, visando o controle social pelo seguimento das normas pela disciplina dos corpos, é reconhecido como uma forma de poder exercida pelas ciências humanas, em que estão situadas a Psiquiatria, a Psicologia, a Sociologia etc. (Foucault, 2013). Nota-se, no desenvolvimento da obra foucaultiana, que não são poucas as suas críticas à psicanálise, inclusive no texto *A verdade e as formas jurídicas* (Ibid.), ele aponta uma função normalizadora da psicanálise e, ainda, conjuntamente com sua obra *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), assinala as relações de poder que se configuram e seus efeitos sobre os corpos.

Thamy Ayouch (2015), entende que as relações de Foucault com a psicanálise seriam ambivalentes, sendo visada por este “a *verificação* da e pela psicanálise, que acompanha irredutivelmente a produção de uma verdade psicanalítica” (p. 75). A verificação buscada por Foucault refere-se a uma arqueologia da produção de saber, interrogando as conjunturas e as capacidades de um conhecimento dentro do seu contexto sócio-histórico-político. Foucault aponta a existência de um discurso ordenado, regulador das linguagens, estrutural e hierarquizante que é produto de uma série de eventos históricos e de interrupções.

Numa perspectiva genealógica, a verificação é a tentativa de libertar os saberes assujeitados, de opô-los à hegemonia do discurso teórico formal e científico único, para encontrar discontinuidades, rupturas e irregularidades.⁶ A genealogia visa a reativação dos saberes locais, menores, contra a hierarquização científica e os seus efeitos de poder. A genealogia revela assim os jogos de poder no fundamento da constituição de possibilidades de saber trata-se das forças sociais, históricas, políticas que agem para produzir um discurso (Ibid., p. 76-77).

⁶ O texto faz referência a FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*. Cours au collège de France. 1976, Gallimard/Seuil, Paris, 1997.

A crítica foucaultiana trazida no livro *A história da sexualidade 1: A vontade de saber* (1993) é dirigida à concepção de que a verdade do sujeito seria intrínseca à sua sexualidade e à noção de que a repressão seria o paradigma da relação de poder, sendo a própria psicanálise um dispositivo da sexualidade operando como um aparelho de dominação. “Longe de ser uma ‘libertação’ da sexualidade antes reprimida, o discurso sobre a sexualidade é um dos numerosos agentes de controle social, que exerce um poder para além da lei” (Ayouch, 2015, p.79). A psicanálise seria um dispositivo da sexualidade à medida que estabelece na lei da aliança e na família, a partir do complexo de Édipo, a gênese e as determinações da sexualidade. O que leva à reflexão psicanalítica naquilo que se refere à sexuação, ao gênero e à sexualidade.

Segundo Ayouch (2015), a originalidade foucaultiana está em pensar as práticas sexuais para além da ideia de identidade, se opondo à *scientia sexualis* que visa a produção de saberes sobre o sexo e suas identidades e propondo a *ars erotica* ou uma análise dos modos de subjetivação-assujeitamento que ocorrem através destas práticas. A homossexualidade e a heterossexualidade, como termos recentemente forjados, estariam a serviço da *scientia sexualis*, sendo sua consequente apreensão mais do que uma elaboração particular, efeito da internalização de um discurso médico.

Se as homossexualidades enquanto práticas sexuais sempre existiram na história, será em meados do século XIX que passam a caracterizar uma “identidade social e psicológica” unificada sendo uma verdade sobre o sexo, criticada por Foucault pelo seu engessamento identitário. A proposta foucaultiana é pensar a identidade sexual pelo viés da prática social, da sua experiência relacional (Ibid.).

Ele [Foucault] evoca o uso desta forma de prática afetiva e sexual como mudança nos modos relacionais. No texto *A amizade como modo de vida*, ele exorta a troca da pergunta ‘Quem sou? Qual é o segredo do meu desejo?’ Por ‘que relações podem, através da homossexualidade, ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas e moduladas?’ . Trata-se de usar as homossexualidades para chegar a uma multiplicidade de relações inventando modos relacionais fora de qualquer instituição, a partir da amizade. [...] Trata-se de usar as sexualidades para inventar novas relações (Ayouch, 2015, p. 81).

De acordo com Ayouch (2015), Foucault propõe à psicanálise ser crítica às suas próprias ferramentas conceituais nos contextos socioculturais e políticos que emergem, para operar uma clínica mais atenta e advertida às imaginarizações em jogo nesse processo:

A revelação de jogos de poderes na base dos discursos, a contestação da universalidade teórica do sujeito masculino, branco, ocidental, heterocentrista e o questionamento das evidências de gênero, de sexo, de aliança e de filiação constituem também o alvo dos estudos de gênero (ibid. p.104).

Seguindo nesta perspectiva crítica, propomos verificar se os estudos de gênero podem nos auxiliar na localização das resistências presentes no próprio discurso psicanalítico, já que os estudos feministas têm sua utilidade à medida que analisam as relações de poder em termos de dominação, desigualdade e falta de reciprocidade, ainda que ineficazes na análise sobre os gêneros não-inteligíveis (PORCHAT, 2014). O gênero enquanto uma categoria criada para explorar o significado de “mulher”, problematiza o que parecia ser algo dado. A frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se” era seu lema,

bebendo do marxismo e da psicanálise para constatar que haveria uma fantasia presente na concepção de uma identidade totalmente congruente (Ibid.). Ou seja, o gênero ampliaria o sentido se descolando de uma dimensão exclusivamente imaginária, sendo uma categoria política como define a filósofa e feminista Donna Haraway.

A historiadora e feminista Joan Scott (1988) problematiza a aceitação da ideia do “caráter fixo e permanente da oposição binária” (p. 18), convida o leitor à historicizá-la e desconstruí-la tal como define Jacques Derrida: analisando seu contexto e operação, “revertendo e deslocando a sua construção hierárquica” (p. 18). Indica que as historiadoras feministas vêm fazendo isso a partir de uma recusa hierárquica da relação masculino/feminino:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Ibid., p. 22).

Em relação à diferença sexual haveria um conjunto de quatro elementos que se relacionariam entre si: símbolos culturalmente disponíveis evocando representações múltiplas, conceitos normativos que evidenciam interpretações limitando e contendo as possibilidades metafóricas, análise da permanência binária e a identidade subjetiva. Nesse sentido, Scott (1988) destaca que:

A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história Edipiana, mas ela pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloqüentes. São os processos políticos que vão

determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (p. 28).

Scott (1988) não entendia o gênero como diferença sexual, mas como representações e relações de poder consequentes de tal constatação e, assim, suscetível a transformações. Tal constatação não seria suficiente para organizar as relações entre homens e mulheres, mas uma relação de poder estabelecendo esta dinâmica. As críticas a Scott são voltadas ao viés binário de sexo e gênero em uma dinâmica relacional complementar e por não ter examinado dados basilares à constituição subjetiva, ou seja, a questão racial, étnica, etária, orientação sexual, da classe social etc (Hirata, 2014).

Neste contexto, surgem os movimentos Queers nos EUA na década de 1980, como uma aposta política que atuava denunciando a sociedade cisheteronormativa e criticando uma parcela de homossexuais que aderiam à ideologia capitalista chamando a atenção para marcadores sociais como a branquitude e o poder de consumo (LIMA, 2022 CULT). Pode-se considerá-lo um movimento contracultural de uma cultura ocidental judaico-cristã que reproduz um modelo familiar patriarcal, dominado por homens heterossexuais e cuja finalidade seria a de reprodução. Uma interessante definição do termo queer, como algo que insiste na inconsistência e instabilidade dos conceitos para

listar ou caracterizar a diferença sexual, surgiu em 1993, proposta por Eve Kosofsky Sedgwick, se referindo a ele como uma:

malha aberta de possibilidades, de lacunas, de sobreposições, de dissonâncias e de ressonâncias, de lapsos e de excessos de sentido, onde os elementos constituintes do gênero de alguém, ou da sexualidade de alguém não são levados (ou não podem ser levados) a fazer sentido de maneira monolítica (Santos, 2019, p. 27).

A professora e autora italiana, Teresa de Lauretis, foi a primeira a empregar a expressão Teoria Queer, em 1990, quando organizou uma conferência na Universidade da Califórnia (Warner, 2012). Sua intenção era fazer da proposta queer uma teoria, problematizando verdades e conhecimentos científicos que envolviam a questão gay e lésbica (Halperin, 2003).

A Teoria *Queer* mantinha em comum a perspectiva crítica dos movimentos queers em relação à hegemonia vigente dos padrões cisheteronormativos de identidades, porém, tinha como foco lançar luz na experiência social de abjeção, de uma vivência de xingamentos, humilhações e violências sofridas em função de seu gênero, ou de sua indefinição, ou por apenas estar em desacordo com aquilo que se é socialmente estabelecido como norma. A reivindicação dos Queers era pelo direito à existência digna “fora da norma”. Desta forma, vale a reflexão de que:

Se a norma precisa ser constantemente reiterada por meio da contínua exclusão desses sujeitos-abjetos para assumir uma aparente consistência, talvez isso revele que, no fundo, a norma é também falha em seu interior, onde poderíamos supor o conforto de uma vida dentro dos parâmetros normativos de subjetivação” (Lima, 2022, n. p).

Judith Butler, filósofa e feminista estadunidense, expoente do movimento Queer, segue por essa mesma via de interrogar a adequação entre sexo, gênero e sexualidade, entendendo que o sexo é efeito das relações de poder e dos discursos de sexualidade e gênero. Propõe o gênero com identidade fluida, transitória, que precisa de afirmações performativas de nomeação, com comportamentos e representações desarmonicas a uma correlação com o sexo biológico e capazes de provocar os padrões de dominação. Uma performatividade que fabricaria a diferença sexual e suas possibilidades de forma incompatível à concepção natural, biológica e atemporal de homem e mulher, produzindo efeitos na cultura e nas subjetividades em uma dinâmica de retroalimentação (Butler, 2019).

Como o corpo surge interpretado pelos significados da cultura, a proposta de Beauvoir sobre o “tornar-se mulher” subentende que “o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora” (Ibid., p. 35). Tal ideia não problematizaria, no entanto, a concepção de liberdade e corpo, por não entender o corpo como sendo já marcado pelo discurso masculinista. O que estaria por trás da afirmação “ser mulher” e “ser heterossexual”, seria sintomático a um gênero substanciado, dando uma ideia de um gênero atrelado à identidade, ou esta atrelada ao sexo ou ao desejo sexual.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual (Ibid., p. 53).

A noção foucaultiana destacada por Butler (2019) de “uma multiplicidade de forças corporais pré-discursivas que irrompem pela superfície do corpo para desbaratar as práticas reguladoras da coerência cultural” (p. 226) é algo que psicanaliticamente pode ser lido como a dimensão do pulsional. Refutar o binarismo é integrar uma política de direito ao gozo. O contexto da bissexualidade seria, segundo Butler (2019), uma descontinuidade de uma certa coerência fictícia a serviço de práticas reguladoras da heterossexualidade no domínio reprodutor, fazendo vacilar a relação do gênero atrelada ao sexo e ao desejo. Descontinuidade que surge não sem resistências na cultura heteronormativa.

Nossos achados

Verificou-se na teoria psicanalítica balizadores para se constituir uma ética que escute os plurais modos de subjetividade, recolhendo dos estudos da sexualidade, gênero e Queers, elementos que corroboram com os fundamentos da psicanálise ao compreender a sexualidade como escapando às coerências de um sentido único definido ou definitivo, principalmente naquilo que tange o desejo e o que lhe causa.

Considerações parciais

As nossas considerações, que não pretendem se encerrar por aqui, pois o assunto merece mais interrogações do que respostas afirmativas, movimentando nosso desejo de saber, apontam para uma postura metodológica psicanalítica que precisa estar aberta frente ao encontro com a experiência do novo, à escuta de sua radicalidade e

à revisão constante na atualização de suas bases epistemológicas. A clínica lança luz para as possibilidades de se viver a pulsão sexual cuja meta é a satisfação e seu objeto plural, indefinido e contingencial, de uma forma singular, potente e sem, necessariamente, estar atrelada ao sofrimento oriundo de conflitos no psiquismo. Cabe à psicanálise sustentar a dimensão singular dos modos de gozo, sem explicar, mas no sentido de acompanhar na escuta de cada sujeito em seu trajeto subjetivo trilhado na relação entre o corpo, sexo, gênero e sexualidade.

Referências

- AYOUC, Thamy. **Psicanálise e homossexualidades**: teoria, clínica, biopolítica. Curitiba: CRV, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 18ª ed. São Paulo: Grall, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895) A interpretação dos sonhos In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard, v. 07. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard, v. 07. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1908) Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade In: FREUD, Sigmund. **Sigmund Freud, obras completas, Vol. 8**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.
- FREUD, Sigmund. (1920) Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina In: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud**: neurose, psicose, perversão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- FREUD, Sigmund. (1931) Tipos libidinais In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1933 [1932]) Novas Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard, v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, v. 19**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HALPERIN, David M. The normalization of queer theory. **Journal of Homosexuality**, 2003, v. 45, n. 2, 339-343. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J082v45n02_17. Acesso em: 10 de jul. 2022.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2014.
- IRIBARRY, I. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>. Acesso em: 10 de jul. 2022.

- JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol.1:** as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LIMA, V. A subversão pelos dejetos. **Revista Cult**, n. 270. São Paulo: Bergantini Editora, 2022.
- LACAN, Jacques. **(1959-1960) O Seminário, livro 7:** a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. **(1962-1963) O Seminário, livro 10:** a angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n. 28 p. 9-19, 2007.
- PORCHAT, Patricia. Ato performativo e a desconstrução: o gênero em Judith Butler. In: AMBRA, Pedro; SILVA JÚNIOR, Nelson da (orgs.). **Histeria e gênero:** sexo como desencontro. São Paulo: nVersos, 2014.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press. 1989.
- VAN HAUTE Phillipe; GEYSKENS Thomas. **Psicanálise sem Édipo?:** uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MONODISSIDÊNCIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM VIÉS PSICANALÍTICO ACERCA DAS NEUROSES DE ANGÚSTIA

Patricia Cristina de Gouvêa¹

Resumo: O preconceito contra indivíduos monodissidentes é proeminente por meio de práticas opressoras dentro e fora da comunidade LGBTQIAP+, tornando-se assunto emergente em abordagens acadêmicas. Este estudo tem como propósito analisar aspectos centrais das definições acerca da discussão sobre sexualidade, mas especificamente a bissexualidade, bifobia e o monossexismo. Em um segundo momento, a análise busca compreender a evolução das consequências psicossociais causadas pelas tentativas de apagamento social da bissexualidade pelo monossexismo homo-hetero. Para isso, através de uma revisão narrativa de literatura, analiso a referente temática abordada com ênfase nas discussões de autores como Judith Butler e Freud, além da análise do documento Manifesto Bissexual Brasileiro que embasam essa análise a respeito da invisibilidade da bissexualidade e o sofrimento psíquico tendo como uma das causas mais predominantes o direcionamento das orientações monossexuais, estereótipos atrelados a este grupo constituído de pessoas indecisas, inconstantes, além de serem também hipersexualizados/as. Estas violências geram consequências a curto e longo prazo, como o surgimento de distúrbios psicológicos. Para esta análise segue-se a teoria psicanalítica do surgimento das neuroses de angústia relacionando a decorrência dessas hostilizações com as manifestações patológicas características.

Palavras-chave: Bissexualidade. Bifobia. Monodissidência. Neurose. Psicanálise.

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, formadora de professores, graduanda em psicologia pela Universidade Paulista – UNIP, estudante de psicanálise e Promotora Legal Popular (PLP). E-mail para contato: pa_triciagouvea@hotmail.com.

Introdução

Os reality shows² contemporâneos estão levantando, nas redes sociais, calorosas discussões acerca da orientação sexual de alguns de seus participantes, o que causa indagações repletas de achismos e palpites por parte de seus diversos espectadores, essencialmente quando o assunto é a bissexualidade expressa por alguns dos integrantes desse tipo de atração. Esses *realities*, por serem observatórios de experiências sociais, fazem com que o público entre em contato com as mais distintas alteridades, porém os participantes que se denominam monodissidentes³ ainda causam estranhamento quando declaram: “Meninos, eu estou disponível; meninas, também”.⁴

Segundo define o documento intitulado “Livres e Iguais”, publicado pela Organização das Nações Unidas (2020, p. 1),

Pessoas bissexuais frequentemente chamadas de “bi”, são emocionalmente, romanticamente ou sexualmente atraídas por pessoas de mais de um gênero. Para algumas pessoas bissexuais, o grau e os modos pelos quais elas são atraídas por pessoas de diferentes gêneros pode mudar durante a vida. Algumas pessoas que são atraídas por mais de um gênero usam outros termos, como pansexual e polissexual.

² Reality Show: Big Brother Brasil 2023 confina seus participantes e os desafia com provas, organização hierárquica e jogos na disputa por prêmios.

³ A monodissidência foge à norma monossexual, portanto, refere-se à atração afetiva e sexual sem distinção de gênero.

⁴ Declaração de Gabriel Santana, participante do reality show Big Brother Brasil 2023, a respeito de sua bissexualidade, ao ingressar no programa.

Com base nesse trecho do documento, podemos suscitar uma vasta discussão sobre bissexualidade, a bifobia⁵ e as neuroses de angústia, proposta neste trabalho, iniciando-se pela análise da tentativa dos citados indivíduos de binarizar⁶ a sua sexualidade, pois, ao exteriorizar a sua orientação sexual, eles serão supostamente colocados dentro de uma “caixa da sexualidade”,⁷ para, assim, padronizar suas preferências e se sentirem incluídos em uma categoria afetivo-sexual socialmente aceita. Nessa perspectiva, apontamos como a bifobia, preconceito contra pessoas bissexuais, expressa-se de forma exacerbada dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+, em razão de esses indivíduos serem vistos como pessoas indecisas, inconstantes, além de serem hipersexualizados pelo fato de fluírem em suas “preferências” quanto aos parceiros, como se sexualidade fosse algo realmente palpável e possível de escolher assim como o sapato que calçamos pela manhã.

Portanto, entende-se que a estrutura social normativa na qual vivemos influencia diretamente na invisibilização dos que se declaram monodissidentes e, como descreve Alves (2017), citado por Souza, Barros, Santos e Pena (2022):

E o regime patriarcal, no qual vivemos – na forma de heterossexismo –, atua engessando as fronteiras que foram definidas como papéis impostos aos homens e mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural que extrapola o mero controle da sexualidade. Ele é voraz, insano, e atua para organizar o conjunto

⁵ Bifobia é a terminologia usada para designar atos ou incitação de preconceitos ou discriminações contra pessoas bissexuais.

⁶ Binarizar é dotar o indivíduo de apenas duas opções dentro de suas relações afetivo-sexuais, se relacionar apenas com homens ou com mulheres, ambos cisgêneros.

⁷ Colocar a sexualidade humana dentro dos moldes socialmente aceitos, sejam eles heterossexual (preferencialmente) ou homossexual, com características físicas e relacionais padronizadas.

das relações sociais, prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher necessários para a preservação das relações patriarcais de gênero.

Com conhecimento de causa, particularmente, posso relatar que os próprios indivíduos declaradamente bissexuais se reprimem por rejeição da estigmatização e tentam se mostrar socialmente heteroafetivos ou homoafetivos, colocando-se dentro de uma orientação sexual fixa, por entenderem que precisam se encaixar na binarização social para que possam desejar e/ou se relacionar apenas com o igual ou com o diferente, ambos na mesma proporção. Tal fato é contextualizado na teoria da “heteronormatividade compulsória”, de Judith Butler,⁸ que afirma ser esse conceito o responsável pela regulação do gênero em categorias binárias (homem/mulher), excluindo-se outras possibilidades de performances e representações identitárias.

Objetivos

Os objetivos deste estudo foram relacionar através de uma revisão narrativa de literatura as relações entre a psicanálise e as patologias cotidianas que nós, bissexuais invisibilizados, desenvolvemos por não termos quaisquer perspectivas de pertencimento, uma vez que a sensação é de que não podemos nos colocar em local nenhum, pois respeitar alguém que esteja fora dos padrões monossexistas é algo que não acontece sequer dentro, tampouco fora da “nossa” comunidade. É importante destacar que restrinjo esse debate apenas à discussão sobre

⁸ Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais estudiosas contemporâneas do feminismo e da teoria queer. A autora também escreve sobre filosofia, política e ética.

a orientação sexual, mas, se levarmos essa contestação para dentro das questões de gênero, com certeza, teríamos pauta para tantas outras discussões teóricas, visto que pessoas cis, travestis, transgêneras, pansexuais, *queer* e intersexo também sofrem bifobia de inúmeras formas quando se posicionam em relação à sua orientação sexual.

Metodologia

Para desenvolver esse artigo utilizei uma revisão narrativa de literatura, pois como indicam Inoue apud Soares e Maciel (2015) ao desenvolver estudos dessa natureza realizamos uma análise de perspectivas, multiplicidade e pluralidade de enfoques, e possibilitou inferir indicadores para esclarecer as problemáticas abordadas, além de compreender os aportes significativos da teoria selecionada. Cordeiro (2007) define que a revisão narrativa de literatura é uma seleção arbitrária dos artigos, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva, contemplando os objetivos deste estudo.

Constatando a metodologia trata-se de uma pesquisa descritiva com objetivo de caracterizar o alvo estudado: população ou fenômeno, assim como a relação entre ambos (Gil, 2017). Menciona-se através de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em trabalhos publicados com assuntos semelhantes à teoria abordada nesta produção, visando a obtenção de informações procedentes cientificamente para a conclusão da principal ideia desta obra (Santos, 2021).

Segundo Guerra (2014), descrevendo uma pesquisa qualitativa: compreendendo do que foi estudado, o desenvolvimento do trabalho seguirá com a base qualitativa. A coleta de dados bibliográficos

foi realizada pelas bases de dados científicos: Google Acadêmico, Biblioteca Eletrônica Científica Online SciELO e o Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). O uso destas ferramentas se deu pela autenticidade das plataformas online e fácil acesso às produções. Como ferramenta de busca dos materiais, foram utilizadas as palavras-chave: monodissidência; bissexualidade; plurissexualidades; neurose; angústia; psicanálise.

Embasamento teórico

Em suma, a bissexualidade é uma sexualidade fluida e vista de uma perspectiva em que o interesse pelo gênero e pela sexualidade varia para cada indivíduo, não havendo a necessidade de a pessoa balancear seus afetos quando se trata de relações entre pares que não se encaixam em relações monossexuais, pois muitos ainda julgam que bissexuais sentem atração apenas por homens ou mulheres cisgêneros, na mesma proporção. Assim, podemos realizar uma breve analogia com a pansexualidade, orientação sexual também monodissidente que se difere da bissexualidade pelo surgimento histórico das terminologias, pois como descrito por Klidzio e Siqueira (2020).

Nesse sentido, o prefixo “pan” de pansexualidade diz respeito a todos os gêneros enquanto o prefixo “bi” de bissexualidade, em um primeiro momento, dizia respeito ao binário homem e mulher. Portanto, os termos conceituais sendo similares, a pansexualidade se define por indivíduos rompendo com o estereótipo binário que o próprio termo bissexual criou socialmente, bem como dentro do grupo LGB-TQIAPN+. Após essa breve contextualização, buscarei aproximar essa discussão à psicologia, analisando as proporções que os preconceitos

relacionados a ações bifóbicas podem causar nos indivíduos que são atingidos, sendo capazes de gerar efeitos nocivos que interferem diretamente na saúde mental e prejudicam o pleno desenvolvimento psicossocial pós-traumático.

Como ponto de partida, usarei a minha experiência pessoal como suporte para a discussão, fazendo um relato e associando os fatos com as patologias que se potencializaram na decorrência das violências sofridas, enfatizando que a bifobia pode acontecer com indivíduos de qualquer gênero, pois ela está engendrada principalmente dentro da comunidade LGBTQIAPN+ como cita o documento intitulado Manifesto Bissexual Brasileiro (2021) “O acolhimento frente à exclusão social que a comunidade LGBTI+ presta de forma geral não abrange nossa população, como podemos observar no nosso afastamento de vários desses lugares enquanto transitamos por um não-lugar”.

As patologias psicossociais que acometem pessoas que sofrem ou já sofreram ataques bifóbicos podem desenvolver são inúmeras, porém colocaremos o foco especificamente sobre as neuroses de angústia, que, de forma geral, acometem os indivíduos quando são expostos a tais violências relacionadas às “escolhas”⁹ referentes à orientação sexual, com suposições e julgamentos embasados na propagação de discursos de ódio estruturados na binarização homo-hetero reverberada por nossa sociedade como a única forma relacional correta.

Há seis anos, quando me entendi com uma mulher cisgênero de orientação bissexual, tentei, por meio de aplicativos de relacionamentos, conhecer outras mulheres, pois, devido a minha vivência heteronormativa,¹⁰ só havia me relacionado com homens cis heteros

⁹ Colocar a orientação sexual no lugar de opção sexual.

¹⁰ A heteronormatividade é a imposição para as pessoas serem ou se comportarem

até aquele momento. Sendo “novata” dentro da comunidade LGBT-QIAPN+, demorei a entender o que realmente estava acontecendo, já que, com pouco conhecimento sobre a bissexualidade, considerava que existia apenas o preconceito homofóbico que partiria de um indivíduo heterossexual para com alguém de orientação homoafetiva. Contudo, o que me aguardava era negativamente surpreendente.

Predominantemente lésbicas, as pessoas que tentei conhecer, ao saberem de minha inexperiência em relações homoafetivas e de minha orientação “duvidosa”, rompiam a conversa e se afastavam imediatamente. Houve dois casos mais curiosos, em que os preconceitos evidentes e manifestos aconteceram ao sair para *dates*¹¹ em lugares comuns, como um teatro ou uma jogatina entre amigos, ocorreram momentos fatídicos em que as experiências relacionais passavam a ser pauta e assim tive a minha existência invalidada por dois principais fatores: minha orientação bissexual e potencial vetor de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) por ter mantido relações heteronormativas e estar em busca de uma primeira experiência homoafetiva.

Mesmo sem entender que estava sendo vítima de bifobia, tomei a atitude de reprimir o meu real desejo, pois percebi que não havia um lugar em que de fato conseguisse me encaixar afetivamente, e segui por mais quatro anos em relações heterossexuais, que em sua maioria foram abusivas, ocasionando tantas outras sequelas emocionais, pois reprimi meus desejos e desenvolvi patologias psicoemocionais. Ao buscar ajuda através de profissionais e ao dar início ao processo de análise pessoal compreendi que o preconceito sofrido estava atrelado ao meu diagnóstico.

socialmente de acordo com os papéis de cada gênero.

¹¹ *Date*: palavra de língua inglesa que indica um encontro romantizado para duas pessoas se conhecerem.

Partindo da experiência relatada, questiono: Como dar continuidade à busca por me entender de fato bissexual sem a experiência relacional e a validação social em relação à minha orientação sexual? E vale acrescentar que não tive abertura para me relacionar com as pessoas com as quais tive atração mútua, pelo simples fato de existirem estereótipos acerca das minhas vivências anteriores por serem predominantemente heterossexuais.

A partir disso, surge meu grande interesse em escrever sobre as relações entre a psicanálise e as patologias cotidianas que nós, bissexuais invisibilizados, desenvolvemos por não termos quaisquer perspectivas de pertencimento, uma vez que a sensação é de que não podemos nos colocar em local nenhum, pois respeitar alguém que esteja fora dos padrões monossexistas é algo que não acontece sequer dentro, tampouco fora da “nossa” comunidade. É importante destacar que restrinjo esse debate apenas à discussão sobre a orientação sexual, mas, se levarmos essa contestação para dentro das questões de gênero, com certeza, teríamos pauta para um livro todo, visto que pessoas cis, pessoas transgeneras, pansexuais, *queer* e intersexo também sofrem bifobia de inúmeras formas quando se posicionam em relação à sua orientação sexual.

Como entusiasta dos estudos sobre psicanálise, ousou criar essa relação tão complexa entre a bifobia e a neurose de angústia por julgá-la atual e necessária. Por essa razão, as teorias freudianas tomam forma na discussão que ora iniciarei com aporte na grande e revolucionária descoberta de Freud¹² sobre a íntima ligação entre a saúde física e psíquica dos pacientes com as suas histórias, desconstruindo o embasamento utilizado até então de que apenas os aspectos biológicos do corpo influenciavam na qualidade de vida da população.

¹² O psiquiatra austríaco Sigmund Freud (1856-1939) é criador da teoria psicanalítica.

O corpo humano, para Freud (1905 como citado em Abreu, 2015), corresponde àquele que ele soube escutar para além dos ruídos neuro-anátomo-fisiológicos, tornando-se, portanto, seu autor e de seus destinos, bem como das possibilidades de acolhida de seu sofrimento em termos terapêuticos. Baseando-se na sintomatologia somática descrita pelo referido psiquiatra, nos aproximamos da neurose de angústia por esta ser uma neurose atual que se caracteriza especificamente pelo acúmulo da excitação sexual que se transforma diretamente em sintoma, sem mediação psíquica.

A neurose é um distúrbio psíquico causado pelo recalque imperfeito de determinada pulsão ou desejo com que o ego é incapaz de lidar, e se manifesta inconscientemente e por meio dos sintomas neuróticos. Vale destacar que os sintomas que caracterizam as neuroses são causados pelos desejos reprimidos no inconsciente do indivíduo e tais desejos causam manifestações corporais adversas denominados somatizações, gerando diversificados sintomas físicos que dificultam o diagnóstico exato, pois, nesse prognóstico, a sintomatologia estará totalmente atrelada à psique do paciente e às consequências das sanções sociais sofridas. Seguido das sintomatologias recorrentes, com episódios de ansiedade latente generalizada, ataques de angústia, sudorese, vertigem, desmaio, diarreia, náusea, compulsão alimentar, entre outros sintomas físicos advindos do desenvolvimento das neuroses.

Os afetos e desejos são os principais causadores das neuroses, e, por esse motivo, os relacionarei com o sofrimento advindo pela bifobia, essencialmente pelo fato de a sexualidade ser algo tão abrangente na psique humana e de os reais desejos sexuais serem tão reprimidos mesmo contemporaneamente. Assim sendo, regular-se socialmente gera um sofrimento que transforma os desejos afetivo-sexuais em recalque,

afastando o indivíduo daquele desejo latente, pois ele aprendeu que se relacionar com pessoas de diferentes sexualidades e gêneros é algo inaceitável.

Para relacionar o sofrimento psíquico com a violência social bifóbica, podemos citar uma frase postada pela psicanalista Ana Suy (2023), em sua uma rede social X (antigo Twitter), que pode ser citado como uma das plataformas online onde mais se encontram discursos de ódio contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ como citado por Coutinho e Malheiros (2020), que realizaram pesquisa com o objetivo de detectar mensagens homofóbicas em português na plataforma Twitter.

O trecho postado por Ana Suy (2023) elucidada que “O neurótico é alguém que prefere não falar certas coisas, porque se disse-las, corre o risco de escutá-las e de precisar fazer alguma coisa a respeito”. Dessa forma, é possível associar o sofrimento do neurótico com o fato de que seus desejos sexuais estão recalçados pela repressão social sofrida, causadora da angústia, que, por sua vez, ocorre em virtude da hostilização dos desejos gerada pelos ataques bifóbicos. Entende-se então que quando a sua sexualidade foi invisibilizada, o ego é incapaz de lidar com a dor moral, o que o leva a se reprimir e voltar a se moldar de acordo com os padrões impostos pela sociedade por meio da binarização afetiva.

Ferraz e Ritter (2022) afirmam que “O distúrbio funcional presente na neurastenia¹³ propicia a compreensão de que a vida na sociedade pode adoecer os sujeitos, ao mesmo tempo em que reorganiza a separação entre voluntário e involuntário. A ideia de trauma ganha aqui

¹³ Neurastenia é, para a psicanálise, a neurose atual, cujos sintomas são causados por fatos recentes que geram adoecimento psíquico no indivíduo.

o seu vigor: uma causa exterior pode suscitar desordem psíquica”. Portanto, a castração que perpassa a pulsão e a transforma em sofrimento psíquico desenvolve o adoecimento no neurótico e torna recalcados seus desejos por reprimi-los inconscientemente, contudo, eles podem ressurgir mediante comportamentos incompatíveis socialmente ou atos falhos que deformam o genuíno desejo libidinal do sujeito e geram o adoecimento – angústia.

Nota-se que, para que alguém se entenda e afirme a sua bissexualidade, não é necessária apenas a identificação pessoal em relação aos seus desejos afetivo-sexuais por diferentes gêneros e sexualidades, mas requer também uma aceitação socioafetiva por parte dos grupos pertencentes, suas redes de apoio e familiares, onde surgem as perturbações e os enfrentamentos que geram inquietações naqueles que se sentem inadequados aos padrões binarizados.

As relações sociais que envolvem pessoas bissexuais são, não raro, tóxicas e adoecem os sujeitos, pois, em sua maioria, o estereótipo estará engendrado para normatizar os padrões a serem seguidos e, portanto, há pessoas com aparências e quereres similares, mas que desenvolverão recorrentes adoecimentos físicos e psíquicos em razão do processo normalizador social como enfatizado no Manifesto Bissexual Brasileiro (2021) “Tal apagamento constrói camadas silenciosas de violência que degradam o bem-estar das pessoas bissexuais.”. Como bem destacou Birman (2007, p. 17): “Como efeito, mediante a leitura freudiana do mal-estar na civilização, estamos diante da crítica psicanalítica da modernidade. Essa é a versão freudiana da condição trágica do sujeito no mundo moderno, sem tirar nem por.”

Logo, podemos analisar como a fobia social¹⁴ desenvolvida pelos indivíduos que sofrem essas hostilizações bifóbicas, pode estar diretamente ligada ao conceito psicanalítico de neurose de angústia, que, traduzido contemporaneamente, pode ser denotado como o transtorno de pânico.

Segundo Semer (2014),¹⁵ em artigo para a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP):¹⁶ “O pânico é uma reação de ansiedade em relação a sensações do próprio corpo. Enquanto nas fobias a pessoa sente ansiedade em relação a um objeto externo, no pânico ela fica ansiosa frente ao que sente em seu próprio corpo”.

Assim sendo, podemos relacionar as consequências do apagamento e das violências verbais e não-verbais sofridas por pessoas bissexuais em diversos contextos sociais à repressão no que se refere a sua orientação e seu desejo afetivo-sexual. Desse modo, as situações de fobia transformam-se na sintomatologia clássica de neurose de angústia, atualmente chamada de transtorno de pânico, tendo em vista que os desejos recalcados se convertem em castrações, que originam acentuadas sequelas, como pontuado por Couto e Chaves (2009): “A angústia de castração funciona, na neurose, como permanência do desejo recalcado, permanência da fantasia como resposta a esse desejo,

¹⁴ Fobia social é o medo e a ansiedade gerados por determinadas situações e contextos relacionados ao convívio social.

¹⁵ Norma Lottenberg Semer é psicanalista, membro associado da SBPSP, doutora em Saúde Mental e professora afiliada na UNIFESP.

¹⁶ A Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) é formada por um grupo de psicanalistas unidos com o propósito de promover o desenvolvimento da Psicanálise. A SBPSP é filiada à *International Psychoanalytical Association* (IPA) desde 1951, contando, hoje, com 201 membros efetivos (88 são analistas didatas), 314 membros associados e 364 membros filiados vinculados ao Instituto de Psicanálise, o braço da SBPSP encarregado da formação de novos psicanalistas.

resposta ao não-sentido do desejo. A angústia como sinal movimenta o recalque, através da alienação da satisfação na fantasia inconsciente”.

Entende-se, portanto, que o fato de os sujeitos bissexuais sofrerem esses tipos de violências faz com que eles se reprimam de tal forma que chegam a nunca assumir os seus reais desejos afetivo-sexuais, devido ao medo da repressão social e por não saberem de que modo enfrentar tais julgamentos, levando ao desenvolvimento da patologia associada a seu sofrimento psíquico.

O objetivo dessa discussão não é invalidar o sofrimento de pessoas de nenhuma outra orientação sexual ou gênero, pois de fato de que só quem faz parte de uma minoria entende quais são os desafios diários que são enfrentados. No entanto, o maior questionamento que levanto é o fato de a binarização social se fazer presente não somente na população em geral mas, também estar engendrada dentro da comunidade LGBTQIAPN+ a ponto de não aceitarem que a sexualidade monodissidente é fluida e não se limita ao desejar apenas pessoas semelhantes ou diferentes, pois os indivíduos bissexuais se interessam por pessoas em sua essência, e não somente por um determinado gênero, uma sexualidade ou o sexo biológico daqueles com os quais se relacionam.

As discussões sobre bifobia dentro das redes sociais estão cada vez mais em pauta, porém essa discussão necessita de potencialização, a fim de mudar a perspectiva a partir da qual se rotulam os afetos para além das classificações binárias, pois, sem esses questionamentos, nos enveredamos nos discursos monossexistas.¹⁷ Como discutido pelo influenciador não-binário Nick Nagari (2023) – que defende arduamente

¹⁷ O monossexismo é uma convicção acerca de que a monossexualidade ou a orientação binária é superior a uma orientação bissexual.

as causas bissexuais e, frequentemente, traz diálogos entusiasmados sobre violências e ações bifóbicas, em uma de suas postagens no Twitter:¹⁸ “Como a gente pretende construir um mundo para pessoas LGBTQ+ se pautamos nossas identidades apenas na perspectiva do sofrimento? É impossível imaginar uma outra realidade se você acha que as pessoas têm que sofrer para serem ‘bissexuais de verdade’”.¹⁹

Lima e Miranda (2020) ressaltam que “[. . .] um exemplo dessas violências é a ideia de a bissexualidade ser uma sexualidade de transição. Ou seja, em algum momento a pessoa vai se assumir homo ou perceber que só estava confusa e na verdade é hétero.” Constata-se, portanto, que o trecho faz uma importante analogia enveredando como o preconceito contra pessoas monodissidentes está expresso no senso comum em relação à orientação sexual de outrem, pois a repressão desencadeará o sofrimento psicossocial.

A discussão levantada neste trabalho acerca da violência atrelada à bifobia insere no debate as pessoas implicadas e aproxima-se cada vez mais do ponto inicial de relacionar a bifobia aos conceitos clássicos das neuroses de angústia, portanto, podemos continuar nossa discussão com a transformação do trauma em sintoma, associando-os aos episódios vividos.

De fato, o desenvolvimento das neuroses, nesse contexto de violência, decorre do sofrimento socioemocional que bissexuais sofrem em seus convívios sociais, logo, as neuroses podem ser desencadeadas a partir do atravessamento de uma pulsão recalçada. Para Kessler (2011, n.p.),

¹⁸ Twitter é uma rede social e um serviço de microblog.

¹⁹ “Bissexuais de verdade” seriam aqueles que conseguem “dosar” os seus desejos e encaixá-los segundo a padronização binária homo-hetero, decidindo definitivamente com quais gêneros e parceiros sexuais irão se relacionar do momento da “escolha” em diante.

O recalçamento é um dos destinos possíveis da pulsão, sendo descrito por Roudinesco (1998) como “o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-o em fonte de desprazer”.

De acordo com Freud (1996 [1894]), as neuroses de angústia se desenvolvem fisicamente por meio do principal sintoma nuclear relacionado ao estado emocional geral do paciente desencadeado com base na expectativa angustiada. Pressupomos que, analisando-se uma situação hipotética, um indivíduo que sofreu ataques bifóbicos se utilizará, inconscientemente, desse sofrimento emocional traumático para reprimir seus desejos e recalçar seus ideais afetivos, de modo que, ao se sentir questionado ou em situações que ocasionam gatilhos²⁰ emocionais relacionados à sua orientação sexual, ele, automaticamente, desenvolverá um único ou um conjunto de determinados sintomas somáticos relacionados. Por conseguinte, podemos concluir que o adoecimento se desenvolveu em decorrência da privação de sua identidade em prol da necessidade de se moldar aos padrões binários que os grupos sociais impõem.

Com base nos sintomas apresentados, Ribeiro (2009, p. 46) descreve o surgimento da neurose de angústia da seguinte maneira:

Na Neurose de Angústia a ênfase foi colocada na geração de angústia decorrente do acúmulo de excitação somática, de natureza sexual, não descarregado por uma ação psíquica específica ou adequada sendo, então, gasto em reações somáticas inadequadas, desenvolvendo uma intrigante gama de sintomas manifestada, particularmente, no corpo.

²⁰ Acontecimentos externos que provocam uma reação imediata e abalam a estabilidade emocional.

Como explica Carvalho (2012, p. 488), “A etiologia da neurose traumática é diretamente relacionada a um acontecimento traumático que, após um período de latência mais ou menos longo, desencadeia, no sujeito, intenso sofrimento psíquico em que se destaca o afeto de angústia, entre outras manifestações sintomáticas.”

Logo, as violências que ocorrem e suscitam o apagamento social daqueles que se declaram não monossexuais vêm causando sequelas já estudadas academicamente, porém a relação estabelecida entre a bifobia e um conceito clássico psicanalítico pode fornecer ferramentas de autoanálise para aqueles que ainda não compreendem os efeitos negativos causados por uma discriminação e, assim, busquem auxílio especializado, deixando de se esconder atrás de um discurso normalizador de enquadramento social para que os grupos os recebam sem julgamentos.

Segundo Judith Butler (2003), citada por Jaeger, *et al.* (2019, p. 8): “Os movimentos sociais que se baseiam em identidades universais e estáveis para alcançar visibilidade política acabam ignorando singularidades e excluindo sujeitos que não contemplem as exigências normativas de determinada identidade”.

Resultados

Analisando esse cenário e com base na discussão realizada ao longo do capítulo, podemos constatar que as banalizações sofridas por indivíduos bissexuais os expõem, de fato, a um real sofrimento em função dos preconceitos bifóbicos, que se mostram de factual importância quando associados às patologias psíquicas desenvolvidas a partir dessa fobia silenciosa. Como principal patologia, destacamos as neuroses

de angústia, porém, conforme já abordado, será mediante o fortalecimento dessas discussões, embasadas tanto no cotidiano das pessoas que resistem a tais violências quanto no estudo da teoria psicanalítica, que buscaremos ultrapassar a teoria e a metodologia científicas para ir ao auxílio daqueles que se invalidam devido à falta de identificação, bem como pela não aceitação social que desencadeou seu sofrimento psíquico.

Considerações finais

Nessa perspectiva, compete a função social da psicanálise auxiliar no enfrentamento da binarização social e desempenhar suporte através de suas teorias, das clássicas às contemporâneas, analisando teórico-metodologicamente como as fobias sociais constituem as patologias e atuam negativamente na saúde mental dos sujeitos.

Portanto, visibilizar essas discussões faz com que as pautas monodissidentes sejam mais acessíveis midiaticamente e auxiliem na tomada de decisão das pessoas bissexuais, pansexuais e polisssexuais no que diz respeito a respeitarem sua identidade, reconhecerem as suas dores psíquicas, buscarem a análise pessoal para se entenderem como sujeitos pertencentes socialmente e, assim, tornarem perceptível o seu merecimento, para além de suas diferenças de gênero, sexualidade, físicas, afetivas e emocionais, estabelecendo o devido respeito em todos os seus espaços de convívio, mas, sobretudo, dentro da comunidade LGBTQIAPN+, espaço em que defendemos as existências das minorias socioculturais.

Referências

- ABREU, Taiane Belém Nunes de. O adoecer: um enigma que transita entre o psíquico e o somático. **Psicologia.pt: O Portal dos Psicólogos**, 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0881.pdf> Acesso em: 10 abr. 2024.
- BARROS JÚNIOR, José Paulo Alexandre de, CARNEIRO, Thayná Emanoela Guedes. Judith Butler e a teoria queer: críticas epistemológicas à problemática de gênero na educação brasileira. **Anais do VII Congresso Nacional de Educação – Maceió-AL**. 2020.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Maria Teresa de Melo. Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 3, p. 487-497, 2012.
- COUTINHO, Julianna Dale. Neurose de angústia. **Wikipicopato**, 2011. Disponível em: https://www.ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=Neurose_de_ang%C3%BAstia. Acesso em: 10 abr. 2024.
- COUTINHO, V. M. D. M. S.; Malheiros, Y. (2020, June). Detecção de mensagens homofóbicas em português no twitter usando análise de sentimentos. In: **Anais do IX Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**, (p. 1-12). SBC.
- COUTO, Luiza Vieira; CHAVES, Wilson Camilo. O trauma sexual e a angústia de castração: percurso freudiano à luz das contribuições de Lacan. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 1, p. 59-72, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2024.

- CORDEIRO, Alexander Magno, et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012> Acesso em: 10 abr. 2024.
- FERRAZ, Flávio, RITTER, Paulo. **O grão de areia no centro da pérola: sobre as neuroses atuais**. São Paulo: Bluscher, 2022.
- FREUD, Sigmund. A sintomatologia clínica da neurose de angústia. In: FREUD, Sigmund. **Primeiras publicações psicanalíticas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- INOUE, Celia Regina. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, 2015.
- JAEGER, Melissa Bittencourt, et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: Problematizando enquadramentos. **Periódicus**, v. 2, n. 11, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.28011> Acesso em: 10 abr. 2024.
- KESSLER, Helena Pillar. Recalque. **Wikipicopato**, 2011. Disponível em: Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=Recalque>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- KLIDZIO, Danieli; SIQUEIRA, Monalisa Dias de. A bissexualidade e a pansexualidade enquanto identidades: Invisibilidade e estereótipos. **Anais do VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia Social (ALA)**, Montevideu, 2020.
- LIMA JR., Newton, MIRANDA, Nana. Monogamia, monossexismo e bissexualidade. **NM em Foco**, 2020. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/monogamia-monossexismo-e-bissexualidade>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- NAGARI, Nick. **Twitter**, @nicknagari, 28 de jan. 2023. Disponível em: Disponível em: https://twitter.com/nicknagari?ref_src=twsrc%5E-google%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Manifesto Bissexual Brasileiro**, 2022. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso: 17 de fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Bissexualidade, n.d. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/FactSheets/UNFE_FactSheet_Bissexual_PT.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

RIBEIRO, Maria Mazzarello Cotta. Neurose de angústia e transtorno de pânico. **Reverso**, v. 31, n. 58, p. 43-51, 2009. Disponível em: Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000200005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTOS, Renyvan Souza. **Reality show e psicanálise: uma revisão narrativa da literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2021.

SEMER, Norma Lotterberg. Pânico, desamparo e psicanálise. **Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo: Blog de Psicanálise**, 26 out. 2014. <https://www.sbpsp.org.br/blog/panico-desamparo-e-psicanalise>.

SOUZA, Ana Vitória Moreira de, et al. As consequências psicológicas da tentativa de apagamento social da bissexualidade: um relato de pesquisa. **Gênero na Amazônia**, n. 21, p. 135-148, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13365>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SUY, Ana. O neurótico é alguém que prefere... Twitter, @a_suy, 18 de jan. 2023. Disponível em: https://twitter.com/a_suy/status/1615862173145919488?s=46&t=5mBwy0XKnyPC18rO6U-Ex6g. Acesso em: 10 abr. 2024.

O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA COM A COMUNIDADE BISSEXUAL

Maria Carolinna Henriques Monteiro¹

Resumo: A bifobia se configura como uma forma de opressão baseada em discriminações específicas dirigidas a pessoas que se entendem como bissexuais, produzindo efeitos na saúde mental e na vulnerabilidade socioeconômica dessa população. Uma vez inseridas nesse contexto, as práticas profissionais em psicologia são atravessadas pela reprodução de lógicas hegemônicas de patologização das bissexualidades, resultando em impactos no atendimento em saúde. Nesse sentido, o presente trabalho possui como objetivo abordar o compromisso ético-político da psicologia com a comunidade bissexual, ressaltando a implicação da Psicologia frente às bissexualidades. Os resultados revelam concepções por parte dos profissionais e teóricos da psicologia marcados pela prevalência de bifobia e patologização de existências bissexuais, destacando o despreparo dos profissionais para lidar com as questões de saúde mental dessa população. Tais práticas se configuram como anti-éticas, denunciadas pela Resolução CFP nº 08/2022, e apontam para a importância de uma resolução específica para a comunidade bissexual. Diante de reflexões acerca da prática ética e política na Psicologia, como ciência e profissão, este trabalho pretende fomentar debates a favor de práticas antibifóbicas que acolham as especificidades da população bissexual.

Palavras-chave: Bissexualidades. Bifobia. Psicologia. Compromisso ético-político. Ética profissional.

Introdução

Sob a ótica das especificidades da população bissexual, estudos demonstram que o contexto sociocultural ocidental, marcado pela bifobia e pela cistheteronormatividade, impõe um modelo heteronormativo e monossexual que historicamente patologiza e estigmatiza pessoas

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: carolinna Monteiro45@gmail.com.

bissexuais, bem como outras orientações sexuais que divergem dessas normas (Eisner, 2013; Monaco, 2020; Obradors-Campos, 2011; Yoshino, 2000). O estigma associado às bissexualidades é evidenciado através da proliferação de estereótipos, tais como: a negação da existência da bissexualidade, a difusão da ideia de bissexualidade como ilegítima, relacionada à não monogamia, à infidelidade, à transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a promiscuidade, a infidelidade, a imaturidade e outros atributos considerados negativos (Jaeger, 2019). As experiências de estigma e bifobia estimulam diversas formas de violência direta que se diferenciam daquelas de outros grupos, como gays e lésbicas, e operam como estressores entre grupos bissexuais. Nesse sentido, pessoas bissexuais enfrentam discriminações baseadas em invisibilização, estereótipos e micro agressões psicológicas, físicas e sexuais em diversos espaços. Essa discriminação dificulta o acesso da população aos serviços de saúde, trabalho, assistências sociais e acesso pleno à cidadania. Em vista disso, bissexuais possuem índices elevados de vulnerabilidade socioeconômica e na saúde mental (Eisner, 2013; Frente Bissexual Brasileira, 2022; Ulrich; 2011).

Nesse contexto, a Psicologia, como ciência e profissão, está atrelada a reprodução de saberes e lógicas hegemônicas sobre as bissexualidades, fazendo com que pessoas bissexuais tenham a tendência de experimentar uma relação com a psicologia marcada por percepções negativas relacionados a estereótipos sobre as bissexualidades, patologização dos seus sofrimentos, apagamento das bissexualidades e tentativas práticas de reverter as bissexualidades em heterossexualidade (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Coelho, 2019; Dworkin, 2001; Firestein, 2007; Jaeger, 2018; Lima; Damascena, 2022; Mohr et al., 2009; Monaco, 2020; Page, 2004; Santos et al., 2018). Em contrapartida,

tem-se visto um aumento de estudos e debates no campo da Psicologia que visam construir referenciais, teorias, parâmetros técnicos e posicionamentos que possam instrumentalizar as atuações profissionais e os fazeres científicos visando romper com as lógicas normativas e discriminatórias que historicamente orientaram as maneiras de olhar para as diversidades sexuais e de gênero (Conselho Federal de Psicologia, 2023). É nesse âmbito de discussões que a homologação da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 08/2022, que diz respeito a atuação de psicólogos(os) em relação às bissexualidades e demais orientações não-monossexuais, amplia o escopo de debate sobre o compromisso ético-política da Psicologia com a comunidade bissexual.

Dessa forma, o presente trabalho trata do compromisso ético-político da psicologia com a comunidade bissexual, ressaltando a implicação da Psicologia frente às bissexualidades, as necessidades de uma resolução específica para a comunidade bissexual e a dimensão ético-política da atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues com as pessoas bissexuais, destacando seus desafios e possibilidades. Este estudo trata-se de um recorte, fruto da construção de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia. Dessa forma, consiste em uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia é a revisão bibliográfica, a qual buscou elaborar um lugar para as bissexualidades nas pautas da psicologia atrelados à processos de desconstrução e reflexão, uma discussão que vá além dos debates sobre produção de violências e que demarque as potencialidades de garantir que as práticas profissionais sejam respaldadas na postura ética e política, pela garantia dos direitos humanos e pelo bem estar dos sujeitos bissexuais.

Resultados

Ao longo da história da psicologia brasileira, o Conselho Federal de Psicologia, compreendido como a principal entidade de psicologia do país, vem se posicionando e estando presente politicamente nas lutas por transformações em nossas estruturas sociais de opressão e normatização de pessoas LGBTI+ (Bicalho, 2022). Isto porque, diante de perspectivas patologizantes e práticas profissionais atravessadas de toda uma gama de violências discursivas e normativas, se fez necessária a criação de marcos regulatórios que orientassem profissionais de psicologia a se posicionar frente às diferentes demandas de cuidado a comunidade a partir de perspectivas antidiscriminatórias e não patologizantes em relação às diversidades sexuais e de gênero (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018; CFP, 2023). Dentre eles, podemos citar:

- Resolução CFP nº 01/1999, que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”;
- Resolução CFP nº 01/2018, que “estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis”;
- Resolução CFP nº 10/2018, que dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo;
- Resolução CFP nº 08/2022, que “estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais” (CFP, 2023, p. 53).

Essas resoluções possuem caráter normativo, ou seja, precisam ser observadas e seguidas por todas(os/es) profissionais de Psicologia atuantes e inscritas(os/es) no Conselho Federal de Psicologia, não se

configurando como posicionamentos isolados ou descontextualizados dos debates e avanços teórico-epistemológicos no campo da Psicologia em nível global (CFP, 2023). Desse modo, desempenham um papel fundamental na afirmação de uma Psicologia comprometida com as urgentes e necessárias transformações sociais na sociedade brasileira (CFP, 2023), efetuando o compromisso que convoca a psicologia mais que a produzir discursos enquanto campo de saber, mas a participar ativamente em um campo político (Bicalho et al., 2009).

No contexto de atuação de profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, a importância da resolução nº 08/2022 se justifica uma vez que, historicamente, as bissexualidades foram interpretadas, teorizadas e produzidas discursivamente, em diversos campos do conhecimento (como em algumas vertentes da psicologia, da psicanálise e da psiquiatria), como formas de sexualidades “passageiras”, “indecisas”, “imaturas”, “patológicas” e “que não atingiram um nível satisfatório do desenvolvimento psicosssexual” (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Conforme o CFP (2023):

No campo moral, as bissexualidades muitas vezes foram/são compreendidas como “promiscuidade”, “imoralidade”, “hiperssexualização”, “desejo sexual desenfreado”, etc. Na arena do debate político, as bissexualidades muitas vezes são consideradas “inexistentes”, “invisíveis” e “apagadas”, nomeações que desinvestem pessoas bissexuais de suas potências políticas e de possíveis reivindicações específicas que as contemplem nas diversas políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia, 2023, p. 61).

Pesquisas brasileiras e estrangeiras demonstram reprodução de estereótipos sobre as bissexualidades, tentativas de cura, patologização e apagamento por parte de profissionais da psicologia, tanto

em contextos de psicoterapia quanto em serviços de saúde mental (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Coelho, 2019; Dworkin, 2001; Firestein, 2007; Frente Bissexual Brasileira, 2022; Jaeger, 2018; Lima e Damacena, 2022; Mohr et al., 2009; Monaco, 2020; Page, 2004; Santos et al., 2018; Vezzosi et al., 2019). Da mesma forma, resultados indicam que experiências de micro agressões sobre a orientação sexual em psicoterapia estão associadas a uma relação psicoterapêutica fragilizada, a uma menor eficácia do tratamento e a impactos nos clientes (MacDonald, 2013; Shelton & Delgado-Romero, 2011; Spengler et al., 2016). Entre as micro agressões, foram relatados episódios de afirmações heteronormativas, estigmatização, invalidação, patologização e desrespeito com a identidade de orientação sexual, presunção da orientação sexual, presunção de que os problemas que os clientes apresentam têm origem na sua identidade de orientação sexual, entre outros (Spengler et al., 2016; Kelley e Flaherty, 2015).

Esses resultados revelam um manejo da bissexualidade por parte dos profissionais da psicologia marcado pela prevalência de bifobia e patologização de existências bissexuais, destacando o despreparo dos profissionais para lidar com questões de saúde mental dessa população e apontam para a necessidade de educação e formação em questões relacionadas com a orientação sexual e o estigma sexual (MacDonald, 2013). Ao mesmo tempo, reafirmam a relevância e os benefícios que a validação da identidade bissexual proporciona a saúde mental desses sujeitos quando as intervenções da psicologia não são marcadas por preconceitos e estigmas sociais (Page, 2004). Tais parâmetros configuram a necessidade de uma resolução específica para as populações bissexuais e não-monossexuais, demarcando as práticas antiéticas e bifóbicas nas áreas psi, psicologia e psiquiatria, as quais contribuem para

a marginalização de pessoas bissexuais como um agravante à saúde mental. Assim, “a fim de romper com esses estereótipos e com esses discursos tão arraigados no senso comum e na própria ciência psicológica” (Conselho Federal de Psicologia, 2023, p. 61),

a Resolução CFP nº 08/2022 se consolida como mais um instrumento que visa a desconstruir práticas e racionalidades que se ancoram na ideia de que haveria apenas um único destino sexual considerado “normal, saudável e legítimo”. Nesse sentido, o documento formaliza uma ampliação das inteligibilidades e legitimidades das multiplicidades sexuais que não se conformam e/ou não se enquadram na matriz heterossexual e em parâmetros heteronormativos (CFP, 2023, p. 61).

A normativa, em seu artigo 3º, reconhece a legitimidade das bissexualidades e demais orientações não-monossexuais, não as vinculando às homossexualidades ou às heterossexualidades. Orienta que as(os/es) profissionais deverão considerar a autodeterminação de cada sujeito em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero, atuando sempre com respeito à autonomia, integralidade e dignidade da pessoa atendida e reconhecendo as intersecções entre território, raça, etnia, classe, geração, deficiências, identidades e expressões de gênero como marcadores sociais de diferenças, entre outras orientações. Além disso, no art. 4º, alerta que no exercício da profissão, em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, é vedado:

I - Promover processos de medicalização e patologização; II - Utilizar instrumentos, métodos, técnicas psicológicas que criem, mantenham ou acentuem estereótipos; III - Compactuar com culturas institucionais discriminatórias, assediadoras e violadoras de direitos; IV - Considerar como doença, sintoma de doença,

distúrbio, perversão, transtorno mental, desvio ou inadequação; V
- Reproduzir discursos estigmatizantes que consideram como imoralidade, desvio de caráter, indecisão e confusão (CFP, 2022, p. 1).

A resolução veda, ainda, no art. 6º, que as(os/es) profissionais, em contexto psicoterápico ou de prestação de serviços psicológicos, conduzam processos de conversão, reversão, readequação ou reorientação de pessoas com orientações bissexuais e não monossexuais. Por fim, é importante destacar a condução ética estabelecida nos artigos 5º e 2º, respectivamente, em que a psicóloga, o psicólogo e psicóloga, em sua prática profissional, atuarão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da bifobia e do preconceito em relação às pessoas com orientações não monossexuais, assim como contribuirão para eliminar todas as formas de violência, preconceito, estigmatização e discriminação em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais (CFP, 2022).

Diante desse marco, a Resolução CFP nº 08/2022 se apresenta como um instrumento fundamental no reconhecimento das bissexualidades e no combate às diversas formas de monossexismos e de bifobias (CFP, 2023). Torna-se crucial, portanto, que, para além do seu sentido normativo e regulamentador, essa Resolução incite um aprofundamento de debates, reflexões e problematizações nos campos da teoria, da prática e da ética profissional (CFP, 2023). Nesse âmbito, configura-se o compromisso ético-político como substancial na atuação da psicologia, visando eliminar práticas de opressão e naturalização de discriminações e preconceitos dirigidas a pessoas bissexuais e impedir que a psicologia seja instrumento legitimador de bifobia. Assim, retoma-se a ética profissional, que exige responsabilidade social e contínua reflexão crítica em relação à realidade política, econômica, histórica e cultural que

permeia a vivência de pessoas bissexuais (CFP, 2005). Desse modo, o documento possui, sobretudo, um peso simbólico, ético e político – seja para a categoria profissional ou para a sociedade – ampliando os debates sobre gênero e sexualidades (CFP, 2023, p. 56) e reafirmando o caráter político das práticas profissionais da psicologia. Isto posto, a resolução CFP nº 08/2022 desempenha um papel fundamental na afirmação de uma Psicologia comprometida com as transformações sociais na sociedade brasileira referente às bissexualidades.

Tais problematizações têm levado profissionais, pesquisadoras(es), estudantes e ativistas a produzir análises no campo da Psicologia, de modo que temos visto um aumento de interesses por estudos, pesquisas e debates que intentam construir referenciais, teorias, parâmetros técnicos e posicionamentos que possam instrumentalizar as atuações profissionais e os fazeres científicos visando romper com as lógicas normativas, normalizadoras, prescritivas, moralizantes e discriminatórias que historicamente orientaram as maneiras de olhar para as diversidades sexuais e de gênero (CFP, 2023).

Ao reconhecer que não é apenas pelo exercício de polícia da profissão que é possível modificar as relações políticas e sociais, o Conselho Federal de Psicologia, a partir da aprovação da Resolução nº 01/1999, passou a tornar as pautas LGBTI+ uma política do Sistema de Conselhos de Psicologia (Aragusuku e Lee, 2015). Desde esse período, o CFP intensificou sua defesa dos direitos LGBTI+, envolvendo entidades e associações profissionais de psicologia dentro das movimentações nacionais em torno dessa pauta, participando de debates públicos sobre as questões concernentes às diversidades sexuais e de gênero e realizando campanhas nacionais conforme o avanço da agenda política no país; bem como participando e organizando eventos,

seminários, congressos, manifestações, audiências públicas, lives, etc.; lançando também notas públicas, técnicas e de orientação, posicionamentos, referências técnicas, livros, artigos científicos, cartilhas e outros materiais informativos (Aragusuku e Lee, 2015; CFP, 2023). Desse modo, estabelece compromissos ético-políticos, salientando que a atuação dos profissionais perante a diversidade de orientações sexuais e de gênero deve estar alicerçada em bases científicas reconhecidas nacional e internacionalmente,² no respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos e no cumprimento do Código de Ética do Psicólogo e das Resoluções CFP nº 01/1999, 01/2018, 08/2020 e 08/2022 (CFP, 2023). Podemos ponderar, portanto, que “a Psicologia brasileira tem produzido conhecimento e construído alianças epistêmicas que foram fundamentais para o aprofundamento dos debates sobre gênero e sexualidades” (CFP, 2023, p. 56).

No que diz respeito as estratégias de garantia de direitos para a população bissexual, os debates em torno da garantia do compromisso ético-político da psicologia com essa população são protagonizados pela resolução CFP nº 08/2022, a qual marca um importante avanço nas políticas voltadas para a população bissexual. Contudo, para além da normativa, existem outras produções promovidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) as quais pretendem fortalecer, auxiliar e qualificar a atuação de profissionais e estudantes da Psicologia na aproximação com o campo da diversidade sexual e de gênero (CFP, 2023), servindo como instrumentos de orientação da prática profissional e de reafirmação

² Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos (CFP, 2023, p. 105).

do compromisso ético-político da Psicologia. Para além do lugar da falta e de denunciar posturas antiéticas, torna-se relevante apresentar o que está sendo construído, quais as possibilidades a psicologia tem produzido frente às bissexualidades.

Em 2011, o Conselho Federal de Psicologia, lançou o livro “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos” trazendo os debates realizados ao longo do Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos. No mesmo ano, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo publicou o 11º Caderno da série de Cadernos Temáticos do CRP SP, cujo tema é Psicologia e Diversidade Sexual, visando divulgar e ampliar o alcance das nossas discussões realizadas no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia em relação a temática de diversidade sexual.

Em 2018, o Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, lançou a cartilha “Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero: Guia de referências técnicas e teóricas”, a qual tem como finalidade colaborar para formação, atuação profissional e para a produção técnica do Sistema Conselhos de Psicologia sobre sexualidades e identidades de gênero. No ano de 2019, o Eixo de Psicologia, Diversidade Sexual e de Gêneros da Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro publicou o livro “Psicologia & diversidade sexual: assim se passaram vinte anos”. Essa publicação é fruto de uma construção coletiva que reflete comprometimento e empenho há mais de 10 anos de trabalho das colaboradoras e dos colaboradores que passaram pelo Eixo. No mesmo caminho, a revista Psicologia: Ciência e Profissão, mantida pelo Conselho Federal de Psicologia, publicou o número especial “O Lugar

da Psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero” (2019), com 19 artigos, tendo como finalidade:

Afirmar o compromisso ético-político da Psicologia no cenário nacional no enfrentamento às violências dirigidas às pessoas LGBTIs, dando visibilidade às produções acadêmicas que demonstram o desenvolvimento da ciência psicológica em direção à proteção e aos cuidados que garantam a dignidade, a autonomia e a emancipação das pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero que fogem do padrão cisheteronormativo (Cavalcanti et al., 2019, p. 3).

Ainda em 2019, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais lança o livro “Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo”. Este documento conta com uma das primeiras produções dos conselhos regionais voltada exclusivamente para falar sobre as bissexualidades. Em seu nono artigo, intitulado “Bissexualidade” e escrito pela advogada e militante bissexual Fernanda Coelho, o texto fala sobre a configuração social da bissexualidade marcada pelas facetas da invisibilização e dos estereótipos da bissexualidade, elaborando como a bifobia é atravessada na prática da Psicologia e produz efeitos no cuidado a população bissexual. Coelho (2019) também destaca outros avanços promovidos pelo conselho regional:

é fundamental o trabalho que o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais tem feito no sentido de visibilizar a pauta das bissexualidades com seus eixos diversidade específicos; com o folder falando do atendimento às pessoas bissexuais na Psicologia em que são questionados estereótipos (Coelho, 2019, p. 223).

O Cine Diversidade é um projeto lançado em 2017, tendo como objetivo dialogar sobre diferentes interseccionalidades. O evento

mencionado discutiu sobre os desafios enfrentados por pessoas bissexuais, a fim de visibilizar as pautas das bissexualidades (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2016). Ainda no que diz respeito ao Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, em 2021, o CRP MG realizou, em seu canal no youtube, a live “Saúde Mental LGBTI+: A atuação do Sistema Conselhos e as necessidades da população bissexual”. A atividade foi a última da série “Saúde Mental de Janeiro a Janeiro” em 2021 (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2021).

Outra contribuição da categoria regional foi o lançamento do Documento de Orientação CRP 06: “A atuação profissional das psicólogas, psicólogues e psicólogos no atendimento à população bissexual” em 2021 pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Este documento surgiu de uma demanda do movimento bissexual a partir de uma nota técnica reivindicando posicionamento sobre práticas antibióticas na Psicologia (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2021), uma vez que, na época, a resolução nº 08/2022 ainda não havia sido homologada. Dessa forma, o conselho relata:

Durante a construção deste material, deparamo-nos com a ausência de legislações, acordos, tratados e demais documentos voltados a pautar com especificidade as necessidades da população bissexual no Brasil, o que acabou por reafirmar a urgência de compor-se um documento orientador. Enquanto uma ciência e profissão com enfoque na pessoa, a Psicologia dispõe de fundamento ético e teórico suficiente para tecer um material que contribuirá para a construção de uma tratativa e compreensão mais adequadas em relação à bissexuais e demais pessoas não monossexuais (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2021, p. 7).

O movimento bissexual brasileiro foi de extrema importância na construção deste documento orientador, em que ativistas do Coletivo Bi-Sides³ participaram da sua elaboração. Este coletivo possui um histórico de diálogo com o Conselho Regional de Psicologia, em que, com o intuito de questionar as condutas bifóbicas e antiéticas de profissionais da psicologia com a comunidade bissexual, coletou relatos de pessoas que disseram ter sofrido bifobia durante atendimentos psicológicos. A partir disso, o coletivo entrou em contato com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) fazendo essa queixa. Com base nessa demanda, o CRP SP realizou uma Roda de Conversa sobre Psicologia e Bissexualidade em 2016 a fim de debater sobre a bissexualidade e o atendimento psicológico a pessoas bissexuais (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016). Essa iniciativa foi ampliada para um conjunto de encontros denominados “Rodas de Conversa e Validação das Experiências Bissexuais” realizadas pelo coletivo Bi-Sides durante oito meses, entre 2017 e 2018, na cidade de São Paulo.

Nesse contexto, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da publicação do livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” (2019), apresentou um mosaico de narrativas de pessoas LGBTI+ retratando intensos sofrimentos e processos de resistência decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão. No capítulo intitulado “Nas intervenções ‘psicológicas’ reproduziram seus preconceitos e moralismos” é possível notar indícios de falhas éticas apresentadas por profissionais psis. Dentre as 32 pessoas entrevistadas, 6% se autodeclararam bissexuais, contando com

³ O Bi-Sides é um coletivo ativista inaugurado em 2010, que tem o objetivo de encontrar, reunir, discutir e criar bases para o movimento bissexual no Brasil. <https://www.bisides.com>.

relatos desse público sobre vivências de bifobia em diversos contextos, incluindo experiências com a psicologia marcadas por patologização, internações involuntárias em clínicas e encaminhamentos a determinados tratamentos de “reorientação” da sua orientação sexual. Com esse trabalho, o CFP destaca que as práticas que tentam reorientar o que não se apresenta sob a normativa heterossexual e cisgênera se configuraram como práticas de tortura (Bicalho, 2022).

Por fim, em 2023, o Conselho Federal de Psicologia apresenta, à categoria e à sociedade, a publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTI+”. Este referencial conta com seções reservadas a falar sobre as bissexualidades e a diretriz ética da Resolução CFP nº 08/2022, ampliando o escopo do debate para contemplar as bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Dessa forma:

Esta Referência almeja apresentar possibilidades de atuação nas diversas políticas públicas as quais a população LGBTI+ percorre, além de problematizar as LGBTQIAfobias para além de uma perspectiva da violência física, mas considerando também as violências veladas e as omissões por parte da sociedade e do Estado e, conseqüentemente, os sofrimentos causados a essa população. São essas bases sólidas que têm garantido a seriedade e a qualidade do atendimento da categoria ao público LGBTI+. O Plenário do CFP reafirma: a Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão (CFP, 2023, p. 9-10).

Mediante uma perspectiva ampliada e crítica, pretende-se, portanto, promover, através dessas publicações, a qualificação da atuação profissional da categoria em suas diversas áreas de atuação junto à população LGBTI+, a fim de possibilitar a dignidade e o enfrentamento

ao ódio. Tais publicações objetivam mudanças nos valores e discursos cisheteronormativos e bifóbicos produzidos pela psicologia, assim como possibilitar que a psicologia promova transformações sociais no campo das disputas políticas relativas à garantia de direitos das pessoas LGBTI+.

Análises e conclusões

Por um lado, percebe-se práticas profissionais que estão entrelaçadas a perspectivas estigmatizantes e patologizantes que permeiam o contexto político e social das bissexualidades, tendo como marcador dessas práticas a opressão estrutural da bifobia. Por outro, as entidades representativas da categoria profissional da psicologia implicam-se nessas disposições políticas em defesa da legitimidade e da despatologização das bissexualidades, proporcionando orientações profissionais comprometidas de forma ética e política, por meio de resoluções, normativas ou publicações científicas. Desse modo, essas entidades, utilizando-se da sua posição de poder e do lugar que ocupam seus discursos, mobilizam-se na denúncia às conjunturas bifóbicas que reforçam a patologização e apagamento das bissexualidades que perpassam o âmbito profissional da psicologia, tendo em vista os impactos no atendimento em saúde a população bissexual, com a finalidade de exercer transformações sociais nas coletividades em relação às bissexualidades, dentro e fora da profissão.

A psicologia, como ciência e profissão, está intrinsecamente implicada nos debates a respeito das orientações sexuais e das identidades de gênero, sempre sendo chamada para falar uma verdade sobre as bissexualidades. Indo em contrapartida a uma história marcada pelo

assujeitamento de sujeitos considerados desviantes e anormais, devemos buscar que nossas práticas sejam capazes de alterar a realidade social que estigmatiza e viola pessoas bissexuais. Portanto, é necessário que psicólogas, psicólogos e psicólogues analisem o lugar que ocupam nas relações sociais, nas suas intervenções e na história, pensando e questionando nossas práticas, nossos discursos e seus efeitos a fim de romper e denunciar as desigualdades vivenciadas por pessoas bissexuais e efetivar nosso compromisso ético-político com a comunidade bissexual.

Esse deslocamento na postura, pensando a atuação profissional inserida em diversos contextos de análise, permite pensar sobre quais práticas temos produzido e quais os efeitos dessas práticas na vida das pessoas. A Psicologia cria realidades, sujeitos e modos de existir que produzem efeitos no mundo sem analisar os perigos de sua própria posição (Cassal, 2014). Trata-se então de convocar a categoria profissional para pensar nos lugares que ocupamos, nas subjetividades que estamos produzindo, nas forças que nos atravessam ao construirmos nossa prática. É dessa forma que elaboramos os limites éticos e políticos da profissão, produzindo pautas e questões que devem ser discutidas cotidianamente na análise dos vínculos históricos com a diversidade sexual e de gênero. Assim sendo, o compromisso ético-político da psicologia com a população bissexual se configura como um vetor de garantia de direitos, em que o profissional da psicologia tem como base da sua atuação a responsabilidade ética e política, refletindo sobre os efeitos concretos de suas práticas profissionais na sociedade.

A Psicologia, ao ser amparada no compromisso ético-político, pode propiciar práticas, políticas e estudos que geram novas formas de se relacionar com as bissexualidades, não mais atravessadas pela

bifobia. O modo como concebemos e construímos nossas práticas em psicologia define o tipo de política que praticamos. Diante disso, estamos intrinsecamente implicados na garantia de direitos, na qualificação ética, política e profissional e na construção de espaços de atuação que problematizem e enfrentem a naturalização dos preconceitos, estigmas e processos de exclusão e patologização que atingem pessoas bissexuais, de modo que conhecer e transformar a realidade são efeitos indissociáveis. Para que a psicologia possa ser vetor de mudanças sociais que garantam os direitos de pessoas bissexuais, deve-se pensar no compromisso ético-político e nos contextos que fazem com que as Resoluções nº 01/1999, nº 01/2018 e nº 08/2022 sejam muito relevantes para a Psicologia e para as afirmações no campo de Direitos Humanos (Bicalho, 2022), especificamente sobre o que se refere às bissexualidades. Assim, “é fundamental que nós, enquanto psicólogos, fiquemos atentos a que forças estamos potencializando, que políticas de subjetivação estamos movimentando, seja nos consultórios, nos movimentos sociais, ou nos artigos, dissertações e teses que escrevemos” (Cassal *et al.*, 2011, p. 469).

Nossas práticas não são neutras; produzem efeitos, que podem ser tanto de reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, quanto o de trabalhar no sentido de fortalecer tais produções (Guattari; Rolnik, 2008 apud Cassal *et al.*, 2011, p. 469).

Consoante a aposta de Cassal *et al.* (2011), devemos utilizar a legitimidade dada ao saber psicológico para a construção de práticas éticas, comprometidas com modos singulares de existência, apostando na diferença não como um erro ou desvio, mas uma potência de questionar essas normas de regulação de modos de existir. Portanto:

Somos produzidos e atravessados pela lógica biopolítica vigente; utilizemos, então, a legitimidade dada ao nosso saber psicológico para a construção de dispositivos que façam ver e falar o controle e o gerenciamento. Rachar o dispositivo da sexualidade não por fora, mas por dentro. Essa é nossa aposta (Cassal *et al.*, 2011, p. 472).

Sendo assim, é fundamental refletir e considerar os próprios valores e ideologias do (a/e) profissional, prezando-se por um saber/fazer crítico na profissão (CRP SP, 2021) que repense essa lógica. Ao construir esse compromisso, abordando sobre o modo como a prática e os discursos da Psicologia interferem na sociedade, pretende-se convocar a psicologia a ampliar debates e conhecimentos e a participar ética e politicamente, em suas diversas práticas interventivas, por meio da não reprodução de concepções que patologizem e/ou deslegitimem as bissexualidades. Através desse posicionamento é possível contribuir para compreendermos a realidade que nos cerca e atuarmos nela para sua transformação no sentido das necessidades da comunidade bissexual.

A intervenção social, implicada e crítica, através do compromisso ético-político, compreende nossas práticas como capazes de intervir, transformar, atuar e modificar a realidade, no sentido da promoção de saúde da comunidade bissexual. Colocar em análise o lugar que nossas práticas ocupam e seus efeitos torna visível as forças que atravessam nossas práticas, sendo elas, em sua maioria, fundamentadas em concepções cisheteronormativas e bifóbicas. Assim, essa ferramenta de trabalho situa nossas relações com pessoas bissexuais, possibilitando que afirmamos uma prática respaldada em estar a serviço da população bissexual. Isto diz respeito a oferecer um serviço que contribua para a eliminação da bifobia e das diversas formas de opressão que incidem sobre pessoas bissexuais; que garanta a legitimidade das

bissexualidades, o respeito à autonomia, integralidade e dignidade da pessoa bissexual; que reconheça as intersecções e diferentes marcadores sociais; que desconsidere as bissexualidades como doença e que não reproduza discursos estigmatizantes. Dessa forma, podemos efetuar o nosso compromisso ético-político.

Ainda que não se tenha dados sobre os impactos e acessos da Resolução CFP nº 08/2022, destaca-se as disputas pelas quais essa resolução se fez necessária, em que sua construção se deu após o histórico de denúncias por parte da comunidade e do movimento bissexual referente a práticas bifóbicas na psicologia. Para além do caráter regulatório de proibição de práticas de patologização e conversão, essa resolução reconhece as especificidades das bissexualidades e fomenta espaços de discussões sobre o papel da psicologia com a população bissexual. Ao ser convocada a falar sobre as bissexualidades, a psicologia pressupõe que seja através da perspectiva dessa resolução, tomando-a como balizadora de uma prática ética e política da psicologia com a comunidade bissexual, reconhecendo sua legitimidade, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da bifobia, de discursos estigmatizantes, de patologização e de reorientação. É através dessa perspectiva que Cassal *et al.* (2011) apostam na utilização da legitimidade dos discursos da psicologia para construção de práticas éticas de resistência.

Desse modo, o papel da Psicologia frente às bissexualidades, marcado pelo compromisso ético-político, deve considerar as singularidades bissexuais tal como são, extensas e múltiplas, promovendo a qualidade de vida de pessoas bissexuais por meio do acolhimento e do apoio, a partir da compreensão de que as bissexualidades e outras vivências divergentes da norma monossexual são algumas das múltiplas

possibilidades de vivências humanas. Dessa forma, a promoção de saúde para a população bissexual implica reconhecer as bissexualidades como possibilidades autênticas de vivenciar a própria sexualidade, sendo compreendida como uma sexualidade integral e legítima, não vinculada à heterossexualidade ou à homossexualidade. Há questões específicas que distinguem as bissexualidades, gerando violências, estigmas e discriminações também específicas (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2021).

Nesse contexto, a Psicologia tem o compromisso ético e político de garantir à população bissexual o acesso a atendimentos no âmbito do respeito à sua autonomia, integralidade e dignidade, considerar a autodeterminação de cada sujeito em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero e reconhecer os contextos sociais nos quais se insere (Conselho Federal de Psicologia, 2022). As pessoas bissexuais podem buscar apoio e acompanhamento psicológico, sem que suas demandas se restrinjam às questões de orientação sexual (Conselho Federal de Psicologia, 2023; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2021). Assim, é fundamental um olhar despatologizante que não vincule ou investigue a orientação sexual como a causa das queixas trazidas, tampouco como um critério diagnóstico para psicopatologia ou compreendida enquanto um transtorno psicopatológico em si (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2021).

É imprescindível que no exercício profissional da Psicologia a bifobia seja combatida em toda e qualquer situação, inclusive pautando as áreas acadêmicas e científicas, na medida em que não se deve produzir ou valer-se de estudos que desconsiderem os contextos sociais e/ou a heteronormatividade ou ainda que visem a explicar ou patologizar as bissexualidades e a não monossexualidade (Conselho Regional de

Psicologia de São Paulo, 2021). Cabe, assim, a reflexão acerca das crenças e valores pessoais que podem interferir na qualidade do serviço prestado, independentemente do contexto, tal como a falta de conhecimento teórico e técnico para manejar questões referentes às bissexualidades. Dessa forma, faz parte do papel das (os/es) profissionais da psicologia buscar e promover espaços de formação e educação permanente, a fim de estimular a discussão acerca das diversas concepções teóricas e outros campos de conhecimento, além da percepção da necessidade de revisão dos modelos de atuação e referenciais teórico-técnico (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Dessa forma, pretende-se contribuir com ações de enfrentamento e de combate a posturas discriminatórias, além da expansão do conhecimento, com a finalidade proporcionar atendimento digno e adequado e buscando estratégias de enfrentamento que priorizem a diversidade de olhares e compreensões sobre os fenômenos das bissexualidades (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Através desses posicionamentos que se constrói o escopo do compromisso ético-político da psicologia com a comunidade bissexual, bem como uma atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues mais comprometida socialmente, rompendo com práticas sociais e institucionais que criminalizam, condenam e marginalizam as pessoas por razões de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero, sustentando “um trabalho desancorado de preceitos morais, religiosos ou pressupostos de modelos sustentados por uma lógica cisheterocentrada” (Conselho Federal de Psicologia, 2023, p. 111).

Os desafios postos exigem de nossa área um aprofundamento teórico e conceitual de modo a subsidiar com mais propriedade a atuação profissional, por meio de fontes que auxiliem na compreensão dos

sofrimentos ético-políticos,⁴ das relações desiguais e dos determinantes sociais da saúde que se constituem como fatores de vulnerabilidade, decorrentes do processo de discriminação, preconceito e exclusão social a que estão expostas as pessoas bissexuais (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Nesse sentido, o dever da Psicologia na garantia do compromisso ético-político no atendimento a pessoas bissexuais contribui para a “ampliação da perspectiva da integralidade da atenção, na busca da eliminação das iniquidades e desigualdades vividas por esta população” (Conselho Federal de Psicologia, 2023, p. 114).

Uma resolução como a Resolução CFP nº 08/2022 não dá conta de impedir que práticas bifóbicas aconteçam na prática profissional da psicologia. Em vista disso, Cassal et al. (2010) enuncia:

Aumentar o número de resoluções, criar leis que criminalizam a homofobia ou outras políticas públicas que não considerem a homofobia como uma construção histórica e subjetiva, tais como ampliação do sistema carcerário nacional ou a produção de delegacias especializadas à população LGBT, não são as únicas respostas quando pensamos concretamente em direitos humanos, respeito às diferenças e à diversidade. O investimento humano pode ser uma resposta capaz de produzir transformações efetivas, permanentes e duradouras, no sentido de incrementar a capacidade dos sujeitos em responsabilizar-se para com os demais (Cassal *et al.*, 2010, p. 5).

⁴ Segundo Sawaia (2001, p. 104), o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

Tal paradigma diz respeito ao caráter ético e político da ampliação de debates entre a categoria profissional e a sociedade, fundamentado na Resolução CFP nº 08/2022. Nós, profissionais da psicologia, devemos construir espaços de atuação ampliados e heterogêneos, assim como uma Psicologia que problematize e enfrente a naturalização dos preconceitos, estigmas e processos de exclusão e patologização que atingem as pessoas com distintas orientações sexuais e identidades de gênero (Cavalcanti et al., 2019). Nesse contexto, reitero as palavras de Cassal *et al.* (2010) ao colocar em reflexão como as nossas práticas em psicologia podem propiciar estudos e políticas públicas que gerem novos territórios existenciais e novas formas de se relacionar com as bissexualidades, produzindo outras demandas sociais que não busquem ações coercitivas e de extermínio contra determinadas formas de expressão de sexualidades.

Inspirada no prefácio de Bicalho (2019) denominado “Psicologia e Diversidade Sexual: muito a comemorar, muito mais a fazer” no livro “Psicologia & diversidade sexual: assim se passaram vinte anos” do CRP-RJ, penso que a resolução CFP nº 08/2022 atualiza o compromisso ético-político da psicologia com a comunidade bissexual na garantia de direitos, sendo esse um marco que é necessário evidenciar e comemorar. Contudo, demarca, igualmente, outro aspecto desse compromisso: questionar por que precisamos desta resolução e o que podemos fazer a partir dela.

Se nossas práticas produzem efeitos no mundo através do lugar social construído e ocupado pela psicologia (Cassal *et al.*, 2010), a existência da Resolução CFP nº 08/2022 nos coloca em análise sobre o que temos feito no campo das bissexualidades. Como temos pautado essas discussões? Por que, no exercício da nossa profissão e na produção científica, precisamos de uma resolução para pautar o exercício ético

de nosso trabalho? Como podemos reconhecer a bifobia em nossas práticas cotidianas? Se somos convocados a falar, o que estamos falando sobre práticas psicoterapêuticas bifóbicas e de cura? O que temos discutido e pensado sobre a formação em psicologia e por que esta formação não é suficiente para garantirmos um cuidado e atendimento ético em psicologia? Por que somos convocados a falar sobre as bissexualidades? Mais do que falar, o que escutamos e como estamos escutando?⁵ Essas são algumas perguntas que precisamos nos fazer todos os dias, em todos os espaços e ações da psicologia ao pensar no compromisso ético-político da psicologia com a comunidade bissexual. Acredito que essa é a função primordial de uma resolução e dos conselhos profissionais, não é sobre a punição das (os/es) psicólogas, mas de pensarmos sobre quais práticas temos produzido e quais os efeitos de nossas práticas na vida das pessoas. Trata-se de uma postura contínua de produzir pautas e questões que devem ser discutidas cotidianamente.

Referências

- ARAGUSUKU, Henrique Araujo; LEE, Henrique de Oliveira. A psicologia brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 131-154, 2015.
- BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; et al. Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ**, v. 2, n. 2, p. 20-35, 2009.

⁵ Escutar, aqui, refere-se a pensar sobre quais intersecções e diálogos temos feito com a comunidade e o movimento bissexual, tal como argumentado no primeiro capítulo. Realizando um deslocamento do argumento de bell hooks (2019) ao falar sobre o silenciamento de mulheres racializadas, para “erguer a voz” da população bissexual, é necessário, primeiramente, modificar nossas maneiras de escuta.

- BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Disputas em torno da regulamentação da profissão: a psicologia em defesa das orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, 2022.
- CASSAL, Luan Barros; et al. Psicologia, homofobia e processos de subjetivação: alguns enlaçamentos. In: **Enlaçando Sexualidades**. Salvador: EdUNEB, 2010.
- CASSAL, Luan Barros. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, v. 42, n. 4, p. 465-473, 2011.
- CASSAL, Luan Barros. Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (org.). **Experiências em psicologia e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2014.
- CAVALCANTI, Céu; CARVALHO, Marina Wanderley Vilar; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A estranha liberdade de odiar: uma análise do processo de ação civil pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. **Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 231-249, 2018.
- CAVALCANTI, Céu; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; SPOSITO, Sandra Elena. O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 n. spe3, p. 3-5, 2019.
- COELHO, Fernanda. Bissexualidade. In: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas Henrique; de; COACCI, Thiago. (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Conselho Federal de Psicologia - Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTI**. Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 08/2022**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-401069557>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Visibilidade bissexual foi debatida no Cine Diversidade**. Belo Horizonte: CRP-MG, 2016. Disponível em: <https://crp04.org.br/visibilidade-bissexual-foi-debatida-no-cine-diversidade>. Acesso em: 29 de ago. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Atendimento à população bissexual**: live do projeto janeiro a janeiro encerra as transmissões de 2021. 2021. Disponível em: <https://crp04.org.br/atendimento-a-populacao-bissexual-live-do-projeto-janeiro-a-janeiro-encerra-as-transmissoes-de-2021>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Documento de Orientação CRP 06**: A atuação profissional das psicólogas, psicólogues e psicólogos no atendimento à população bissexual. São Paulo: CRP 06, 2021.

- DWORKIN, Sari H. Treating the bisexual client. **JCLP/In Session: Psychotherapy in Practice**, v. 57, n. 5, p. 671-680, 2001.
- EISNER, Shiri. **Bi: notes for a bisexual revolution**. Berkeley: Seal Press, 2013.
- FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas Henrique; de; COACCI, Thiago. (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2019.
- FIRESTEIN, Beth A. **Becoming visible: counseling bisexuals across the lifespan**. Nova York: Columbia University Press, 2007.
- FRANÇA, Alexandre Nabor (org.). **Psicologia & diversidade sexual: assim se passaram vinte anos**. Rio de Janeiro: CRP-RJ, 2019. 208 p.
- FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Documento Orientador da I Conferência Livre Nacional de Saúde Mental Bissexual**. 2022. Disponível em: https://linktr.ee/frentebissexualbrasileira?fbclid=PAaazz9mqZilf_Er79xGlprvmeg3abHnbWXNvYyb-XB8oS-4M31hw8Kf-2aSA. Acesso em: 1 ago. 2022.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante. 2019.
- JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiência de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- JAEGER, Melissa Bittencourt; et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periódicus**, v. 2, n. 11, p. 1-1, 2019.

- KELLEY, Frances A.; FLAHERTY, Leah Russell. Psychotherapy with lesbian, gay and bisexual clients: how microaggressions undermine the development of the therapy relationship. **The Society for the Advancement of Psychotherapy**, 2015. Disponível em: <http://www.societyforpsychotherapy.org/psychotherapy-with-lesbian-gay-and-bisexual-clients-how-microaggressions-undermine-the-development-of-the-therapy-relationship>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- LIMA; Luís Antônio Ggomes; DAMACENA, Felipe Carvalho. Experiências de bissexuais em psicoterapia: “cura bi”, discriminação e patologização do sofrimento social. **Revista Debates Insubmissos**, v. 5, n. 16, p. 97-131, 2022.
- MACDONALD, Kelly. Sexual orientation microaggressions in psychotherapy. **Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering**, v. 75, n. 2-B, 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2014-99160-243>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- MOHR, Jonathan J ; et al. Effects of client bisexuality on clinical judgment: when is bias most likely to occur? **Journal of Counseling Psychology**, v. 56, n. 1, p. 164–175, 2009.
- MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19897>. Acesso em: 20 set. 2021.
- OBRADORS-CAMPOS, Miguel. Deconstructing biphobia. **Journal of Bisexuality**, v. 11, n. 2-3, p. 207-226, 2011.
- PAGE, Emily H. Mental health services experiences of bisexual women and bisexual men: an empirical study. **Journal of Bisexuality**, v. 4, n. 1-2, p. 137-160, 2004.

- RODA de Conversa sobre Psicologia e Bissexualidade. **Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**. [São Paulo]: CRP-SP, 2016. 1 vídeo (138 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZeZFhRnUms>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- SAÚDE mental LGBTI+: a atuação do Sistema Conselhos e as necessidades da população bissexual. **Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais**. [Belo Horizonte]: CRP-MG, 2021. 1 vídeo (107 min.). Disponível em: <https://youtu.be/5qDZUtnMF-w>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- SANTOS, Cinthya Giselle Coutinho dos, et al. Da invisibilidade ao reconhecimento: experiência de roda de conversa e validação da bissexualidade em São Paulo. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 19, n. 2, p. 77-85, 2018. DOI: 10.52753/bis.2018.v19.34594. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34594>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2 ed, 2001.
- SHELTON, Kimber; DELGADO-ROMERO, Edward A. A. Sexual orientation microaggressions: the experience of lesbian, gay, bisexual, and queer clients in psychotherapy. **Journal of Counseling Psychology**, v. 58, n. 2, p. 210-221, 2011.
- SPENGLER, Elliot S; MILLER, Deborah J; SPENGLER, Paul M. Microaggressions: clinical errors with sexual minority clients. **Psychotherapy**, v. 53, n. 3, p. 360-366, 2016.
- ULRICH, Lindausan. **Bisexual invisibility**: impacts and recommendations. San Francisco, CA: San Francisco Human Rights Commission: LGBT Advisory Committee. 2011. Disponível em: http://sf-hrc.org/sites/default/files/Documents/HRC_Publications/Articles/Bisexual_Invisibility_Impacts_and_Recommendations_March_2011.pdf Acesso em: 24 nov. 2023.

VEZZOSI, Jean Ícaro Pujol; et al. Crenças e atitudes corretivas de profissionais de psicologia sobre a homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. 174-193, 2019.

YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. **Stanford Law Review**, v. 52, n. 2, p. 353-461, 2000.

P arte 3

**COMUNICAÇÃO, IMAGEM
E REPRESENTAÇÃO**

OS ENQUADRAMENTOS DA BISSEXUALIDADE NO JORNALISMO

Jessica Danielle de Carvalho¹

Resumo: Como a bissexualidade é retratada pela imprensa brasileira? Construimos essa reflexão a partir da análise, sob a luz da teoria do enquadramento, de matérias publicadas entre 2020 e 2021 em portais jornalísticos que fazem menção direta ou indireta às orientações sexuais de Lucas Penteadó e Marcela Mc Gowan – ambos ex-participantes do reality show Big Brother Brasil que se autodeclararam bissexuais. A partir das leituras críticas de Melissa Jaeger (2018), Corey Flanders (2017), Judith Butler (2015), Erving Goffman (2012) e Gaye Tuchman (2016), entre outras pesquisadoras da bissexualidade e do enquadramento, observamos que os conteúdos denotam uma tendência à composição de quadros monossexistas. Assim, apontamos o jornalismo de subjetividade, conceito epistemológico proposto por Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019), como via de acesso a um jornalismo respeitoso com as monodissidências, que não reproduza bifobia.

Palavras-chave: Bissexualidade. Jornalismo. Teoria do enquadramento. Monodissidência.

Introdução

Embora os relatos sobre práticas bissexuais datem de tempos muito antigos na história da humanidade, a bissexualidade só passou a ser reconhecida pelos teóricos como orientação sexual completa a partir dos anos 1970, após a reivindicação dos movimentos sociais estadunidenses. No Brasil, a produção científica acerca do tema começa nos anos 1990, e o movimento bissexual ganha corpo uma década depois.

A compreensão do termo, no entanto, ainda parece nebulosa no imaginário popular, já que na cultura ocidental a monossexualidade

¹ Jornalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: carvalho.jess@hotmail.com.

ainda é a norma. É com essa discussão que abrimos este trabalho, cuja principal proposta é refletir, a partir da teoria do enquadramento, sobre o modo como o monossexismo fica evidente no discurso da imprensa brasileira.

Fazemos um resgate da teoria do enquadramento, desde suas origens nos campos da sociologia e da psicologia até chegar no campo do jornalismo. Por meio de diálogos teóricos entre autores como Erving Goffman (2012) e Gaye Tuchman (2016), a objetividade jornalística é posta em xeque e são discutidos os papéis do jornalismo ao retratar e contribuir para recriar a realidade social. Também tratamos do enquadramento a partir da obra de Judith Butler (2015), que investiga por que algumas violências são mais legitimadas do que outras, o que pode ser visto na prática em produções jornalísticas.

Tendo essas leituras como pontos de partida, fazemos uma coleta empírica e analisamos conteúdos publicados entre 2020 e 2021 em portais jornalísticos brasileiros que fazem a cobertura do reality show Big Brother Brasil, a fim de identificar a reprodução de discursos monossexistas e bifóbicos dentro do noticiário.

Por fim, apresentamos propostas para um jornalismo que respeite o direito fundamental à autodeterminação sexual de cada cidadão, contribuindo para uma sociedade mais diversa. O jornalismo de subjetividade, conceito contemporâneo em construção, proposto por Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019), é articulado como via de acesso para uma cobertura jornalística comprometida com o combate à bifobia.

Objetivos

- Refletir sobre a forma como os portais jornalísticos brasileiros enquadraram a bissexualidade, a partir da análise de notícias sobre Lucas Penteadó e Marcela McGowan, ambos ex-BBBs;
- Compreender se existe uma tendência à composição de quadros monossexistas nas notícias coletadas e de que forma essas marcas se expressam;
- Propor formas de pensar o jornalismo a fim de não reproduzir bifobia e/ou monossexismo.

Bissexualidade e monossexismo

Práticas bissexuais permeiam toda a história da humanidade. Apesar disso, o termo “bissexualidade” só passou a ser usado em 1800, e para designar a “condição anatômica” ou o “estado de espírito” de quem se expressava como homem e mulher ao mesmo tempo (Callis, 2009). Essa visão foi incorporada pela ciência e popularizada por Sigmund Freud em seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Ele se referia a um hermafroditismo psíquico como estágio inicial da vida sexual, uma espécie de prematuridade que culminaria na monossexualidade com o desenvolvimento do indivíduo (Callis, 2009; Jaeger, 2018; Lewis, 2012). Tal ideia permanece engendrada no senso comum.

A bissexualidade só começou a ser legitimada como orientação sexual nos anos 1970, quando pessoas insatisfeitas em ter que enquadrar as próprias vivências no espectro binário gay/lésbica passaram a se articular politicamente nos Estados Unidos para reivindicar a

bissexualidade como identidade sexual completa. O movimento social bissexual demorou um pouco mais para ganhar força no Brasil, sobretudo por conta da epidemia da aids que tomou o país nos anos 1980. A ideia de que os bissexuais eram promíscuos e, por isso, vetores de doenças, foi amplamente difundida nessa época e também permanece enraizada no imaginário popular. Os primeiros coletivos bissexuais brasileiros surgiram nos anos 2000 e desde então vêm combatendo as mais variadas falácias que empurram a bissexualidade para a marginalização social (Jaeger, et al, 2019).

O entendimento de bissexualidade trabalhado ao longo deste artigo é contemporâneo aos movimentos sociais. Ele deriva da teoria queer, que define o termo como um guarda-chuva que agrupa diversas identidades não monossexuais: “Inclui pessoas que se identificam como bissexuais e também tem sido usado para agrupar a bissexualidade com outras identidades não monossexuais, notavelmente pansexual, queer e fluida” (Flanders, 2017, n.p., tradução minha).² É importante frisar que bissexual não é um termo binário. Pessoas bissexuais podem se interessar por homens, mulheres e/ou pessoas não binárias.

Hoje, entre as principais pautas do movimento bissexual estão três termos que inevitavelmente se interseccionam: monossexismo, apagamento e bifobia. Por monossexismo, entenda-se “crença social de que as monossexualidades” são “superiores e mais legítimas do que as não monossexualidades”. A ideia de que só existem duas identidades sexuais passíveis de reconhecimento (heterossexual ou homossexual) resulta em apagamento e bifobia. Dito brevemente, a bifobia está relacionada ao “processo de invisibilização e deslegitimação das

² “Includes people who identify as bisexual, it has also been used to group together bisexuality with other nonmonosexual identities, notably pansexual, queer, and fluid” (Flanders, 2017, n. p.).

experiências bissexuais” e descreve as “reações negativas de pessoas heterossexuais, lésbicas e gays em relação às bissexualidades”. Mesmo dentro do movimento LGBTI+, é falado que pessoas “bissexuais só sofrem discriminação quando estão em um relacionamento com uma pessoa do mesmo gênero”, afirmação que carrega em si o monossexismo arraigado (JAEGER, et al, 2019, p. 6-7).

Em 1990, foi lançada a revista estadunidense *Anything That Moves: Beyond the Myths of Bisexuality*, uma publicação segmentada que circulou até meados de 2002. Em uma de suas primeiras edições, foi publicado um texto intitulado Manifesto Bissexual que resume as dores e reivindicações de quem se identifica como bissexual em uma sociedade que toma a monossexualidade como norma:³

Nós estamos cansados de sermos analisados, definidos e representados por outras pessoas que não somos nós mesmos, ou ainda pior, não considerados de todo. Nós estamos frustrados com a imposição do isolamento e a invisibilidade vindas da expectativa de anunciar ou escolher uma identidade homossexual ou heterossexual. Monossexualidade é um ditame heterossexista usado para oprimir homossexuais e para negar a validade da bissexualidade. Bissexualidade é um todo, identidade fluída. Não assuma que a bissexualidade é naturalmente binária ou poligâmica: que nós temos “dois” lados ou que nós precisamos estar envolvidos simultaneamente com dois gêneros para sermos seres humanos completos. De fato, não assuma que existem apenas dois gêneros. Não interprete nossa fluidez como confusão, irresponsabilidade, ou inabilidade de assumir compromisso. Não equipare promiscuidade, infidelidade, ou comportamento sexual inseguro com bissexualidade. Esses são comportamentos humanos que atravessam todas as orientações

³ A normatividade é entendida como “padrão que, baseado em um conjunto de valores socioculturais historicamente constituídos, funda as normas que regem os comportamentos e relações sociais” (Veiga, 2010, p. 16).

sexuais. Nada deve ser presumido sobre a sexualidade de ninguém, incluindo a sua. Nós estamos irritados com aqueles que se recusam a aceitar nossa existência; nossas questões; nossas contribuições; nossas alianças; nossas vozes. É hora da voz bissexual ser ouvida (Manifesto Bissexual, Ava Adore, 2017).

O Manifesto ainda é acionado pelos ativistas quando têm de fazer uma síntese das pautas do movimento bissexual, pois as problemáticas seguem similares. Este artigo também reflete sobre a contribuição do jornalismo para a perpetuação do monossexismo.

Teoria do enquadramento: origens e discussões no âmbito do jornalismo

A teoria do enquadramento está profundamente ligada a um processo de quebra do positivismo, que era o pensamento hegemônico nas ciências sociais até o século passado.

Os positivistas defendiam uma ciência neutra e objetiva, lógica que foi questionada pela sociologia interpretativa, especialmente a partir do conceito de “definição da situação” introduzido por William Isaac Thomas nos anos 1920. Em resumo, ele dizia que antes de atuar, o sujeito recorre às próprias ideias sobre uma determinada situação, consultando seu repertório previamente adquirido. Logo, nada está naturalmente dado. Diferentes seres humanos respondem de formas diversas aos mesmos estímulos porque têm vivências distintas. É da fonte da sociologia interpretativa que bebem os teóricos do enquadramento (Sádaba, 2008).

Em 1955, o antropólogo Gregory Bateson começou a trabalhar o conceito de quadro dentro do campo da psicologia. Em seus estudos

de recepção de mensagens, ele acionava a metáfora do quadro que delimita a tela, permitindo distinguir a pintura da parede, para se referir ao “contexto ou quadro de interpretação pelo qual as pessoas se atêm a alguns aspectos da realidade e descartam outros” (Sádaba, 2008, p. 30, tradução minha).⁴

Para Bateson, os quadros são instrumentos da psique, com os quais ele investiga as diferenças que encontramos nas coisas. Seu interesse não está nas coisas em si, mas no que ele chama de “circuitos” de formas diferenciais que extraímos das coisas e que residem na mente. Portanto, sua definição de estrutura pode ser enquadrada na psicologia (Sádaba, 2008, p. 31, tradução minha).⁵

Na década de 1970, o sociólogo Erving Goffman se apropriou da terminologia e passou a descrever o enquadramento como “um quadro que designa o contexto da realidade e um esquema ou estrutura mental que incorpora dados externos objetivos” (Sádaba, 2008, p. 33, tradução minha).⁶ Em outras palavras, ele agregou os níveis social e individual de significação, “já que a mesma realidade adquire significados particulares para quem a observa, mas também há um sentido comum sobre ela” (Sádaba, 2008, p. 33, tradução minha).⁷

⁴ “Contexto o marco de interpretación por el que la gente se detiene en unos aspectos de la realidad y desestima otros” (Sádaba, 2008, p. 30).

⁵ “Para Bateson, los marcos son instrumentos de la psique, con los que se abonda en las diferencias que encontramos en las cosas. Su interés no reside en las cosas mismas, sino en los por él denominados “circuitos” de formas diferenciales que extraemos de las cosas y que residen en la mente. De aquí que su definición de marco se pueda encuadrar en la psicología” (Sádaba, 2008, p. 31).

⁶ “Un marco que designa el contexto de la realidad y un esquema o estructura mental que incorpora los datos externos objetivos” (Sádaba, 2008, p. 33).

⁷ “Puesto que una misma realidad adquiere significaciones particulares para quienes la observan, pero también existe un significado común sobre ella” (Sádaba, 2008, p. 33)

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos - pelo menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (Goffman, 2012, p. 38).

Uma das virtudes da pesquisa de Goffman foi inaugurar uma análise de enquadramento de jornais, posteriormente inspirando as escolas de comunicação. Em seu livro “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”, lançado originalmente em 1974, ele traz anedotas publicadas pela imprensa e, na introdução, esclarece que não as reúne como evidências ou provas, mas como “descrições esclarecedoras, fantasias de quadro que conseguem, através das centenas de liberdades tomadas pelos seus narradores, celebrar nossas crenças sobre o funcionamento do mundo” (Goffman, 2012, p. 38):

É óbvio que os acontecimentos passageiros típicos ou representativos não constituem notícia só por essa razão; apenas os acontecimentos extraordinários são notícia, e mesmo estes são submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que foram selecionadas. As histórias de interesse humano são uma caricatura da evidência no próprio grau de seu interesse, fornecendo uma unidade, uma coerência, uma nitidez, uma resolução própria e uma dramaticidade apenas toscamente sustentadas, se é que o são, pela vida cotidiana. Cada uma delas é uma combinação entre o experimentum crucis e um espetáculo de feira. É esse o seu objetivo e sua graça. O formato destes acontecimentos relatados responde plenamente às nossas expectativas - que

não são de fatos, mas de tipificações. Sua narração demonstra a capacidade de nossas compreensões convencionais de enfrentar os estranhos potenciais da vida social, os limites extremos da experiência. Portanto, o que parece ser uma ameaça à nossa maneira de compreender o mundo, revela-se uma maneira engenhosamente selecionada de defendê-lo (Goffman, 2012, p. 38).

Nas últimas três décadas, o enquadramento cresceu em popularidade no campo da comunicação e mais especificamente no jornalismo, ganhando estudos específicos.

Em geral, os autores localizam os frames no interior dos sistemas de mídia, incluindo as relações entre os jornalistas e o ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas; e entre os atores, grupos e organizações dos diferentes campos sociais. Em termos de análise, os frames operam em níveis cognitivos e textuais ou como padrões de discursos que aparecem em uma condição pública (Antunes, 2019, p. 87).

A chegada do enquadramento aos estudos do jornalismo abriu uma série de discussões sobre os processos de produção e recepção da notícia, sobretudo levando em conta que, em suas origens, a teoria “busca responder à forma como as pessoas conhecem seu meio social e lhe dão sentido. Uma resposta que, neste momento, passa necessariamente por uma leitura do que está acontecendo no mundo a partir dos meios de comunicação” (Sádaba, 2008, p. 55, tradução minha). Por exemplo: fatos históricos ganham notoriedade por meio da imprensa, mas não só isso: a maneira como a mídia os retrata também vai influenciar como passarão a ser percebidos socialmente.

A capacidade da mídia de atingir a massa torna uma prioridade mergulhar nos quadros que o público considera após ser exposto a eles. O enquadramento da mídia, afirma-se, gera significados com os quais as pessoas negociam e são gerenciadas no mundo (Sádaba, 2008, p. 55-56, tradução minha).⁸

Outro aspecto do jornalismo confrontado pela teoria do enquadramento é a ideia de objetividade jornalística, que se mostra impraticável sob esse viés teórico. Quem se aprofunda no tema é a socióloga Gaye Tuchman, uma das pioneiras na apropriação do conceito de enquadramento dentro do campo da comunicação. Ela entende a objetividade jornalística como um ritual estratégico invocado como forma de proteção da atividade profissional.

Para os jornalistas, como para os cientistas sociais, o termo <<objectividade>> funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação de <<factos>>, os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos (Tuchman, 2016, p. 75).

A partir da compreensão de que as subjetividades do sujeito do discurso e a construção social constituem a narrativa jornalística, que mais tarde vai ajudar a (re)construir a própria realidade social, é possível analisar a perpetuação do monossexismo dentro do noticiário jornalístico e suas implicações, percepções que serão desenvolvidas nos próximos tópicos.

⁸ “La capacidad de los medios para llegar a públicos masivos hace que se considere prioritario profundizar en los encuadres que la audiencia considera tras su exposición ante ellos. Los encuadres de los medias, se afirma, generan significados con los que los bombres tratan y se manejan en el mundo” (Sádaba, 2008, p. 55-56).

Reflexões sobre enquadramento a partir de Judith Butler

A filósofa estadunidense Judith Butler, conhecida por sua vasta pesquisa sobre gênero e sexualidade dentro da teoria *queer*, também escreveu sobre enquadramento. Seu livro “Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?” reúne cinco ensaios escritos entre 2004 e 2008 que discutem por quem nos comovemos. A provocação da autora tem a ver com problemáticas frequentemente levantadas pelos movimentos sociais contemporâneos: por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não? Por que o enquadramento social de violência é seletivo? Por que algumas precariedades são mais legitimadas do que outras?

Logo no início da publicação, ela dá algumas pistas para responder a essas perguntas.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade (Butler, 2015, p. 30).

De acordo com a filósofa, a vida humana é inevitavelmente precária, mas é a partir do reconhecimento da precariedade de uma vida que se criam mecanismos para mantê-la. Quem não é visto não é cuidado - e a morte de uma pessoa socialmente invisível não suscita sentimento de luto. “Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (Butler, 2015, p. 32).

Como forma de ilustrar sua problematização acerca dos enquadramentos de guerra, Butler resgata a pergunta: “Por que sentimos horror e repulsa moral diante do atentado suicida e nem sempre sentimos a mesma coisa diante da violência promovida pelo Estado?” (BUTLER, 2015, p. 68). Para a autora, a questão central não é estabelecer equivalência entre as mortes, mas pensar como os julgamentos morais conformam a maneira como apreendemos a notícia e enquadramos o luto:

Se, por exemplo, alguém mata ou é morto na guerra, e a guerra é patrocinada pelo Estado, investido por nós de legitimidade, então, consideramos a morte passível de luto, triste, desafortunada, mas não radicalmente injusta. No entanto, se a violência for perpetrada por grupos insurgentes considerados ilegítimos, nossa comoção invariavelmente muda (Butler, 2015, p. 68).

Os ensaios de Butler nos oferecem algumas possibilidades de reflexão sobre a invisibilidade sistematicamente atribuída às pessoas bissexuais. Conforme citado no primeiro tópico, é comum que a bifobia seja apagada pelo monossexismo, que classifica quaisquer violências praticadas em nome de um ideal moral de heteronormatividade como intrinsecamente homofóbicas ou lesbofóbicas, ainda que sejam perpetradas contra pessoas bissexuais. Quando esse entendimento parte da própria comunidade LGBTI+, recai em homonormatividade.⁹ Seja de quem for a autoria, tal lógica excludente denota uma crença de superioridade implícita.

⁹ A homonormatividade “tem sido descrita como uma incorporação das normas heterossexuais e das práticas reguladoras nos próprios movimentos lésbicos e gays” (Oliveira, 2013 apud Jaeger *et al.*, 2019, p. 12).

Se o enquadramento das experiências e vidas das pessoas bi é realizado a partir de uma lente monossexual, o sofrimento dessas pessoas não chega a ser reconhecido. Isto é, a bifobia não é reconhecida. Para assegurar o não reconhecimento e a deslegitimação dessa expressão da sexualidade, é preciso que se fale dela sempre ou quase sempre desde um olhar de chacota e de menosprezo (Jaeger *et al.*, 2019, p. 9).

Também é preciso se perguntar por que alguém se sente no papel de definir o que é ou não uma violência legítima e de que forma ela opera. Uma hipótese a ser considerada é que o enquadramento de violência do sujeito muitas vezes é autorreferente. Para Butler, uma saída possível reside na prática do pensamento crítico.

Qual é nossa responsabilidade em relação àqueles que não conhecemos, em relação àqueles que parecem testar nosso senso de pertencimento ou desafiar normas disponíveis de semelhança? Talvez pertençamos a eles de uma forma diferente, e nossa responsabilidade para com eles não resida, de fato, na apreensão de similitudes pré-fabricadas. Talvez essa responsabilidade só possa começar a ser internalizada por meio de uma reflexão crítica a respeito das normas excludentes de acordo com as quais são constituídos os campos da possibilidade do reconhecimento (Butler, 2015, p. 61).

Jaeger *et al.* (2019) mencionam a escuta como via de expansão do próprio quadro e solução para parcerias políticas mais saudáveis dentro da comunidade LGBTI+.

Retratos da bissexualidade no jornalismo

Aquí, vamos olhar para a maneira como as bissexualidades são retratadas pelo jornalismo a partir das vivências de Marcela Mc Gowan e Lucas Penteadado, ex-participantes bissexuais do reality show Big Brother Brasil, um dos programas mais assistidos do Brasil: em 2021, a audiência média foi de 40 milhões de pessoas por dia (Folha de São Paulo, 2021). Este artigo parte de uma abordagem qualitativa, fazendo um movimento exploratório de pesquisa (Bonin, 2008) e costurando diálogos teóricos, em busca de refletir sobre o enquadramento da bissexualidade na imprensa brasileira.

Assim, recorreremos ao Google, principal buscador utilizado pelos brasileiros (Conversion, 2022), pesquisando portais que mencionam direta ou indiretamente as orientações sexuais de Lucas Penteadado e Marcela McGowan, ex-BBBs que se autodeclararam bissexuais. Selecionamos seis conteúdos de portais jornalísticos generalistas e/ou especializados na cobertura televisiva, inclusive um tabloide, publicados entre 2020 e 2021.

Durante o confinamento do BBB21, Lucas Penteadado se autodeclarou bissexual e beijou outro dos participantes, Gil do Vigor, durante uma festa. O que se seguiu foi uma série de comentários bifóbicos. Dentro da casa, a reação dos parceiros de jogo foi de invalidar a bissexualidade de Lucas, sugerindo que o beijo foi meramente estratégico. A sister Lumena Aleluia, que se autodetermina lésbica, não hesitou ao dizer que Lucas estava usando Gil. Claramente abalado com a repercussão, Lucas desistiu do jogo logo em seguida.

É importante frisar que um beijo não deveria ser descrito como gay, lésbico ou bissexual, já que orientações sexuais cabem a pessoas,

mas a cobertura jornalística do caso deu ênfase ao “primeiro beijo gay da história do BBB”.

“Lucas e Gil se beijam e protagonizam primeiro beijo gay do BBB; VÍDEO”, enquadrou a manchete do Paraná Portal (2021) durante a madrugada do dia 7 de fevereiro. Ao longo do texto, a dicotomia fica ainda mais evidente: “O ator havia revelado anteriormente que é bissexual. Esse foi o primeiro beijo gay do BBB”. Ao fim do programa, o título de uma publicação do Zero Hora (2021) fez questão de enquadrar a informação como uma das mais relevantes para a retrospectiva da atração: “‘BBB 21’: beijo gay, recorde de rejeições e debate sobre racismo; lembre o que marcou a edição”. Já a Folha de S. Paulo (2021) optou por enquadrar o suposto caráter homofóbico da violência vivida por Lucas, a partir da fala de outra famosa: “BBB 21: Marília Mendonça cita homofobia ao comentar saída de Lucas; famosos repercutem”. O texto não traz qualquer tipo de problematização sobre o comentário da cantora, atendo-se à quantidade de comentários que o episódio suscitou nas redes sociais.

Lucas não é o único ex-BBB a ser vítima de bifobia. Na edição anterior, Marcela Mc Gowan se relacionou com Daniel Lenhardt dentro do confinamento, mas ganhou o coração de outra sister: Gizelly Bicalho. Fora da casa, a informação serviu de gancho para o portal O TV Foco (2020) investigar o passado de Marcela e enquadrar sua identidade sexual: “Bomba! Marcela do BBB 20 tem passado lésbico com outra mulher revelado e detalhes íntimos são expostos”. O quadro proposto pela chamada reforça a ideia popularizada por Freud de que a bissexualidade é um estado de prematuridade que culmina na monossexualidade. No texto, a irmã de Marcela conta que ela já teve uma namorada.

Ao deixar o programa, Marcela reiterou sua bissexualidade em diversas ocasiões, como já tinha feito no programa, e alguns meses depois começou a namorar a cantora de sertanejo Luiza. Após assumir a relação, ela desabafou sobre “invisibilidade bi” em entrevista para a Marie Claire (2021). “Eu me assumi bissexual abertamente para o Brasil, mas de cara me relacionei com um homem, então as pessoas acabaram ficando com aquela imagem na cabeça. Quando me viram com a Lu, realmente, foi um baque e eu recebi muitos comentários confusos”, falou à reportagem. Mesmo assim, em outra publicação do Universa UOL (2021), portal especializado na cobertura de temas como gênero e sexualidade, um comentário de Marcela sobre o medo de viajar com a atual namorada e sofrer alguma violência serviu de ponto de partida para que a redação enquadrasse a lesbofobia no centro do debate: “‘Não nos sentimos seguras’: medos de lésbicas ao escolher destino de férias”, anuncia a manchete.

As histórias de Lucas e Marcela ilustram de que forma os jornais partem de lógicas normativas e se colocam a serviço da manutenção do monossexismo na sociedade, afinal, enquadramentos são “recursos simbólicos que asseguram aos atores a atribuição de inteligibilidade e pertinência ao seu mundo social” (Quéré, 1992 apud Antunes, 2009, p. 87; Scheufele, 2006). Também é preciso considerar o que dizem os teóricos do enquadramento sobre o papel do jornalismo na construção da realidade social. Em seu livro “A produção da notícia: estudos sobre a construção da realidade”, publicado em 1978, Gaye Tuchman sustenta que “as notícias definem um enquadramento que orienta um entendimento específico do assunto retratado e, por consequência, constroem a realidade” (Tuchman, 1978 apud Pozobon; Schaefer, 2015, p. 123). Ela não é a única a partir desse pressuposto:

Os meios de comunicação se consideram administradores de mediação que, ao tornar públicos determinados eventos, propõem determinados enquadramentos para a interpretação, modulando e estruturando a nossa consciência de formas política e socialmente consequentes. Os meios de comunicação não refletem passivamente uma realidade, mas fazem parte de uma realidade social para a qual contribuem com seus próprios enquadramentos (Sádaba, 2008, p. 70, tradução minha).¹⁰

Como ficou demonstrado nos tópicos anteriores, invalidar o caráter bifóbico da violência sofrida por alguém fomenta uma estrutura monossexista construída ao longo de séculos e mantém a bissexualidade dentro do espectro da marginalidade, empurrando pessoas bissexuais para uma agenda de ausência de luto. Ainda que Lucas e Marcela tenham sido vistos, em função da aparição em um reality show de alcance nacional, suas subjetividades não foram suficientemente apreendidas e a possibilidade que eles tinham de oferecer representatividade foi reduzida, enviando a pessoas bissexuais uma mensagem de exclusão: a bissexualidade e a bifobia não existem. Os casos ainda ilustram a importância da escuta: ambos deixaram a orientação sexual clara durante o programa, mas esse discurso foi apagado. Ouvi-los certamente seria um caminho para retratá-los com dignidade.

O jornalismo de subjetividade, proposto pelas pesquisadoras brasileiras Márcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes, vem ao encontro dessas soluções. Elas defendem que o “caminho para desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa” é a adoção do

¹⁰ “Los medios se consideran administradores de mediación que, al hacer públicos algunos acontecimientos, proponen determinados frameworks para la interpretación de éstos, modulando y estructurando nuestra conciencia en modos política y socialmente consecuentes. Los medios no están reflejando una realidad pasivamente, sino que son parte de una realidad social a la que contribuyen con sus propios marcos” (Sádaba, 2008, p. 70).

jornalismo de subjetividade, “denominação que carrega alguma provocação ao sublinhar justamente aquilo que sempre foi negado pela prática, apesar de estar em seu bojo, entranhada pela epistemologia regente”, de herança positivista. A partir dessa perspectiva, observa-se que a subjetividade é negada ao jornalista que precisa reduzir seu discurso a um ideal de impessoalidade, em busca de “neutralidade, totalidade e valor de verdade”. Ela é suprimida também “nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos que predominaram historicamente no campo’ (Moraes; Silva, 2019, p. 13).

Na visão das autoras, a objetividade e a subjetividade não se excluem, na prática do jornalismo de subjetividade, mas se complementam:

É preciso dizer que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante (Moraes; Silva, 2019, p. 13).

Seguindo essa linha, propomos um olhar cuidadoso para a identidade do sujeito enquadrado. De forma prática, quando temas como gênero e sexualidade entram em pauta, é de bom tom que o jornalista se pergunte: estou pressupondo a orientação sexual de alguém? Se sim,

por quê? A escuta, no contexto de produção, é a principal ferramenta para não incorrer em erro, pois a autodeterminação sexual é um direito fundamental de todo brasileiro (Cabral; Rangel, 2019).

Considerações finais

A partir da análise de publicações que fazem menção direta ou indireta às orientações sexuais de Lucas Penteadó e Marcela Mc Gowan, ex-participantes do Big Brother Brasil, sob a luz da teoria do enquadramento, ficou evidenciado o caráter monossexista dos conteúdos, que os identificam como gay e lésbica, respectivamente, a partir do gênero da pessoa com quem estavam se relacionando em cada momento da vida, uma visão que desconsidera o direito à autodeterminação sexual de cada indivíduo e, seguindo a lógica dos teóricos do enquadramento, colabora para empurrar a bissexualidade para a invisibilidade social.

Conforme argumentam os teóricos do enquadramento, é papel do jornalismo retratar a realidade social e ao mesmo tempo contribuir para sua (re)construção, de modo que se torna pertinente pensar em caminhos para um jornalismo que respeite as diversidades, inclusive as identidades sexuais monodissidentes.

No lugar de uma suposição pretensamente objetiva sobre a orientação sexual de um indivíduo, indicamos a escuta e o pensamento crítico como vias de escape ao monossexismo - duas práticas basilares do jornalismo de subjetividade. Em outras palavras, tendo em vista que a autodeterminação sexual é um direito assegurado a todo cidadão pela legislação brasileira, entendemos que faz parte do papel social do jornalismo abrir espaço para a escuta de quem está sendo retratado, pois não cabe à imprensa classificar a orientação sexual de um indivíduo.

Referências

- ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 85-99, 2009.
- AVA ADORE. Manifesto Bissexual. **Blog Medium Ava Adore**, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://medium.com/@avaadore/manifesto-bissexual-449500cd3bf>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BBB 21: Final que consagrou Juliette teve melhor audiência em 11 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 mai. 2021 Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb21/2021/05/bbb-21-final-que-consagrou-juliette-teve-melhor-audiencia-em-11-anos.shtml>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BBB 21: Marília Mendonça cita homofobia ao comentar saída de Lucas; famosos repercutem **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2021. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb21/2021/02/bbb-21-famosos-comentam-saida-delucas-penteadado-do-reality-veja-repercussao.shtml>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BOLL, J. BBB 21: beijo gay, recorde de rejeições e debate sobre racismo; relembre o que marcou a edição. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 abr. 2021 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/tv/noticia/2021/04/bbb-21-beijo-gay-recordede-rejeicoes-e-debate-sobre-racismo-relembre-o-que-marcou-a-edicaocko1nbc07003r016ush4o5lqr.html>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BOMBA! Marcela do BBB 20 tem passado lésbico com outra mulher revelado e detalhes íntimos são expostos... **O Tv Foco**, São Paulo, 24 fev. 2020 Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/bomba-marcela-do-bbb-20-tem-passado-lesbico-com-mulherrevelado/>. Acesso em: 20 set. 2021.

- CABRAL Carulini; RANGEL Tauã. O direito fundamental à autodeterminação sexual. **Jornal Jurid**, 13 de setembro de 2019. Disponível em: jornaljurid.com.br/doutrina/constitucional/o-direito-fundamental-a-autodeterminacao-sexual. Acesso em: 20 set. 2021.
- BONIN, Jiani Adriana. Exploração sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 37, dezembro de 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4809/3613>. Acesso em: 09 de julho de 2023.
- CALLIS, April S. Playing with Butler and Foucault: Bisexuality and Queer Theory. **Journal of Bisexuality**, v. 9, n. 3-4, p. 213-233, 2009.
- FLANDERS, Corey E. Under the bisexual umbrella: diversity of identity and experience. **Journal of Bisexuality**, v. 17, n. 1, p. 1-6, 2017.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GONZALES, Mariana. “Não nos sentimos seguras”: medos de lésbicas ao escolher destino de férias. **Universa UOL**, São Paulo, 05 set 2021 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/09/05/mulheres-lesbicas-viagens.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.
- IRMÃS Marcela e Mariane McGowan falam sobre feminismo, sexualidade e empoderamento **Marie Claire**, São Paulo, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2021/04/irmas-marcela-e-marianemc-gowan-falam-sobre-feminismo-sexualidade-e-empoderamento.html>. Acesso em: 20 set. 2021.
- IVO, Diego. Mecanismos de Busca: os 5 buscadores mais usados e sua participação no mercado do Brasil. **Conversation**, 06 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.conversion.com.br/blog/mecanismos-de-busca-no-brasil>. Acesso em: 10 jul. 2023.

- JAEGER, Melissa B. **Experiência de minas bissexuais**: políticas identitárias e processos de marginalização. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- JAEGER, Melissa B; et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 1–16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28011>. Acesso em: 11 set. 2021.
- LEWIS, Elizabeth S. **“Não é uma fase”**: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- Lucas e Gil se beijam e protagonizam primeiro beijo gay do BBB. **Paraná Portal**, Curitiba, 7 fev. 2021. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/bbb21/lucas-e-gil-sebeijam-em-festa-do-bbb-21-video/>. Acesso em: 20 set. 2021
- LUNA, Sophia Alencar Araripe. A retórica da monossexualidade enquanto norma. **Anais XII CONAGES...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18356>. Acesso em: 20 set. 2023.
- MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **XXVIII Encontro Anual de Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

- POZOBON, Rejane de Oliveira; SHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 16, n. 3, p. 157-168, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276322295_Perspectivas_contemporaneas_das_pesquisas_sobre_enquadramento_uma_proposta_de_sistematizacao_conceitual. Acesso em: 20 set. 2023.
- SÁDABA, Teresa. **Framing**: el enquadre de las noticias. El binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2008.
- TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016.

FEMME FATALE, PROMÍSCUA E VÍTIMA IMPERFEITA: UMA ANÁLISE DA BISSEXUALIDADE DE AMBER HEARD EM NOTÍCIAS

Catarina Lopes¹

Talitta Oliveira Cancio²

Resumo: A atriz Amber Heard teve sua bissexualidade explorada em notícias antes, durante e após o processo de difamação movido por seu ex-marido, Johnny Depp. Este trabalho tem como hipótese que parte da impressão do público e do júri que Amber foi uma “vítima imperfeita” está associado a estereótipos utilizados contra mulheres bissexuais, como promiscuidade, manipulação e a personalidade *femme fatale*. Para testar esta hipótese, o trabalho se apoia na teoria de enquadramento (Entman, 1973; Mendonça e Simões, 2012) e agendamento (McCombs e Shaw, 1972). São analisados o enquadramento e agendamento da bissexualidade de Heard em um *corpus* de 19 textos jornalísticos por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Foi possível notar que a bissexualidade da atriz, antes abordada como uma parte positiva da sua personalidade, passou a ser mencionada como parte da razão da crise no casamento entre Heard e Depp e, após o julgamento por difamação, passou a ser apontado como uma das causas do abuso da mesma por parte de Depp.

Palavras-chave: Bissexualidade. Amber Heard. Violência doméstica.

¹ Pesquisadora do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN-ECA/USP) e integrante da Rede de pesquisadores OBITEL. E-mail: catarinalopes@usp.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP). Pesquisadora do Centro de Estudos de Telenovela (CETVN-ECA/USP) e integrante da Rede de pesquisadores OBITEL. E-mail: talitta.cancio@gmail.com.

Introdução

Este artigo busca apresentar o trabalho de análise de como a bissexualidade da atriz e modelo norte-americana Amber Heard foi abordada em notícias antes, durante e após o processo de difamação movido por seu ex-marido, o ator Johnny Depp, depois de Heard escrever um artigo se definindo como uma “figura pública representando a violência doméstica” para o jornal *The Washington Post*.

O trabalho é próximo das autoras por se associar ao objeto de pesquisa de cada uma, que estudam, respectivamente em relação à ordem de autoria, as narrativas do julgamento Depp v. Heard e a representação de bissexuais na mídia. Ambas as autoras são, também, pessoas não-monossexuais e próximas do movimento LGBTQIAP+, e se encontram em uma posição próxima ao debate que cria uma interseção entre gênero e sexualidade.

Utilizando o conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017), que pode ser apresentado como o local onde os corpos subalternizados reivindicam sua existência, o tema possibilita que as autoras se posicionem não para a legitimação de percepções subjetivas, mas para que seja possível que pessoas não-monossexuais possam produzir conhecimento sobre seus iguais.

Este trabalho também se aproxima do Seminário Nacional de Estudos Bissexuais ao tratar do combate de preconceitos e estereótipos sobre pessoas bissexuais, especialmente quando estes são utilizados para reproduzir violências, parte do caminho trilhado pelo movimento. Este é o caso na retratação da bissexualidade da atriz Amber Heard e seu relacionamento com Johnny Depp.

1 Depp v. Heard

O ator Johnny Depp conheceu Amber Heard, também atriz, no set de gravações de *Diário de um Jornalista Bébedo* (*The Rum Diaries*) em 2009, e eles se casaram em 2015.³ Em 2016, Amber pediu o divórcio e conseguiu uma ordem de restrição contra Depp. Durante o processo de separação, Depp acusou a atriz de tentar conseguir benefícios financeiros ao acusá-lo de abuso, e a atriz manteve que ele a abusava física e verbalmente, especialmente quando fazia uso de álcool e drogas (Lopes, 2022).

O processo de divórcio foi encerrado em 2017, com Amber recebendo US\$ 7 milhões como parte do acordo. Em declaração conjunta, os dois afirmaram que o relacionamento foi “extremamente passional e, às vezes, volátil, mas sempre unido pelo amor” (tradução livre). No ano seguinte, o tabloide *The Sun* publicou um artigo em que chamou Depp de “wife-beater”, ou batedor de esposa, (em tradução livre), o que levou o ator a processar o jornal do Reino Unido. No mesmo ano, Amber assinou um artigo no *The Washington Post* em que ela declarou ser “uma figura pública representando violência doméstica”. O artigo não citava Depp por nome, mas o ator a processou no ano seguinte por difamação.

Em 2020, Depp perdeu o processo contra o *The Sun*, com o juiz declarando que 12 dos 14 abusos físicos de Depp contra Heard haviam se provado verdadeiros de acordo com os padrões civis. O ator perdeu grande parte do apoio popular que possuía após anos estrelando blockbusters, e teve que sair da franquia *Animais Fantásticos e Onde Habitam*,

³ Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2022-05-26/johnny-depp-v-amber-heard-timeline-defamation-domestic-violence/101098658> Acesso em: 9 out. 2022.

em que ele tinha papel de destaque, a pedido do estúdio.⁴ A franquia Piratas do Caribe, um de seus principais trabalhos, anunciou a pré-produção de novos filmes sem ele no elenco. Em 2022, o julgamento de Depp contra Heard se iniciou em Fairfax County, Virginia, nos Estados Unidos, de onde foi televisionado ao vivo.

Os advogados de Depp acusaram Heard de inventar que o ator abusara dela para favorecer sua carreira, e que era ela quem abusava dele. Os defensores da atriz afirmaram que Depp abusara física e sexualmente dela, e que esse julgamento era uma forma de continuar o abuso, além de haver a intenção de transformar esse caso em uma “novela”.⁵ Foi dito que Heard tinha o direito de se expressar sobre violência doméstica sem mencionar o nome do ator, e que ele mesmo havia destruído sua carreira ao abusar de drogas e álcool.

O veredito foi favorável ao ator, que recebeu US\$ 10 milhões em danos, enquanto Heard recebeu apenas US\$ 2 milhões.⁶ O júri considerou que o ator havia provado que todas as acusações contra ele eram falsas. O julgamento americano recebeu grande cobertura, mais que o britânico, e imagens do julgamento eram rapidamente circuladas e viralizadas no TikTok, com jovens reagindo a trechos do julgamento que descreviam abuso sexual e comentando se Heard estava ou não mentindo. Essa maior repercussão serve de indicativo de uma transformação do julgamento em um *evento midiático* (Dayan; Katz, 1994).

⁴ Disponível em: <https://www.vanityfair.com/hollywood/2022/04/how-fantastic-beasts-became-hollywoods-most-cursed-franchise> Acesso: 9 out. 2022.

⁵ Disponível em: <https://apnews.com/article/entertainment-johnny-depp-amber-heard-virginia-arts-and-b6394fe9d8b6203ef6bbc3bb0f29531a> Acesso em: 9 out. 2022.

⁶ Disponível em: <https://apnews.com/article/amber-heard-johnny-depp-entertainment-lawsuits078f566e5a2486240bf776792b12e93d> Acesso em: 9 out. 2022.

Daniel Dayan e Elihu Katz definem *eventos midiáticos* (*media events*) como as grandes festas da comunicação em massa, que catapultam o espectador além de seu estado regular de consumidor e buscador de entretenimento. Esses eventos são divididos em três categorias: competição, conquista e coroação. Os autores argumentam que julgamentos que se tornam eventos midiáticos costumam ser competições, com seu foco em regras rígidas e a batalha entre pessoas, necessariamente com um perdedor e um vencedor, e alto risco para quem perder. Com base nesses critérios, é seguro apontar o julgamento entre Depp e Heard como um *evento midiático* que se encaixa entre as competições.

Uma competição precisa de uma audiência, torcendo para o lado escolhido e vibrando por cada acerto e erro que beneficia seu “time”, seja esportivo ou um lado em um debate ou julgamento. O papel da audiência em uma competição é o de julgar, e a pergunta que guia esse tipo de evento é “quem irá ganhar?”. No caso de Depp v. Heard, até a escolha por Fairfax County, Virginia, pode apontar para a relevância de uma audiência. Nenhum dos atores reside ou trabalha no estado, mas foi alegado pelo time de Depp que o *The Washington Post*, veículo que publicou o artigo de Heard que supostamente difamava Depp, possui uma gráfica e servidores em Fairfax, mesmo que o veículo não seja réu. Canais como *Bloomberg Law* e Reuters apontaram que a escolha do local foi estratégica,⁷ aproveitando uma legislação menos preocupada com liberdade de expressão, assim como a possibilidade do julgamento ser televisionado⁸ - algo proibido no estado de Nova York, por exemplo, um dos possíveis locais onde poderia ocorrer.

⁷ Disponível em: <https://news.bloomberglaw.com/us-law-week/depps-choice-of-virginia-trial-in-heard-lawsuit-shows-strategy>. Acesso em: 9 abr. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/factcheck-maxwell-deppheard-idUSL2N2WP26C>. Acesso em: 9 abr. 2022.

Podemos dizer, também, que esse julgamento foi agendado mais que o outro, usando aqui o conceito de McCombs e Shaw (1972). De acordo com os autores, a mídia pode agendar o que é importante para o público de acordo com a quantidade de informação recebida sobre essa questão.

Os leitores aprendem a atribuir importância a uma questão não somente com base no assunto tratado, mas também de acordo com a quantidade de informação dada em uma determinada notícia e a posição desta. Ao refletir sobre o que os candidatos dizem durante uma campanha, a mídia de massa pode efetivamente determinar quais são os assuntos importantes – ou seja, a mídia pode definir a “agenda” da campanha (McCombs; Shaw, 1972, p. 176, tradução livre).⁹

Porém, é preciso levar em consideração o efeito cíclico do agendamento - quem agenda quem? – pois o público, no caso do processo de Depp v. Heard passa a clicar mais em matérias que envolvam o julgamento, já que notam que ele é um tópico relevante pela quantidade de vezes que o veem em portais, e isso incentiva que mais matérias sejam produzidas sobre o tópico, pois rendem mais cliques e mais dinheiro da publicidade, e assim por diante. Os sites seguem postando, pois sabem que têm olhares cativos quando falam deste assunto.

Na repercussão do julgamento, foram levantadas discussões sobre DARVO¹⁰ (Deny, Attack, Reverse Victim and Offender, ou Negar, Atacar, Inverter Vítima e Agressor, em tradução livre) e a revitimização

⁹ Texto original: “Readers learn not only about a given issue, but also how much importance to attach to that issue from the amount of information in a news story and its position. In reflecting what candidates are saying during a campaign, the mass media may well determine the important issues - that is, the media may set the ‘agenda’ of the campaign”.

¹⁰ Disponível em: <https://www.newsweek.com/johnny-depp-amber-heard-trial-darvo-tactics-1710797>. Acesso em: 9 abr. 2022.

que esses processos podem causar ao forçarem vítimas a encararem seus agressores e reviverem seus abusos, assim como o precedente perigoso que essa decisão pode ter em futuros julgamentos de difamação após denúncias de violência doméstica.

2 Bissexualidade e estereótipos

A bissexualidade de Heard já era conhecida pelo grande público desde 2010,¹¹ e apareceu frequentemente durante a cobertura do divórcio do casal. Amber foi enquadrada (Mendonça; Simões, 2012) como uma *femme fatale*, insaciável e próxima de outras mulheres sáficas famosas, como Cara Delevigne, promíscua e infiel.¹² Durante o processo de difamação de 2022, notícias apontando que mulheres bissexuais são vítimas frequentes de relacionamentos abusivos usaram como exemplo o caso de Amber Heard, e pontuaram que a utilização frequente destes estereótipos também ocorre no caso de outras mulheres famosas, bissexuais e vítimas de violência doméstica, como Angelina Jolie e Evan Rachel Wood¹³.

Como aponta Kenji Yoshino (2000), os estereótipos são a expressão mais óbvia de uma das estratégias do contrato epistêmico de apagamento bissexual, compactuado entre pessoas monossexuais, em um processo sistemático de invisibilização da bissexualidade. Essa estratégia é a deslegitimação, que é a atribuição de significados negativos e estigmas à bissexualidade.

¹¹ Disponível em: <https://www.gaytimes.co.uk/culture/amber-heard-reveals-she-came-out-to-challenge-the-taboo-surrounding-bisexuality/>. Acesso em: 23 out. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/archives/news/1222356/bye-bi-amber-johnny-depp-driven-insane-over-fears-his-wife-had-cheated-on-him-with-supermodel-cara-delevigne/>. Acesso em: 23 out. 2023.

Os efeitos dessa deslegitimação, ao contrário do que se propaga, vão além dos simbólicos e também se refletem em questões materiais. Maria Leão (2018) reuniu algumas pesquisas que mapeiam as condições sociais e de saúde de pessoas que se identificam como bissexuais. Nos Estados Unidos, o estudo realizado pelo *National Center for Injury Prevention and Control - Division of Violence Prevention*, de 2010, mostra que homens e mulheres bissexuais relatam maior ocorrência de violência sexual, física, emocional, patrimonial e psicológica do que homens e mulheres heterossexuais e mesmo os homossexuais, como mulheres bissexuais são comumente mais vitimadas em relacionamentos abusivos com outras mulheres do que mulheres lésbicas.

Objetivos

A hipótese principal do trabalho é que os estereótipos contra mulheres bissexuais são muitas vezes usados como uma forma de responsabilizá-las pelos abusos sofridos em relacionamentos íntimos, um fator que as torna “vítimas imperfeitas” e, portanto, responsáveis pelo seu sofrimento.

Além de testar a principal hipótese, os objetivos secundários do trabalho são:

- Conferir como foi agendada a bissexualidade de Heard ao longo da última década;
- Analisar o enquadramento da bissexualidade da atriz ao longo dos anos;
- Observar as possíveis mudanças na representação de mulheres bissexuais na última década.

Metodologia e embasamento teórico

A metodologia deste trabalho é dividida em quatro fases, como proposto no modelo metodológico proposto por Lopes (2014). A primeira fase, de construção do objeto, está presente em parte neste resumo, com a apresentação da bissexualidade de Heard e a localização das correntes teóricas mais apropriadas para a análise. A segunda fase, de observação, ocorreu ao longo do mês de outubro de 2023, com a construção do corpus da pesquisa por meio da escolha de 19 matérias jornalísticas selecionadas após a busca de duas palavras-chave no Google Notícias: *amber heard bisexual*; *amber heard “bisexual” trial*. As aspas na segunda garantem a aparição do termo nas notícias.

Na terceira fase, a de descrição, foi utilizado o método de análise de conteúdo, pois permite a melhor compreensão e comparação entre textos (Bardin, 2011). A quarta fase, de interpretação, reúne as informações descritas e busca entender se a hipótese foi ou não comprovada, assim como atender aos outros objetivos do trabalho.

Para embasar nossas análises, também nos apoiamos em outros trabalhos de diferentes áreas de conhecimento. Nas teorias de jornalismo, foram utilizadas as teorias de agendamento, de McCombs e Shaw (1972), para analisar a frequência que a sexualidade de Heard aparecia nas notícias, e de enquadramento, de Entman (1973) e Mendonça e Simões (2012), para poder verificar como a sexualidade da atriz foi apresentada.

Para poder analisar o enquadramento da bissexualidade e a representação de mulheres na mídia, é importante antes compreender alguns conceitos basilares como representação, identidade e estereotipagem. Segundo Hall (1997), além de regular as práticas sociais, a cultura está

no centro da construção da subjetividade e da identidade dos indivíduos. A representação é uma construção dada em um sistema cultural, com uma produção de sentidos através da linguagem, formadora de signos. O processo de significação na cultura ocorre por dois sistemas de representação relacionados: a) o que dá sentido ao mundo para o indivíduo por um conjunto de correspondências ou equivalências mentais; b) o que cria uma conexão desses mapas conceituais dos indivíduos com os conjuntos de signos produzidos culturalmente (Hall, 2016).

A relação entre os signos e os objetos aos quais se referem é convencionalizada de forma arbitrária. Os sentidos das coisas não são naturais, são fixados escolhendo e repetindo associações entre sentidos e coisas do mundo. Isso é possível pelo sistema de representação, por códigos que são construídos e compartilhados por todos em uma cultura semelhante colando significados ao ponto de fazê-los parecer naturais, definidos, inevitáveis e imutáveis (Hall, 2016). Dessa forma, é possível compreender quais e como determinados sentidos estão colados a certos objetos e coisas do mundo, como, por exemplo, um determinado grupo ou modo de vida.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas. Para Silva (2014), o processo de criação de uma identidade é baseado, primeiramente, naquilo que não somos, que vemos como o outro, para então enxergarmos o que somos. É a partir da diferença que se constrói a identidade e há uma relação de estreita dependência entre as duas. Quando afirmamos uma identidade só o fazemos por existir o outro diferente, como é o caso das nacionalidades. Só afirmamos “sou brasileiro” porque existem outros seres humanos que não são brasileiros (Silva, 2014).

Tanto a identidade como a diferença são resultado de atos de criação linguística, não são elementos da natureza, precisam ser ativamente produzidas no contexto de relações culturais e sociais. A definição de uma identidade, e também da diferença, está sujeita a vetores de força, a relações de poder. “Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (Silva, 2014, p. 81). A identidade e diferença se traduzem em quem está incluído e quem está excluído, na definição do normal e do anormal. Assim, como explica Hall (2016), a diferença é ambivalente: necessária para a produção de significados, mas ameaçadora, lugar de hostilidade com o “outro”.

A identidade e a diferença estão diretamente ligadas às classificações feitas pela sociedade. Para hierarquizar é necessário dividir e classificar. A forma mais importante de classificação é em torno de oposições binárias, como bom/mau, homem/mulher, heterossexual/homossexual. Para Derrida, nas oposições binárias, um dos termos sempre é privilegiado, recebendo valor positivo e o outro um valor negativo (Silva, 2014). As relações de identidade e diferença são ordenadas por oposições binárias e questioná-las “significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (Silva, 2014, p. 83).

Outra questão relevante dentro das análises de representação e formação da identidade é a estereotipagem, uma das formas de representação da diferença (Hall, 2016). E quando se trata de representação bissexual, a questão ganha ainda mais relevância e algumas polêmicas levantadas por intelectuais que estudam a bissexualidade.

Segundo Hall (2016), a estereotipagem é a redução de um grupo a poucas características que são reconhecidas como suas e apresentadas como essenciais ou fixas por natureza, de forma simplificada e

exagerada. O estereótipo produz efeitos como fantasia, fetichismo e retratação, e pode ser questionado por estratégias de transcodificação de significados. Esse processo divide os comportamentos aceitáveis e os que devem ser excluídos. A criação de estereótipos auxilia na manutenção da hegemonia, regulando toda a sociedade de acordo com seus próprios valores e visões de mundo. Esse poder se dá em forma de exploração econômica e coerção física, mas também inclui

o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira - dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do poder simbólico através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (Hall, 2016, p. 193).

É pertinente, portanto, observar e analisar como a mídia, como sistema de representação, atua na formação de subjetividades, reforça ou desmistifica estereótipos. A mídia possui um papel mediador de conhecimento e é possível aprofundar o tema com outro referencial teórico, a partir do conceito de dispositivo pedagógico (Foucault, 1994; 1998; Fischer, 2002).

A mídia legítima, naturaliza e reforça comportamentos sociais incidindo no processo de ensino e aprendizagem. Fischer (2002) argumenta ser indispensável perceber a mídia como uma instituição disciplinar e um lugar de formação juntamente à escola, à família e à religião. A partir daí, nasceu o conceito de “dispositivo pedagógico da mídia”, fundamentado no conceito de “dispositivo da sexualidade” de Foucault. Para a autora:

Significa tratar de um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos), em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais (no caso aqui referido, de programas televisivos), apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação (Fischer, 2002, p. 155).

A circulação dos processos de significação (Hall, 1997) possuem um poder ainda maior nos dias de hoje, é uma circulação política, econômica e financeira, através das diferentes mídias (Fischer, 2002).

Dentro dos estudos da bissexualidade, visitamos as epistemologias bissexuais e as perspectivas acerca do monossexismo e do apagamento da bissexualidade, como o contrato epistêmico de Kenji Yoshino (2000) e as propostas subversivas de Shiri Eisner (2013).

No imaginário social, a bissexualidade é permeada de estereótipos. Shiri Eisner (2013) apresenta os estereótipos mais comuns direcionados à bissexuais de três formas: primeiro com seus significados hegemônicos, depois com as refutações normalmente feitas pelo movimento bissexual e, por fim, com uma abordagem que coloca a perspectiva do potencial subversivo, tendo os estereótipos como reflexo das ameaças que a bissexualidade pode propor à sociedade. Eisner (2013) critica o foco excessivo dado aos estereótipos, como se fossem a única forma de bifobia, e também por poderem levar à interpretação do preconceito sofrido pela pessoa bissexual como algo pessoal, direcionado ao comportamento de um indivíduo em particular.

É fundamental reconhecer também que a existência de estereótipos e suas funções estão conectadas a práticas e estruturas para além do indivíduo por si só. Ou seja, as abordagens críticas aqui relacionadas

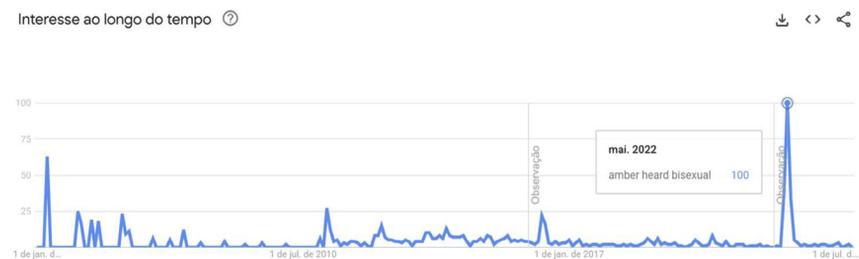
aos estereótipos direcionado às mulheres bissexuais se referem a prática do estereótipo com mecanismos culturais e sociais de manutenção da hegemonia, e não uma tentativa de criar uma imagem de “bom bissexual” e “mau bissexual”.

Resultados

Primeiramente, conferimos qual foi o pico de interesse pela bissexualidade da atriz por meio de uma pesquisa no Google Trends, buscando cumprir o primeiro objetivo secundário do trabalho. Nela, pudemos perceber que o pico de interesse em pesquisas sobre a bissexualidade de Heard foi em maio de 2022, o mês do julgamento da atriz, o que aponta a associação entre a sexualidade e a polêmica do julgamento.

O outro pico do período de observação, em janeiro de 2017, se refere a uma sequência de artigos sobre como a bissexualidade de Heard pode ter ajudado a vitimizá-la no caso de violência doméstica, e aponta o histórico disso com outras mulheres bissexuais vítimas de violência doméstica e pesquisas que colaboram essa tese.

Figura 1: Gráfico de interesse ao longo do tempo



Fonte: Google Trends (2023).

Analisando o *corpus* com uma perspectiva de progressão histórica, dos textos mais antigos até os mais atuais, pode ser percebida a evolução no enquadramento da bissexualidade da atriz, que antes era apresentada como uma curiosidade, passou a ser parte da responsabilidade pelo divórcio entre Heard e Depp, associada aos estereótipos de promiscuidade e infidelidade, foi brevemente associada à sexualidade da filha de Depp - também não-monossexual - e, após o julgamento de difamação em 2012, passou a ser vista por um olhar mais interseccional (Collins; Bilge, 2021), associado ao recorte de gênero que permite a vilificação de mulheres bissexuais. Isso é parte da compreensão dos últimos objetivos secundários do trabalho.

Tabela 1: Resultados da análise

	Enquadramento	Reforça estereótipos?	Quais?
Resposta média	<p>“Como a bissexualidade de Heard pode ter ajudado a vitimizá-la” (31,6%).</p> <p>Outros enquadramentos relevantes são: “Razão para Amber Heard ter se assumido bi – positivo” (10,5%) e “Atacar Heard com bifobia e acusações de traição pós-divórcio” (5,3%)</p>	Não (78,9%)	<p>“Femme fatale” (13,3%) e “Mulher Desprendida” (7,5%)</p>

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nos resultados, podemos perceber que houve a refutação da hipótese do trabalho, com apenas cerca de 5% das matérias do *corpus* responsabilizando-a pelo divórcio e possíveis violências. O uso de estereótipos negativos contra mulheres bissexuais também não foi tão presente quanto suposto, com apenas cerca de 21% do *corpus* fazendo uso destes.

É possível apontar algumas razões para isso. A primeira é a escolha por um *corpus* de matérias escritas, pensadas para o online, que tem um olhar mais longo para a permanência do que é escrito. Historicamente, tabloides são impressos e descartados, mais difíceis de localizar após a publicação, nem sempre transferidos para o online. Há também a limitação em não buscar comentários em programas televisivos, como matinais e de comportamento, onde os comentaristas têm maior poder de escolha sobre o que dizem pois costumam ter certa posição de autoridade em comparação, por exemplo, com um jornalista de tablóide que tem seu texto editado por pessoas em cargos superiores antes da publicação.

Outro fator exige um recorte interseccional (Crenshaw, 2002) - Heard é uma mulher branca, jovem, magra, que segue os padrões de beleza, rica e bem sucedida. Apesar de sofrer com opressão de gênero e pela sua sexualidade, ela tem diversos privilégios que podem lhe conceder mais simpatia e até uma maior adequação ao estereótipo de “vítima perfeita” mencionado anteriormente. É importante questionar se ela receberia tanta simpatia na cobertura midiática se ela fosse negra, trans etc. Mesmo as outras famosas associadas a ela por também serem bissexuais e vítimas de violência doméstica, Angelina Jolie e Evan Rachel-Wood, também seguem esse padrão.

Considerações finais

As conclusões parciais do trabalho apontam que houve uma crescente sensibilidade nas matérias, que antes reproduziam estereótipos sobre mulheres bissexuais e hoje apontam incongruências e injustiças na percepção pública das mesmas, especialmente nas redes sociais e, eventualmente, em júris.

O agendamento da questão cresce à medida que a vida íntima de Heard é revirada, e o enquadramento evolui da culpabilização acrítica da sexualidade de Amber Heard por tragédias e abusos em seu relacionamento para enquadrar como o público, o leitor, é quem faz isso, por exemplo, nas redes sociais. Ou seja, o enquadramento da mulher bissexual como explorado no caso Amber Heard passa do pejorativo, apoiado em clichês e lugar-comuns, para compreensivo e com base em pesquisas e dados que apontam a maior vulnerabilidade de mulheres bissexuais em relacionamentos românticos.

Como discutido, é interessante questionar se o enquadramento da bissexualidade de Heard teria essa evolução positiva se ela não tivesse um adequamento tão fácil ao estereótipo de vítima perfeita apesar de sua sexualidade.

Também é necessário reconhecer as limitações deste trabalho, como a busca limitada às matérias online, mas estas também servem como possíveis caminhos para a continuação desta pesquisa, buscando analisar a evolução deste enquadramento em outros formatos.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **Media events: the live broadcasting of history**. Cambridge: Harvard University Press. 1994.
- EISNER, Shiri. **Bi: notes for a bisexual revolution**. Berkeley: Seal Press, 2013.
- ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882>. Acesso em: 23 out. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. (Vol. 4). Paris: Gallimard, 1994.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15- 46, 1997.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.
- LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

- LOPES, Catarina. **DEPP v. HEARD**: um julgamento como evento midiático e como narrativa de receptores. Projeto de pesquisa para processo seletivo de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola. 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paulo. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-235. 2012.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Petrópolis: Vozes, 2014.
- YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. **Stanford Law Review**, v. 52, n. 2, p. 353-461. 2000.

A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS BISSEXUAIS NAS SITCOMS ORIGINAIS NETFLIX ENTRE 2013 E 2019¹

Kaiippe Arnon Silva Reis²

Alice dos Santos Silva³

Resumo: A Netflix se afirma como aliada de grupos minorizados. Neste estudo, buscamos identificar como esta defesa se aplica na prática audiovisual. Para isso, foi analisada a representação bissexual em nove sitcoms originais da Netflix lançadas na década de 2010. Com tal fim, utilizamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) alicerçada pelos Estudos Culturais, Queer e de Gênero. Como resultado, verificou-se que a bissexualidade é sub-representada seja na baixíssima apresentação explícita de personagens bi ou no silenciamento da bissexualidade que não se faz evidente e se coloca nas entrelinhas.

Palavras-chave: Representação. Netflix. Bissexualidade. *Sitcom*.

Introdução

Kathleen Woodward (2014, p. 17-19) aponta a representação como um processo cultural que possibilita compreender e dar sentido a nossas experiências, estabelecer identidades, e desenvolver um sistema

¹ O presente artigo é um desdobramento da dissertação “Do que dá pra rir dá pra chorar: O padrão representacional das personagens LGBTAs das sitcoms originais da Netflix na década de 2010” (Reis, 2022), realizada com financiamento da CAPES sob orientação da Prof^a Dr^a Renata Malta.

² Professor substituto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: kaippereis@gmail.com.

³ Graduada em jornalismo e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: alicesilvajor@gmail.com

simbólico no qual essas identidades são alicerçadas. Considerando que a representação midiática pauta identidades e indica a posição-de-sujeito que se deve ocupar, olhamos para a Netflix,⁴ e sua posição pública de aliada⁵ e defensora da comunidade LGBTQA⁶ e de demais grupos socialmente minorizados.

Nesse contexto, analisamos a representação bissexual nas sitcoms originais da Netflix lançadas na década de 2010, com o objetivo de localizar o padrão representacional de personagens bissexuais e a possibilidade destas produções auxiliarem a comunidade na luta contra a estrutura que a abjetifica. Optamos pela análise dos produtos cômicos pois o humor opera tanto como instrumento social de construção, coerção e punição do outro (Moreira, 2019), bem como na subversão desta estrutura (Kellner, 2001), oferecendo à audiência mensagens sobre pautas identitárias.

Procedimentos Metodológicos

Tendo em vista a falta de consenso sobre gêneros televisivos em que empresas, críticos e acadêmicos propõem diferentes tipologias

⁴ Empresa dos EUA fundada em 1997 como serviço online de locação de filmes e séries. Posteriormente, aderiu ao modelo de *streaming* em que usuários assistem conteúdos de seu catálogo (Meimaridis; Mazur; Rios, 2020).

⁵ No vídeo *Allyship at Netflix*, funcionários da Netflix que possuem marcadores sociais não privilegiados do binarismo da diferença explicam o que é ser um ‘aliado’ dentro da cultura da empresa, apontando a alteridade como um pensamento da instituição. O vídeo está disponível em: <https://abre.ai/gL4d>. Acesso em 3 ago. 2023.

⁶ LGBTQA é uma forma de se referir a minorizados por suas sexualidades e condições de gênero, significando: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Assexuais, grupo localizado em nosso *corpus*. Não optamos por LGBTQIA+, para não invisibilizar as identidades aqui ausentes, ao dar impressão de que são, automaticamente, parte do todo. Serão utilizadas outras siglas quando assim citadas por outras pessoas autoras.

(França, 2009, p. 232), o primeiro passo foi escolher o escopo de análise com base apenas nas produções Originais Netflix descritas pela própria empresa enquanto sitcom, um dos tipos mais populares e tradicionais de produção seriada cômica. A lógica da repetição cíclica de enredo das sitcoms, bem como a forma estável da personalidade de seus personagens, possibilita, ao menos na teoria, compreender de forma panorâmica a representação da Netflix durante o momento pesquisado.

Para chegar a nosso corpus, partimos das 81 produções ficcionais de comédia cujas primeiras temporadas foram lançadas entre 2013 e 2019 e, mais adiante, separamos apenas as sitcoms. O passo seguinte foi procurá-las dentre os relatórios da GLAAD acerca da representação LGBTQ em produtos audiovisuais seriados, bem como através do acesso a listas amplas localizadas no Google acerca de seriados com personagens desta comunidade e ainda somou-se a este contingente outros seriados que sabíamos da existência de personagens LGBTAs.

A partir disso, os títulos não localizados nesta primeira triagem foram, um a um, investigados quanto a presença de personagens da comunidade LGBTQ com a busca de seu título original no site oficial da GLAAD. Posteriormente, a ação foi repetida no buscador do Google, neste caso com acréscimo das expressões LGBTQ, gay, lésbica, pansexual, trans e bissexual, assexual, em português e inglês. Ao fim, resultou-se em nove sitcoms que potencialmente teriam personagens a serem analisados: *Big Mouth* (2017-2024), *Bojack Horseman* (2014-2020), *Everything Sucks!* (2018), *Grace and Frankie* (2015-2022), *Merry Happy Whatever* (2019), *No Good Nick* (2019), *One Day At a Time* (2017-2020), *Samantha!* (2018-2019) e *Unbreakable Kimmy Schmidt* (2015-2019).

Tendo em vista que alguns títulos possuíam cinco temporadas, formulamos um corpus representativo que se baseia nos episódios mais

‘queridos’ do público a partir do ranqueamento feito por espectadores. Isso os torna potencialmente mais acessados e, eventualmente, cortes de cenas ou diálogos podem ser postados em redes sociais, a depender do envolvimento do consumidor com a obra. Para evitar disparidades no corpus de análise, utilizamos como base de seleção o site do IMDb que registra os episódios das séries pesquisadas e estes são avaliados pelos usuários cadastrados através de um sistema que vai de uma a dez estrelas, cuja média é exposta na página do seriado.

Levando em consideração essa escolha, selecionamos os nove episódios mais bem avaliados de cada série e ainda o primeiro episódio, independentemente de sua avaliação, por ser comumente um espaço de apresentação de personagens, totalizando 10 episódios. Não chegou a esta quantidade *Merry Happy Whatever* que, no período histórico avaliado lançou apenas oito episódios, nesse caso, todos os episódios foram selecionados. Quando houve empate nas notas, o critério de seleção foi o maior número de avaliações, demonstrando maior envolvimento do usuário com o conteúdo, dando forma a uma comunidade que interage socialmente a partir do conteúdo audiovisual.

Com este método de seleção, foram elencados episódios de diferentes temporadas, possibilitando que a análise pudesse compreender possíveis evoluções de personagens e a potencial exposição da sua sexualidade e condição de gênero para o público. Como recorte, foram consideradas apenas aquelas personagens que possuíam falas, otimizando assim o trabalho aqui realizado e ampliando a possibilidade de aferir possíveis impactos na audiência. Para auxiliar na decodificação, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), um método com ampla possibilidade de procedimentos interpretativos (Bardin, 2011, p. 81).

Humor e construção de sentidos

O humor se dá em cada povo, tempo e lugar com uma comicidade que reflete o seu repertório comum e compartilhado de conceitos e pode não ser compreendida por pessoas que não possuam as mesmas referências (Propp, 1992, p. 32). No riso da audiência há uma significação social já que quando rimos somos um grupo cúmplice de conceitos e preconceitos (Mendes, 2008, p. 14). Ou seja, quando as pessoas de um grupo específico riem, não riem sozinhas e observar isso é entender como funciona a lógica de socialização a partir da decodificação de um texto.

A comédia é uma forma estável e reconhecível de classificar uma produção e serve de contrato prévio tanto de leitura quanto de escrita de uma obra (França, 2009, p. 229-231). Assim, a comédia é um tipo de etiqueta para textos artísticos que têm o riso da audiência como um objetivo, sendo uma “construção poética, regida por determinadas intenções e ambicionando provocar determinadas reações” (Mendes, 2008, p. XXI, grifo da autora).

E é no gênero cômico que se vê perpetuar diversas tentativas de suavizar a opressão ao dizer ser apenas uma piada. Os estereótipos utilizados no humor depreciativo são os mesmos da injúria proferida no espaço público, no mercado de trabalho e outros contextos que validam o status abjeto das vítimas da comicidade (Moreira, 2019, p. 57).

De forma não maniqueísta, o humor opera tanto como instrumento social de construção, coerção e punição do outro (Moreira, 2019), bem como na subversão desta estrutura (Kellner, 2001), oferecendo ao público mensagens sobre pautas identitárias. Assim, podemos apontar

que existe a comédia progressista, a reacionária e ainda uma outra que não contribui ou atrapalha a colocação de LGBTAs no mundo, a qual podemos compreender como neutra.

Quanto ao humor reacionário, podemos partir do pensamento de Bergson (1983, p. 14) de que o riso é um gesto social cujo temor de ser risível reprime excentricidades. Já na crítica feminista, o humor é entendido como espaço de ideias hegemônicas planejadas para o consumo masculino (Mackie, 1990, p. 13), mesmo que, por vezes, finde como instrumento opressor de alguns homens que não correspondem ao status quo do binarismo da diferença. Assim, as representações têm como base a ridicularização das dissidências, entendendo-as como existências marginais, e servem para reforço da normatividade. Uma das ferramentas para deslegitimar identidades com o humor é a utilização do sarcasmo para externar opiniões negativas, sobretudo no contexto televisivo (Clark, 1972, p. 128). E é na televisão que tradicionalmente se vê representações estereotipadas LGBTAs que costumam ter papéis tolos, palhaços e ridículos (Corfield, 2017, p. 23). Tal construção é um problema, já que o risível é alguém por quem não possuímos afetividade (Bergson, 1983, p. 66-67; Propp, 1992, p. 35-36), e por vezes essas representações não trabalham para desmistificar tais entendimentos.

Por vezes, as narrativas criam a repetição de estereótipos com falsas generalizações que ajudam a moldar a percepção sobre o grupo, tornando-se um conhecimento compartilhado que afirma a assimetria entre ‘sujeito’ e ‘outro’ ao naturalizar e reforçar o status privilegiado do dominante (Clark, 1972, p. 129; Moreira, 2019, p. 42-43). Desse modo, o estereótipo auxilia na ideia de uma coesão grupal do ‘outro’ e possibilita o prazer no apontamento da alteridade com a validação da estrutura social (Berlant e Ngai, 2017, p. 246).

Apesar da tentativa de suavizar a opressão quando diz-se ser apenas uma piada, os estereótipos do humor depreciativo são os mesmos utilizados na injúria proferida no espaço público, no mercado de trabalho e outros contextos que validam o status abjeto das vítimas da comichidade (Moreira, 2019, p. 57). Assim, mesmo sem nenhum personagem ‘ferindo-se’ diegeticamente, o humor reacionário pode gerar consequências na saúde das pessoas (Moreira, 2019, p. 110), então evoca-se outra camada de discussão já que para Propp (1992, p. 35-36), quem ri do sofrimento alheio demonstraria uma “monstruosidade moral”.

Berlant e Ngai (2017, p. 241) partem do estudo de Simon Critchley (2002) para apontar que o humor reacionário perde o status de comédia pelos sentimentos negativos que gera, indo de encontro à diversão análoga ao gênero. Há neste caso a interrupção da lógica piada>riso e, por consequência, a raiva de grupos reacionário direcionada a movimentos que questionam essas piadas — como o feminismo — pois a contestação dificulta a diversão opressora e expõe a sua capacidade empática (Berlant e Ngai, 2017, p. 240-242). Tal contestação do que é risível leva-nos ao próximo ponto: a comédia progressista.

Há na comédia uma permissão artística de desafiar (e questionar) normas sociais utilizando a ironia e o deboche para formular discursos subversivos (Friedrich, 2018, p. 3). Vale lembrar que, para Vladimir Propp (1992, p. 134), o tipo cômico não existe e qualquer traço negativo pode provocar o riso. Neste sentido, Mackie (1990, p. 18) aponta as sátiras masculinas feitas por mulheres, um humor progressista que comprova que não há uma exclusividade discursiva, mas sim uma prevalência de disseminação dos discursos heterossexistas (Ziller e Barreto, 2021, p. 5). Tal exemplo retoma o debate sobre produtos midiáticos e seu imbricamento

com “forças sociais poderosas, promovendo a dominação ou dando aos indivíduos força para a resistência e a luta” (Kellner, 2001, p. 64).

A própria compreensão do que seria um humor reacionário ou progressista é uma linha tênue, já que a mesma piada pode ter múltiplas interpretações a depender de quem é a interpreta (Berlant e Ngai, 2017, p. 246-248). Isso reafirma que em meio à pesquisa de campo, poderá ser encontrada uma vasta gama de interpretações para as mesmas cenas a depender da compreensão de mundo que cada receptor pode ter.

Por ser uma forma de educação informal, o audiovisual com humor subversivo tem a possibilidade de extrapolar a monotonia professoral de espaços formais de ensino. Desse modo, quando não utilizado de forma depreciativa, o cômico é um importante instrumento pedagógico ao subverter a lógica do binarismo da diferença. No entanto, a Comunicação é um campo majoritariamente controlado por grupos privilegiados pelo binarismo da diferença, que decidem sobre as imagens dos grupos sociais. Isto faz com que potencialmente mingue a possibilidade de uma comédia libertária, ao modo paulofreiriano. E para conseguir observar este fenômeno social que tem a comunicação audiovisual como palco central é que este projeto se faz necessário. Ao realizar a presente pesquisa, busca-se compreender em que momento de liberação das amarras reacionárias está a nossa população.

Diante do exposto, é importante seguir a proposição de Stuart Hall (2003, p. 393) e observar os códigos representados que são distribuídos tão amplamente de forma a sua decodificação ser aprendida desde cedo e passar a ser vista como natural, mas que na verdade foi naturalizada pela repetição. Tais códigos introjetados na representação audiovisual são os meios pelos quais o poder e a ideologia influenciam discursos

específicos que são inscritos numa série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse (Hall, 2003, p. 395).

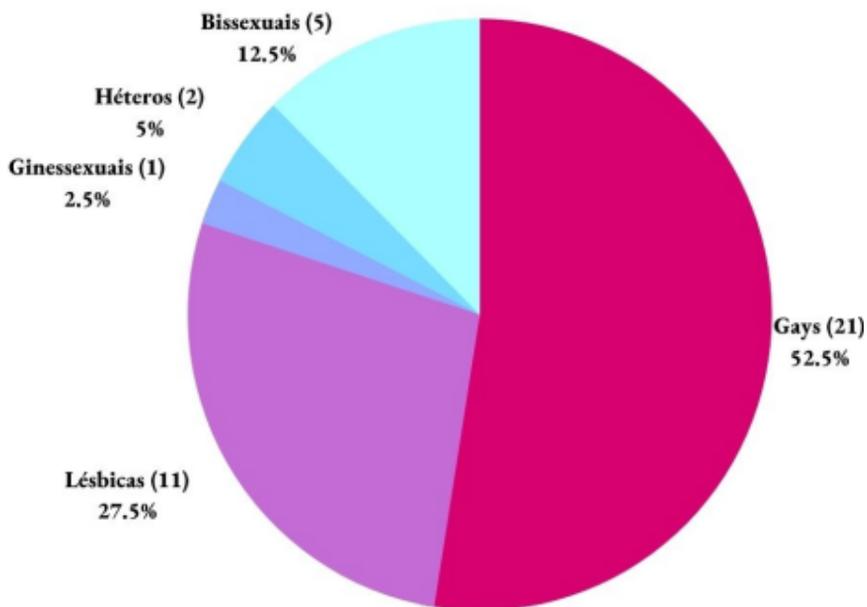
Resultados

Iniciamos a exposição dos resultados constatando a permanência da predileção dos conglomerados de mídia em desenvolver personagens gays nas narrativas seriadas em detrimento a outras identidades da vasta sigla LGBTQA, uma atitude que se repete desde a década de 1950 e coloca estes homens em evidência, fazendo-os parecer suficientemente representativos no escopo dessa comunidade de desviantes do sistema heterocentrado. Nas sitcoms estudadas, localizamos 21 gays, 11 lésbicas, 05 bissexuais, 02 heterossexuais⁷ e 01 ginessexual⁸ conforme apresentado no Gráfico 1.

⁷ Referente às personagens assexuais héteros Todd e Maude, de *Bojack Horseman*.

⁸ Localizamos apenas uma personagem trans, em *One Day at a Time*. Syd é uma pessoa não binária, que demonstra interesse por mulheres e para definir sua identidade sexual utilizamos o termo não usual 'ginessexual'. Tal expressão significa a predileção de monossexuais em relacionar-se com mulheres e pessoas com expressão de gênero feminina e/ou com feminilidade. Assim, apesar de homens héteros e lésbicas também serem ginessexuais, o termo costuma ser utilizado para pessoas não binárias e outras identidades não cis (Mckenzie, 2018).

Gráfico 1: Identidades sexuais



Fonte: Elaboração própria.

As percentagens encontradas neste levantamento mostram in-
verossimilhança entre o contingente destas sitcoms com a população
LGB estadunidense, em que bissexuais são a maioria, 52% do grupo,
seguidos por 31% de gays e 17% de lésbicas, de acordo com o Move-
ment Advancement Project (2016, p. 3). Em outro estudo, realizado
em 2020 pela Gallup (Jones, 2021), a população LGBT conta com a
proporção de 54,6% bissexuais, 24,5% gays, 11,7% lésbicas, 11,3 trans-
gêneros e 3,3% de pessoas que se posicionam como não heterossexuais,
uma pesquisa que ultrapassa os 100% pela possibilidade de posicionar-
se em múltiplas categorias.

A sub-representação da bissexualidade é uma realidade até mesmo em produções do streaming, meio com maior quantidade de LGBTAs (Cook, 2018, p. 31); e se perdura nas comédias da Netflix, que também são o espaço com maior concentração de pessoas desta comunidade (Corfield, 2017, p. 55). Assim, tanto das pesquisas anteriores como nas comédias estudadas, existe um processo contrário ao que Foucault (1988) e Sedgwick (2007) discutem sobre o discurso das ações de foro privado requerido para que estes indivíduos saiam do armário e exponham a sua identidade, podendo a partir dali ajudar a modificá-la e recriá-la.

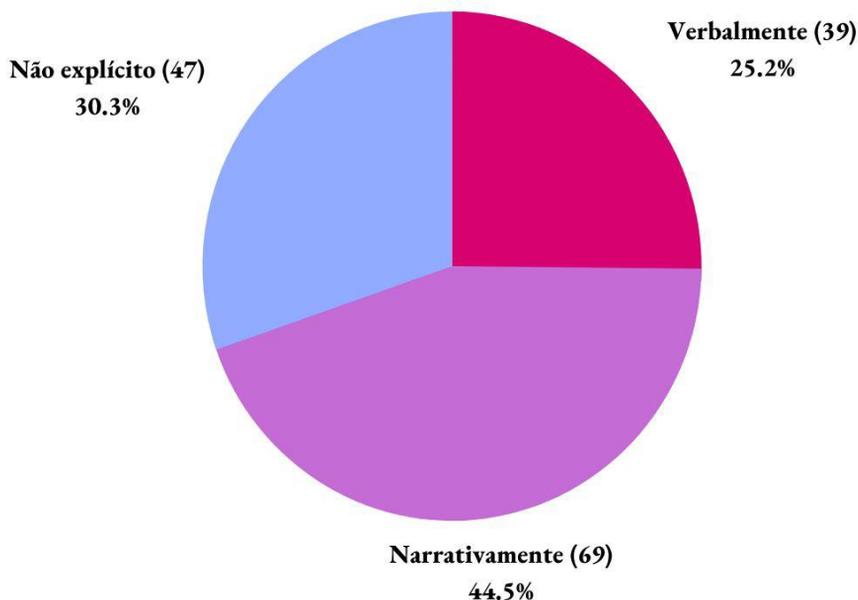
Ademais, por vezes, a bissexualidade passa a ser atribuída a personagens anteriormente lidas como heterossexuais, como é o caso de Jay, de *Big Mouth*, presente neste corpus. Tudo isso nos faz pensar: por que a Netflix se esquivava desta questão? Por que não tirar suas personagens bissexuais (e a si mesma) do armário? Refletimos que a bissexualidade tem o potencial de questionar o sistema binário ao não se enquadrar num ponto monossexual no espectro da sexualidade, perturbando as buscas científicas pelo gene homossexual, bem como o lugar dos estereótipos de gênero e sexualidade. Quantos personagens bissexuais são lidos como héteros ou homossexuais por não haver uma explanação nítida sobre sua sexualidade. Quanto a isso, lembrando que na primeira temporada de *House of Cards* a bissexualidade de Frank Underwood fica nas entrelinhas deixando o público sem respostas, sendo esta uma prática recorrente da empresa nos anos 2010. Assumir a bissexualidade, como nos lembra Guacira Lopes Louro (2000, p. 20), é um ato político e a Netflix, mesmo dizendo-se aliada, parece não comungar desta luta.

Diante desses achados, é importante retomar a pesquisa da GLAAD, encomendada pela Netflix, que aponta que para 87% dos LGBTQ da América Latina, filmes e séries da plataforma refletem mais

fielmente a comunidade do que dois anos antes (Amendola, 2020). Apesar de se tratar de uma percepção individual, os dados aqui encontrados mostram que, ao menos no campo das sitcoms, a Netflix não reflete a comunidade no que tange a representação de suas identidades, defasagem observada nas outras categorias a seguir.

A problemática da invisibilização bissexual, anteriormente identificada e discutida, fica ainda mais nítida quando observamos se e como a sexualidade das personagens é externada na trama, conforme o Gráfico 2. Nesta análise, 49 vezes as personagens verbalizam a sua sexualidade, e dessas, apenas uma se refere a uma personagem bissexual. Já outras sexualidades aparecem verbalmente citadas múltiplas vezes: 25 citando serem gays e 11 lésbicas.

Gráfico 2: Como é externada a sexualidade desviante?



Fonte: Elaboração própria.

Novamente, Jay, de *Big Mouth*, é um ponto fora da curva e um exemplo neste campo pois fala abertamente sobre sua bissexualidade num episódio sobre a requisição social que age sobre ele em ter de escolher um ‘lugar’ na monossexualidade. O lado positivo deste arco é que, ao final, Jay diz que pode gostar de homens e mulheres sem precisar fazer qualquer escolha. Esta passagem é interessante e elucidativa, além de coadunar com o Manifesto Bissexual (*About...*, 1990, grifos do original, tradução nossa) que aponta que bissexuais não têm “‘dois’ lados ou que nós PRECISAMOS estar simultaneamente envolvidos com dois gêneros para sermos seres humanos completos”.⁹ Apesar da importância desta discussão em cena, ela é pontual, já que compreendemos que Jay não é hétero em apenas três dos dez episódios aqui analisados, retornando novamente à necessidade de saída do armário da Netflix. Além do supracitado episódio, com verbalização da bissexualidade, há um episódio duplo em que na primeira parte ele beija Matthew e no segundo ele entra num dilema sobre ser ou não gay. A falta da afirmação em sete episódios é um dado ainda mais importante do que a presença, e concretiza a invisibilização das sexualidades dissidentes nos espaços midiáticos, especialmente a bissexual.

Quando contabilizamos as vezes em que a sexualidade de personagens não se tornou explícita na narrativa, a proporção muda e a bissexualidade foi silenciada por 15 vezes. Nesta contagem, há um equilíbrio em relação às outras sexualidades, com a não exposição da sexualidade de gays por 17 vezes e de lésbicas por 12 vezes. Considerando que personagens bissexuais são a minoria LGB no corpus, o silenciamento de sua sexualidade de forma recorrente expõe a falta de

⁹ No original: “‘two’ sides or that we MUST be involved simultaneously with both genders to be fulfilled human beings”.

visibilidade da comunidade, e impede que este espectro da sexualidade ganhe significado por parte da audiência caso fossem expostos mais arcos como o de Jay e a sua descoberta sexual.

Além deste caso do silenciamento da bissexualidade, notamos que há personagens que foram desenvolvidos sem nunca explicitar verbalmente sua sexualidade, como é o caso de Zé Cigarrinho, de Samantha!, que ainda no primeiro episódio diz querer transar com um homem antes de morrer – e realiza seu desejo, mas sem apontar a qual ponto do espectro da sexualidade ele se encaixaria. Já num episódio da segunda temporada, a personagem título volta no tempo e diz a sua versão criança que Cigarrinho “enfim transou com um homem”, dando a entender que esta condição sexual era de conhecimento amplo há vários anos, mas novamente sem mostrar à audiência a qual identidade desviante a personagem pertence.

Considerações finais

A partir das análises aqui apresentadas, é possível notar que a Netflix, mesmo tendo um seu discurso institucional de apoio à população LGBTQIA e outros grupos minorizados não parece colocar-se desta forma na prática, sobretudo em relação à bissexualidade. O silenciamento da sexualidade dissidente de forma recorrente expõe a falta de visibilidade da comunidade, e impede que o espectro não monossexual ganhe significado por parte da audiência, como seria possível caso fossem expostos mais arcos como o de Jay e a sua descoberta sexual.

Apontamos que se a Netflix se considera uma empresa aliada e contraditoriamente tem um pequeno número de pessoas bissexuais, ela precisa saída do armário e deixar de apresentar representação em

subtextos compreendidos quase que apenas pela comunidade LGBTQIA e passar a expor narrativas complexas como as que possuem pessoas cis e héteros. Não adianta se colocar como aliada apenas em séries “nichadas”, que claramente servem para atração do *pink money*, personagens bissexuais complexos precisam estar presentes também naquelas produções que são compreendidas como para um público-alvo mais amplo. E a representação de bissexuais, aqui solicitada, deve ser direta e sem meio termo, a fim da empresa se colocar de fato na trincheira de batalha como uma aliada ou deixar de carregar a bandeira do arco íris no mês de junho focando representação apenas em ricos gays brancos.

Referências

- AROUCA, Michel. O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A NETFLIX??. 2020. Disponível em: <https://abre.ai/gLY4>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CORFIELD, James. **Network vs. Netflix**: a comparative content analysis of demographics across prime-time television and Netflix Original Programming. Dissertação (Master of Arts in Journalism) - College of Information and Communications, University of South Carolina, Columbia, 2017.
- EISNER, Shiri. **Bi**: Notes for a bisexual revolution. Seal Press, 2013.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- JONES, Jeffrey. **LGBT Identification Rises to 5.6% in Latest U.S. Estimate**. Gallup, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/brsEO>. Acesso em: 11 mar. 2022.

- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. ebook. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.
- MOVEMENT ADVANCEMENT PROJECT. **Invisible majority**: the disparities facing bisexual people and how to remedy them. Movement Advanced Project, set. 2016. Disponível em: <https://www.lgbtmap.org/file/invisible-majority.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- MCKENZIE, Macaela. Are You androsexual or gynosexual? here's how to tell. **Women's Health**, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://abre.ai/gS7V>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- MEIMARIDIS, Melina; MAZUR, Daniela; RIOS, Daniel. A empreitada global da Netflix. **Revista GEMInIS**, v. 11, n. 1, p. 4-30, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/gLZd>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- MENDES, Cleise Furtado. **A gargalhada de Ulisses**: a catarse na comédia. São Paulo: Perspectiva/Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2008.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.
- PROPP, Vladimir. **Riso e comicidade**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

BISSEXUAIS EM RELACIONAMENTOS: REFLEXÕES SOBRE BISSEXUALIDADE E MASCULINIDADES A PARTIR DE “*LOVE IS BLIND*” SEASON 1

*Daniel da Silva Stack*¹
*Danieli Klidzjio*²

Resumo: Partimos da análise de conteúdo de partes da primeira temporada do reality show “*Love Is Blind*” (Casamento às Cegas, no Brasil), para discutir sobre bissexualidade masculina e violências. Temos como objeto central de investigação a bifobia e concepções hegemônicas de masculinidade que transpareceram em um relacionamento formado no início do programa entre Carlton (homem negro bissexual) e Diamond (mulher negra e heterossexual). Em parte da trama acompanhamos a angústia e o desejo de Carlton em relação a revelação de sua sexualidade à sua pretendente. Mas após se abrir, a devolutiva de sua parceira se dá por atitudes de invalidação do relacionamento construído entre os dois, considerando-se enganada e aflita com a sexualidade e o desejo do parceiro, preocupação que observamos estar ancorada em estereótipos acerca da bissexualidade. A partir do momento em que ele comunica a bissexualidade, há uma mudança de visão dos participantes sobre a masculinidade de Carlton, como se a bissexualidade anulasse seu desejo por uma relação monogâmica ao participar do programa. Desse modo, identificamos o quanto a tríade sexo-gênero-desejo discutida por Judith Butler desempenha um papel importante nas experiências pessoais, em relação a qual a bissexualidade se contrói enquanto sexualidade dissidente por não performatizar a heterossexualidade, tampouco a monossexualidade. Tais experiências vividas pelo participante expõem estereótipos da

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS/UFSC. Integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC e do Núcleo de Estudos sobre Emoções e Realidades Digitais - NEERD/UFSC. E-mail: danielsstack@outlook.com.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - PPGCS/UFSC. Integrante da REBIM - Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência. Cocriadora do projeto Bi-Biblioteca (@bi_biblioteca), um perfil de divulgação científica sobre bissexualidade e monodissidência no Instagram. E-mail: danieli.klidzio@gmail.com.

bissexualidade e nos permitem reconhecer um quadro de violência e rejeição que perpassa a narrativa do participante.

Palavras-chave: Bissexualidade. Bifobia. Masculinidades. Masculinidade hegemônica.

Introdução

Temos como foco alguns estereótipos da bissexualidade e concepções de masculinidade a partir da experiência de Carlton como participante da primeira temporada do reality show norte-americano *Love Is Blind*, em 2020. Carlton é um homem cisgênero e negro de 36 anos que idealizava encontrar seu “par perfeito” ao se considerar pronto para casar. Essa é a principal premissa que leva pessoas a se inscrevem no reality show mencionado, que tem como objetivo provar que o “amor é cego”, ou seja, que não nasce a partir da aparência. Em sua dinâmica o programa expõe os participantes (mulheres e homens) a encontros individuais (até então, sempre entre uma mulher e um homem) com possíveis parceiras e parceiros. Esses encontros se dão em cabines fechadas, que são preenchidas apenas pela fala e escuta de ambos. Em um primeiro momento, homens e mulheres se encontram rapidamente com todos/as os/as participantes do experimento a fim de descobrir afinidades e aprimorar a escolha de seus pretendentes. Posteriormente, os laços são estreitados e se desprende maior tempo para interação com um número reduzido de participantes, filtrados de modo subjetivo a partir dos encontros anteriores. Ao passo que se constitui uma relação, pode ocorrer o pedido de casamento, visto que o objetivo final do experimento é o casamento (especificamente, a oficialização com a cerimônia).

No decorrer do programa, Carlton desenvolveu grande afinidade com Diamond e ficaram noivos, ambos construíram intimidade a partir do desejo do casamento e suas experiências enquanto pessoas negras. Desde os primeiros episódios do reality observamos a formação do casal e também a angústia e o desejo de Carlton, um homem bissexual, em relação à contar sobre sua sexualidade para a pretendente. Mas, de forma geral, as interações de ambos a partir da exposição de seus desejos, troca de experiências e aspirações futuras, fluíram de forma rápida e consistente a ponto de firmarem o pedido de casamento nas cabines e decidirem ir para a chamada “lua de mel”, que no programa acontece antes da cerimônia de casamento.

Nesse segundo momento, na lua de mel, acompanhamos seis casais formados pelo reality que seguem para a fase dois do experimento. Nos confessionários, momento em que os participantes são questionados e narram suas experiências no programa, Carlton se mostra apreensivo e preocupado com algo que sinaliza esconder de Diamond, sendo esse o momento em que revelado para o público que ele é um homem bissexual. No momento em que se segue, vemos a saída do armário do participante para sua noiva, que demonstra surpresa e diz que jamais imaginaria isso. A partir daí, em um primeiro momento Diamond conforta Carlton que se mostra abalado com a revelação, o que traz esperanças quanto a continuação do relacionamento entre o casal. Mas, no outro dia, quando retomam o assunto em frente às câmeras, protagonizam uma acalorada discussão que culmina no fim do noivado e na interrupção de suas participações no reality. Ambos só retornam no final da primeira temporada para o reencontro, chamado de “*Reunion*”.

Dito isso, a partir do contexto do reality, analisamos quais representações da bissexualidade masculina podem ser identificadas na

dinâmica de relacionamento que o programa apresentou. Investimos em uma perspectiva crítica acerca das construções da masculinidade e da (bis)sexualidade com os objetivos de refletir sobre gênero, sexualidade e desejo pensando em quais foram os estereótipos acionados acerca da bissexualidade masculina e no modo como foram expostos durante a participação do casal no programa. Também, nos interessa pensar teórico-analiticamente gênero, sexualidade e masculinidade, em conjunto com outras categorias interseccionais como raça. Esses marcadores são produtores de experiências individuais e importam para tratarmos sobre masculinidade e bissexualidade como parte de relações de poder que subalternizam homens bissexuais nas buscas por afeto e relacionamentos.

Para elaborar esses objetivos, nossa metodologia consiste na análise de conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2005) das cenas do programa, tendo como foco a análise de imaginários em torno da bissexualidade que vieram à tona e que protagonizaram o ocorrido no reality. Acerca da análise de conteúdo, Mendes (2018, p. 8) considera que é central para essa metodologia a ideia de uma mensagem como ponto de partida, “seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. As mensagens expressam as representações sociais, elaboradas mentalmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento”. Nesse sentido, considera-se que a postura da pessoa (ou das pessoas pesquisadoras) faz parte da análise e, conseqüente, da produção de conhecimento, assim como, as mensagens (o conteúdo) analisado faz parte do contexto de quem é, de certa forma, autor ou personagem principal do conteúdo analisado (Mendes, 2018).

Também, destacamos a internet como um arquivo vivo que influencia e é influenciado por diversos segmentos, resultando em um artefato cultural, espaço em que a cultura é “formada e reformada” (Hine, 2015). Assim sendo, o programa é fonte de dados chave para a reflexão sobre a identidade bissexual masculina. Portanto, entendemos que toda análise de conteúdo, ou análise de texto, imagem e som (Bauer; Gaskell, 2000), como é o caso do produto audiovisual em questão, põe-se em prática a partir de uma simplificação em categorias. O que, no presente trabalho, fazemos a partir das noções de violência e “armário”, pensando sobre bissexualidade e masculinidade.

Masculinidade e bissexualidade em foco

Tomamos “gênero” como categoria analítica e que se encontra em constante disputa, a partir das teorias de Foucault (2010) e Butler (2003), articulamos sexualidade e gênero como construções sociais e não elementos pré-discursivos. Os “ditos” e “não-ditos” se constituem como formadores da vivência individual intrínseca ao social, sendo assim, o modo como a heterossexualidade é estimulada discursivamente e, em sua contraposição, a homossexualidade é reprovada, revela que a bissexualidade é (im)pensada, ou seja, não integra o discursivo como possibilidade, ocupando um limbo discursivo³ de constante negação enquanto possibilidade de sujeito. Elencamos gênero e sexualidade, para pensar a bissexualidade masculina, considerando que

³ Observamos que a bissexualidade no social ocupa posições de constante negação, ancorada na concepção de “ser só uma fase” ou na ideia de possível bissexualidade em todos os sujeitos (o que se constitui em parte na argumentação de Freud). Em ambos os cenários, pessoas bissexuais são vistas como “indecisas” ou em processo de transformação e não como uma sexualidade completa e reconhecida.

a masculinidade se caracteriza como um campo de disputas em que se estabelecem relações de poder entre diferentes grupos de homens (Kimmel, 1998). Connell (2003), em sua obra “Masculinities”, trata sobre como o privilégio patriarcal não é desfrutado de forma igual por todos homens, sendo alguns grupos, como homens de sexualidade dissidente, alvos de violências específicas. Tal produção de um cenário de experiências sociais se complexifica ao cruzarmos diferentes marcadores sociais da diferença, sendo assim, o conceito de interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw (2004) possibilita compreender as vivências sociais e sua interrelação com categorias como gênero, sexualidade, raça, classe social, nacionalidade etc. Ao articular tais categorias é possível discutir a experiência de Carlton em relação a sua sexualidade, compreendendo que seu modo de se expressar a respeito dela no programa é fruto da intersecção de todas as categorias citadas anteriormente. Por exemplo, a falta de segurança para “sair do armário” como bissexual tem respaldo na ausência de referências positivas de homens bissexuais e negros, expondo uma complexa relação entre masculinidade-sexualidade-racialidade.

Também, observamos em sua narrativa durante o programa o quanto a coerência da sexualidade a partir da matriz heterossexual (sexo-gênero-desejo) invalida homens bissexuais, mesmo que estejam, em alguns ideais e características, alinhados ao ideal de masculinidade dominante. Daniel S. Stack (2022) evidenciou o modo como, em grupos compostos por homens com desejos homoeróticos, em segmentos de aplicativos, constroem-se hierarquias com base na expressão de gênero e são utilizados qualificadores que expressam a constituição da masculinidade, como por exemplo, “homens de verdade”, “homem com jeito de homem”, ou “HOMENS” (em caracteres maiúsculos). Tais

concepções aparecem no reality quando sujeitos que podemos dizer que se localizam dentro da norma da (hétero)sexualidade e cisgeneridade, negam a Carlton o reconhecimento como “homem de verdade”, revelando que a heterossexualidade é um dos pilares da norma.

Ainda, é possível perceber certa atribuição pejorativa ao participante por conta da sua sexualidade e a invalidação de sua masculinidade, por exemplo, quando sua noiva diz: “vai limpar sua bunda para receber o próximo pênis”. Dado o teor da discussão, a participante utilizou essa premissa para ofender, subjugando a masculinidade do participante a uma possível prática em um ato sexual (de recepção penetrativa). A exemplo, Peter Fry (1982) analisou a dinâmica entre “bofes e bichas” em um contexto em que a sexualidade era definida na prática sexual (ativo ou passivo), e os homens que desempenhavam a função penetrativa não eram desvencilhados da posição valorativa da masculinidade, enquanto as bichas e homossexuais seriam os homens que eram penetrados. Tal frase da participante expõe que Carlton seria considerado inferior ou deslegitimado como “homem” pelo desejo pelo mesmo sexo, ou seja, a partir da revelação da bissexualidade de Carlton, Diamond utiliza de determinada prática sexual para o atacar e deslegitimar. Essa prática sexual (de ser penetrado) adquire novos contextos dentro de masculinidade negras para homens bissexuais ou homossexuais, que se veem imersos em estereótipos raciais, ocupando posições de rejeição ou erotização. Esta última, construída com base na concepção de serem “dotados” e “insaciáveis na cama” (Kurishage, 2014; Stack, 2021; Stack, 2022) revelando que a existência de um homem negro dentro das relações só é desejada na prática penetrativa, reiterando tais atribuições.

Na narrativa do participante, o segredo e a revelação da bissexualidade ao longo do reality adentram a gramática do armário, cunhada

por Eve K. Sedgwick (2007) como um dispositivo da sexualidade, em que há sempre situações em que o sujeito pondera expor ou não sua sexualidade. Ademais, pesquisas sobre bissexualidade (Lewis, 2012; Leão, 2018; Monaco, 2020; Cruz; Lima; Carneiro, 2022) apontam enfrentamentos de pessoas bissexuais enquanto dissidentes da visão binária⁴ da sexualidade que privilegia (ainda que por configurações distintas e em diferentes níveis) orientações hétero e homossexuais. Sendo, especificamente, homens bissexuais um recorte específico em um limbo de entre-lugares (sobreviventes em não-lugares) (Seffner, 2003; Klidzio; Stack, 2022), o que também é possível observar a partir da recepção da sexualidade de Carlton pelos demais participantes.

Em coerência com as reflexões teóricas trazidas, apontamos a problemática da não-aceitação e ausência de reconhecimento da bissexualidade de Carlton, sendo a revelação desta o principal motivo para a ruptura de seu relacionamento e também fator que influenciou na rejeição do participante pelo restante do elenco. Após comentar sobre sua orientação sexual com a noiva, a devolutiva final de sua parceira se deu de modo violento e invalidando o relacionamento construído até então, considerando-se enganada e aflita com a sexualidade e o desejo do parceiro, preocupação aparentemente ancorada em estereótipos acerca da bissexualidade. É exemplo de estereótipo acionado sobre a sexualidade de Carlton a propensão à infidelidade e a personificação de uma desconfiança. O repúdio a Carlton e a acusação de quebra de confiança parece ir além do fato dele ter omitido sua orientação sexual. Ao demorar para revelar sua bissexualidade no programa e, principalmente, para a parceira, tanto ela como os/as demais membros/as do

⁴ A bissexualidade se localiza em um limbo na concepção binária da sexualidade que torna inteligível a heterossexualidade ou a homossexualidade, excluindo outras possibilidades.

elenco interpretaram tal atitude como erro, no entanto, tal interpretação moral não justifica a aversão a ele após dizer-se bissexual. A rejeição parece ser resultado da falta de tolerância com a bissexualidade, como se seu verdadeiro equívoco fosse ser bissexual e estar ali onde estava, naquele programa, buscando um relacionamento com uma mulher.

A postura de Diamond e do próprio Carlton sobre tal informação (bissexualidade) ser algo muito difícil de ser assimilada, compreendida, aceita ou superada, relega a bissexualidade, e não a omissão da orientação sexual, a um lugar de crime ou pecado. Esse fato é intensificado após todos os participantes o rejeitarem, atribuindo à bissexualidade uma posição de distanciamento do convívio social, gerando uma ruptura e construindo uma barreira que se mostrou intransponível.

Nesse sentido, apesar de identificarmos posições distintas com relação a omissão e a revelação da sexualidade do participante, observamos um punitivismo desproporcional a possíveis equívocos pessoais em sua participação no programa. Após a finalização do experimento, o programa retorna a gravar episódios especiais denominados “Depois do altar” com o objetivo de mostrar a situação atual dos participantes do reality, especialmente os que continuam casados. Em tais episódios subsequentes vemos os grupos de participantes se reunindo novamente enquanto Carlton não comparece a nenhuma interação. Ainda assim, o ocorrido é lembrado e abordado como algo grandiosamente enganatório, imoral e condenável. Nos toca o fato de outros participantes, cujas condutas no programa também foram alvo de reprovações públicas, encontrarem um lugar dentro do grupo e certo acolhimento entre os participantes, enquanto a postura para com Carlton demonstra que não há espaço para um homem negro e bissexual integrar-se, de alguma forma, com os demais.

Retornando à argumentação da então parceira em relação a Carlton, suas justificativas remetem à falta de cumplicidade, de possibilidade de certezas e de segurança emocional por ele ser bissexual, recorrendo ao questionamento sobre se ele já namorou outros homens para se dizer bissexual. Também, questiona como ele saberia que ela é o amor da vida dele se ele é bi. Nesse sentido, é posta uma desconfiança inata sobre pessoas bissexuais, como se precisassem apresentar provas concretas de sua fidelidade e capacidade de se relacionarem com uma pessoa específica por conta de sua orientação sexual abarcar o desejo para mais de um gênero.⁵

Outro estereótipo já comentado é a visão de Carlton ser “menos homem” ao desafiar a heterossexualidade e a coerência entre gênero, expressão de gênero e desejo esperada. O reality mostra o sofrimento do casal por conta da bissexualidade de Carlton, nas brigas e desgastes emocionais uma estigmatização da bissexualidade é protagonista. A visão que se tem da bissexualidade de Carlton enquanto um homem em busca de um relacionamento e de um casamento com Diamond é de inadequação, de desconforto. Há uma desqualificação dele enquanto homem a partir do momento em que se coloca como homem bissexual. Além das afirmações da ex-noiva no programa sobre como não saber da sexualidade do participante significou ser enganada e traída.

A omissão da sexualidade de Carlton é ponderada por ele durante o programa, revelando o mecanismo de visibilidade da sexualidade dito anteriormente (Sedgwick, 2007), entre seus receios encontra-se a rejeição (que é confirmada posteriormente) que já havia sido experienciada pelo participante em relações anteriores. Durante a discussão

⁵ O desejo bissexual significa a possibilidade e não a necessidade de relacionamento com mais de um gênero ao mesmo tempo.

entre Carlton e Diamond ele questiona se ela teria continuado a sair com ele nas cabines se soubesse logo de início sobre a sua sexualidade. Em seus confessionários fica nítido que ele não estava “escondendo quem era”, mas sim buscando o melhor momento para fazer a revelação e “sair do armário”. A rejeição da bissexualidade masculina já foi tema de reflexão anterior (Klidzio; Stack, 2022) e a retomamos pensando como, na maioria dos confessionários do participante é revelado que a bissexualidade é uma grande barreira nas relações com mulheres, principalmente cisgêneras, que tendem a estar ainda mais distantes de uma perspectiva não binária tanto do gênero quanto da sexualidade. Isso remete a um não-lugar em meio à comunidade LGBTQIA+ e à sociedade heterocisnormativa, esta última adquirindo centralidade na experiência do participante durante toda a sua trajetória no reality a partir da revelação de sua sexualidade.

Desse modo, o programa é fonte para percebermos um cenário de violência e falta de reconhecimento que afeta homens bissexuais em suas experiências subjetivas on/off-line.⁶ De nossa análise e discussão, se sobressai a mudança de visão sobre o participante Carlton, a invalidação de sua masculinidade e de seu desejo por uma relação monogâmica ao participar do programa, a partir do momento que comunica a bissexualidade.

⁶ Em entrevista, Carlton falou diretamente sobre a dificuldade em ter companheiros(as) após revelar que é bissexual. Matéria completa disponível em: <https://observatoriogol.uol.com.br/noticias/estrela-de-casamento-as-cegas-fala-sobre-estigma-de-ser-bissexual>. Acesso em: 22 out. 2023.

Considerações finais

Consideramos que o reality funciona como campo de entrada para analisar violências e estereótipos voltados para a bissexualidade masculina. Nesse sentido, compreendemos que as produções midiáticas são ferramentas teórico-metodológicas para discutir problemas sociais. Tomamos o caso de Carlton como um exemplo para desenvolver uma discussão que aborda as especificidades de identidades que podem ser classificadas como monossidentes, bem como de masculinidades não hegemônicas, que se encontram em um “não-lugar”, entre um ideal heterossexista e monossexista, o que implica na não conquista de espaço e de um status sólido de identidade de um homem bissexual. Em meio a isso, nos interessa aprofundar o debate acerca dos enfrentamentos de homens bissexuais em relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais, utilizando o exemplo da jornada em busca de um casamento de Carlton em *Love Is Blind*.

Com base nesse contexto, tomamos a trajetória de ambos os participantes no programa (Carlton e sua ex-noiva) como lócus central que permite discutir um ideal de masculinidade e sexualidade, ao mesmo tempo que possibilita pensar o lugar de masculinidades e sexualidades dissidentes. A norma só pode existir quando se nomeia os que estão fora dela (os anormais) em um jogo discursivo composto de protagonistas e antagonistas. Visualizamos que a bissexualidade não encontra espaço para ser reconhecida e positivada, sendo concebida como uma falha de comportamento do participante, que deve ser punida com rejeição e afastamento. Assim, se solidifica o pacto de protagonismo da heterossexualidade que em momento algum foi destituída de sua posição de natural e desejada.

Tal “falha” que foi considerada apresentada por Carlton, vista como desvio de caráter ou como uma posição inconcebível (ou difícil) de aceitar, resulta no itinerário de violência em que o participante esteve imerso durante o reality e exhibe um quadro de vulnerabilidade que afeta pessoas bissexuais. As categorias elencadas em nossa análise (bissexualidade, masculinidade, identidade, violência e “armário”) são, na realidade que o programa retratou, a todo instante, articuladas de modo que a experiência do participante é resultado da intersecção entre esses diferentes marcadores sociais da diferença. Os resultados de nossa análise confirmam o fato que a masculinidade bissexual não encontra um espaço de pertencimento e reconhecimento dentro da heteronormatividade. Enquanto espectador e espectadora compreendemos que a bissexualidade do participante foi encarada como “muito pesada” para ser “processada” e aceita, e o desenrolar da trama confirma os medos e receios do próprio participante em relação a isso, diante de uma série de bifobias que, por sua vez, também não foram violências retratadas como inteligíveis e identificadas. Portanto, o recorte da realidade que o reality representa produz em relação a Carlton somente uma posição possível: a rejeição enquanto bissexual.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CONNELL, Raewyn W. **Masculinidades**. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, 2003.
- CONNELL, Raewyn W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725> Acesso em: 9 out. 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- CRUZ, Beatriz Fragoso; LIMA, Maria Lúcia Campos; CARNEIRO, Larissa Raiza Costa. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/NP3S8R3yYnfHr-pwfPVhDgVG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 9 out. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo, Graal, 2010.
- FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para o inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HINE, Christine. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. Bloomsbury, London, 2015.
- KLIDZIO, Danieli; STACK, Daniel da S. O não-lugar em meio à comunidade LGBTQIA+ e à sociedade heterocisnormativa: masculinidades monodissidentes a partir do documentário “(Bi)chas: a bissexualidade e o ser afeminado”. **Horizontes Históricos**, v. 4, n. 1, p. 50–64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/18136>. Acesso em: 9 out. 2023.

- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.
- KURASHIGE, Keith. Diego. **Marcas do desejo**: Um estudo sobre critérios de “raça” na seleção de parceiros em relações homoeróticas criadas on-line na cidade de São Carlos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6768> Acesso em: 25 fev. 2024.
- MENDES, Daniele C. B. Considerações elementares da metodologia de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa no âmbito das Ciências Sociais. **Faculdade Sant’ana em Revista**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/118>. Acesso em: 9 out. 2023.
- MONACO, Helena M. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19897> Acesso em: 9 out. 2023.
- SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 out. 2023.
- SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340> Acesso em: 9 out. 2023.

- STACK, Daniel S. **“Tudo começa na internet”?:** homossexualidades em contextos interioranos no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/30170> Acesso em: 25 fev. 2024.
- STACK, Daniel S. Masculinidades na seleção de parceiros entre usuários do Grindr na cidade de Santa Maria - RS. **Revista Contraponto**, v. 8, n. 2, p. 186-202, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/117266>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- VAS, Dani; SILVA, Danilo Guimarães. Militância enquanto convite ao diálogo: o caso da militância monodissidente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.43, p.1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jtnDrbLMBsfjhB8hRHN9X4K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 out. 2023.

Galeria

de

Fotos

GALERIA DE FOTOS



Kit de ouvintes do II SENABI. Foto: Eduardo Cordeiro (MDS).



Cartazes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foto: Eduardo Cordeiro (MDS)



Shiro Takeuti (Unicamp/REBIM), Inácio Saldanha (Unicamp/REBIM), Khadyg Fares (MDS) e Regina Facchini (Pagu-Unicamp/REBIM) na mesa de abertura. Foto: Eduardo Cordeiro (MDS)



Natasha Avital (Bi-Sides/FBB). Foto: Eduardo Cordeiro (MDS)



Jamile Souza (UnB/REBIM) e, ao fundo, Nick Nagari (Unicamp). Foto: Eduardo Cordeiro (MDS).



Cartaz do II SENABI. Foto: Eduardo Cordeiro (MDS).

Galeria de fotos



Leonardo Vieira, representante do Museu da Diversidade Sexual (MDS) e Talitta Cancio, representante da Frente Bissexual Brasileira (FBB). Foto: Eduardo Cordeiro (MDS)



Na mesa de abertura (à direita), Taniele Rui (PPGAS-Unicamp), Karla Bessa (Pagu-Unicamp) e Helena Monaco (UFSC/REBIM). Foto: Eduardo Cordeiro (MDS).

Galeria de fotos



Roda de validação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Fotografia de Fernanda Santos Rossi.



Roda de validação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Fotografia de Fernanda Santos Rossi.

Galeria de fotos



Sessão 2 do GT “Comunicação, Imagem e Representação”. Registro de Talitta Cancio.



Deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL/SP) participa por vídeo. Fotografia de Fernanda Santos Rossi.

Galeria de fotos



Mesa “Monodissidências, fluidez e ambiguidades”. Fotografia de Inácio Saldanha.



Auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Fotografia de Fernanda Santos Rossi.



Anna Beatriz Campeiz (USP), Talitta Cancio (USP/REBIM/FBB), Co-deputada estadual Mariana Souza (Bancada Feminista-PSOL/SP) e Shiro Takeuti (Unicamp/REBIM). Fotografia de Fernanda Santos Rossi.

Comissão organizadora:

Danieli Klidzio

Elisa Aguiar Volpato

Fernanda Rossi

Helena Motta Monaco

Inácio Saldanha

Jamilie Santos de Souza

Louise Marotinho

Maria Cristina da Purificação Costa

Regina Facchini

Samantha Rufino

Shiro Yuri Takeuti

Talitta Oliveira Cancio dos Santos

Revisão final:

Danieli Klidzio

Fernanda Rossi

Inácio Saldanha

PUBLICAÇÃO



REALIZAÇÃO



APOIO

